

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2025

NÚMERO 22.889 • 26 PÁGINAS • R\$ 5,00

Crise do Master leva pânico a fundos de pensões

Caixas de previdência privada administradas por 18 estados e municípios investiram pelo menos R\$ 2 bilhões na instituição que foi liquidada na terça-feira pelo Banco Central por suspeita de fraudes. Só o estado do Rio de Janeiro tinha R\$ 970 milhões no Banco Master. Falência deve prejudicar o pagamento de pensões a aposentados e pensionistas.

Ibaneis: "Não há prejuízos a clientes do BRB"

Investigado pela Polícia Federal por supostos repasses ao Banco Master, o Banco de Brasília tem novo presidente. Nelson Antônio de Souza, ex-Caixa, vai assumir o lugar de Paulo Henrique Costa, demitido após ser afastado do cargo pela Justiça. Ao *Correio*, o governador Ibaneis Rocha garantiu carta branca ao executivo. "Espero eficiência para fazer o BRB continuar crescendo e dar apoio total às investigações", disse, o chefe do Buriti, que garantiu a normalidade das atividades da instituição.



Atualmente, Nelson Souza é vice-presidente da Elo: executivo vai assumir o comando do Banco de Brasília

Busca de assinatura para abertura de CPI

O deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) iniciou a coleta de assinaturas para instaurar uma comissão para investigar fraudes financeiras envolvendo o banco Master. Ele criticou o governo do DF por defender a compra da instituição, o que não se concretizou.



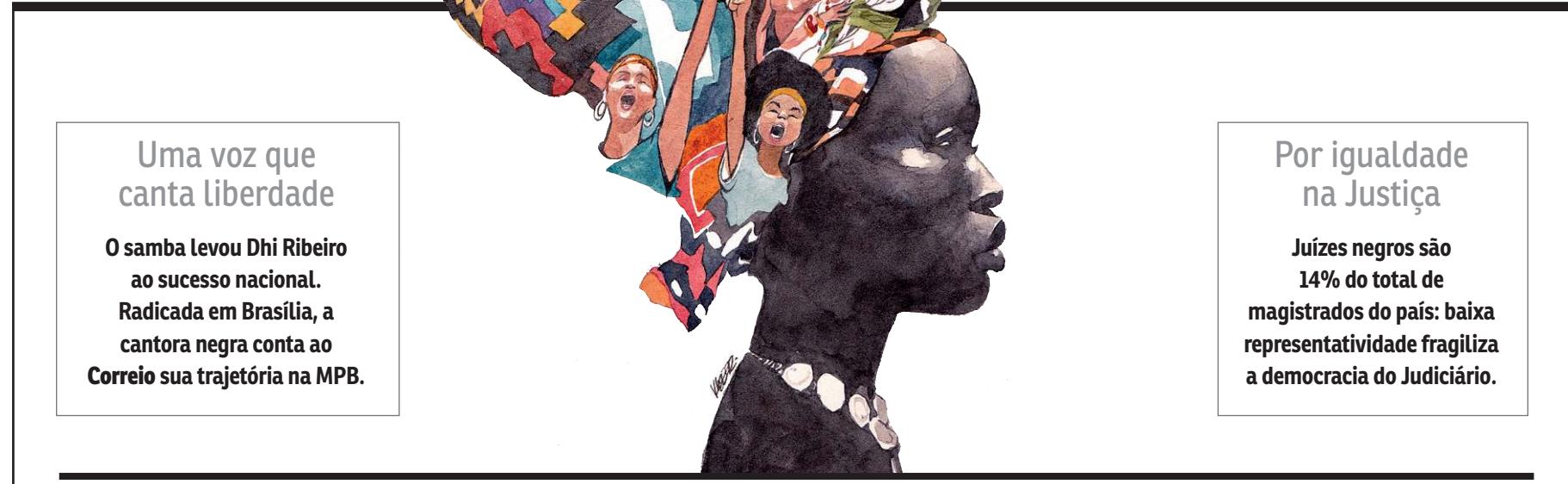
"Comportamento já acendia o alerta"

Ao *CB.Poder*, o economista e ex-servidor do BC, Antônio Augusto Pinheiro, afirmou que o processo de liquidação do Master foi "excessivamente demorado".

PÁGINAS 7, 8 E 16. NAS ENTRELINHAS, 2, E EIXO CAPITAL, 17

ISSN 1808-2661
9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 • (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 • (61) 99256.3846



Uma voz que canta liberdade

O samba levou Dhi Ribeiro ao sucesso nacional. Radicada em Brasília, a cantora negra conta ao *Correio* sua trajetória na MPB.

Por igualdade na Justiça

Juízes negros são 14% do total de magistrados do país: baixa representatividade fragiliza a democracia do Judiciário.

Histórias de luta e reflexões para um Brasil de igualdade

Elas são autoridades, parlamentares, professoras, empreendedoras. Todas protagonistas em suas atividades. Ontem, véspera do feriado do Dia da Consciência Negra, o *Correio* promoveu o debate *Histórias de Consciência*:

Mulheres em Movimento, evento aberto pela ministra da Cultura, Margareth Menezes. Durante mais de quatro horas, mulheres negras contaram suas jornadas de sucesso que inspiram novas gerações. Também relataram

dificuldades e preconceitos. Houve alguns consensos: o Brasil precisa de ações afirmativas e políticas públicas que aumentem as oportunidades. E que a luta contra o racismo exige a participação de todos.

Fotos: Minervino Júnior/CB/DA Press



Gina Vieira Ponte



Jane Klébia



Celina Leão



Margareth Menezes



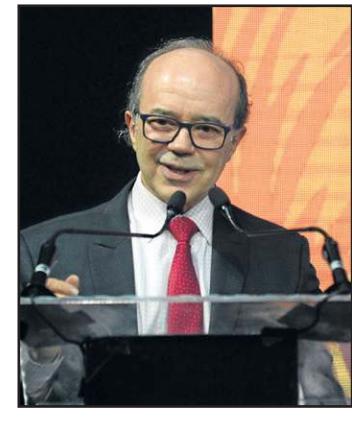
Dora Gomes, Ilka Teodoro e Rafaela Santana participaram do 1º painel, mediado por Carmen Souza (E) e Rosane Garcia



Fábio Felix



Ana Flávia Magalhães, Joice Marques, Janaína Soares e Janira Sodré fizeram o segundo debate no auditório do Correio



Roberto Caldas

PÁGINAS 13 A 15, 19 E 22. VISÃO DO CORREIO, 10. CADERNO DIREITO&JUSTIÇA



SEGURANÇA PÚBLICA

PL Antifacção dispara tensão entre Lula e Motta

Chefe do Executivo afirma que projeto aprovado pela Câmara altera pontos centrais do texto do governo e enfraquece combate ao crime organizado. Presidente da Câmara reclama de "inverdades" e diz que Executivo errou ao não compor com "união contra criminalidade"

» DANANDRA ROCHA
» VÍCTOR CORREIA



Aaprovação do PL Antifacção pela Câmara, na noite de terça-feira, deflagrou um embate entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Casa legislativa, Hugo Motta (Republicanos-PB). O Planalto sustenta que o relatório do deputado Guilherme Derrite (PP-SP), avalizado pelos parlamentares por 370 votos a 110, distorceu o texto enviado pelo governo.

Nas redes sociais, Lula disse que "o projeto aprovado pela Câmara alterou pontos centrais do PL Antifacção". "Precisamos de leis firmes e seguras para combater o crime organizado. Do jeito que está, enfraquece o combate ao crime e gera insegurança jurídica. Trocar o certo pelo duvidoso só favorece quem quer escapar da lei", disparou o presidente.

Ele defendeu que haja "diálogo" e "responsabilidade" durante a análise do texto no Senado, e reforçou que a prioridade da gestão federal é fortalecer a Polícia Federal, ampliar a integração no combate ao crime e investir em ações de inteligência.

"É importante que prevaleça, no Senado, o diálogo e a responsabilidade na análise do projeto para que o Brasil tenha de fato instrumentos eficazes no enfrentamento às facções criminosas", acrescentou.

Motta, por sua vez, rebateu as críticas, tanto de Lula quanto de parlamentares governistas. "Não se pode desinformar a população, que é alvo diariamente do crime, com inverdades. É muito grave que se tente distorcer os efeitos de um Marco Legal de Combate ao Crime Organizado, cuja finalidade é reforçar a capacidade do Estado na segurança pública", postou nas redes.

O deputado defendendo a necessidade de união no enfrentamento à violência: "Não vamos enfrentar a violência das ruas com falsas narrativas. Precisamos estar unidos neste momento. O governo

Motta com Lula: presidente da Câmara criticou o governo ao dizer que "não se pode desinformar a população com inverdades"

optou pelo caminho errado ao não compor essa corrente de união para combater a criminalidade".

O líder do PT na Casa, Lindbergh Farias (PT-RJ), rebateu Motta. Disse que "falsas narrativas (são) as críticas à aberração jurídica em seis versões apresentadas no relatório do Derrite". Para o deputado, "o relatório asfixia financeiramente a Polícia Federal e fragiliza as operações da Receita Federal".

Lindbergh afirmou que a escolha de Derrite, secretário licenciado de Segurança em São Paulo, para relatar o projeto abriu uma crise de confiança entre o Planalto e Motta.

"É claro que há uma crise de confiança. Todos sabem que o

presidente Lula reclamou muito, porque o projeto é de autoria do Executivo. Não é a primeira vez que isso acontece", disse, após a votação.

Discordâncias

Entre os pontos de discordância, está a definição sobre o destino dos bens apreendidos em operações contra facções. Segundo o texto aprovado, quando a investigação estiver sob responsabilidade estadual, o patrimônio apreendido ficará com o Fundo de Segurança Pública do estado, e não mais sob controle federal.

Para os governistas, esse desenho reduz a capacidade da

investigações complexas e enfraquece a ação federal no combate a organizações criminosas. Motta contestou: "O governo ficou contra o PL por questão eleitoral, pensando no impacto político da votação. Isso é um erro, porque vai contra o que a sociedade espera".

Os governistas também contestam a mudança da tipificação penal de "facção criminosa" para "organização criminosa ultraviolenta". Argumentam que já existe lei sobre organização criminosa, o que pode provocar insegurança jurídica. Outra reclamação é contra a mudança de procedimento para perdimensos de bens de empresas ligadas ao crime organizado.

O projeto seguirá para o Senado, onde será relatado por Alessandro

Vieira (MDB-SE). Motta admite que alterações podem ocorrer, mas diz que a análise deve ser técnica.

"Se o Senado trouxer alterações, vamos analisar com imparcialidade e moderação, sem apego a narrativas. Não há vitória da direita ou da esquerda. Há a vitória da sociedade, que quer um país mais seguro."

Para a deputada Maria do Rosário (PT-RS), agora cabe ao Senado reconstruir o PL Antifacção enviado originalmente pelo governo. Em entrevista ao Correio, ela disse esperar que Vieira recupere trechos retirados por Derrite e devolva o caráter "republicano" da proposta.

"A nossa expectativa é de que o senador Alessandro Vieira consiga recuperar no texto os itens que foram retirados pelo



O projeto aprovado pela Câmara alterou pontos centrais do PL Antifacção que nosso governo apresentou. Do jeito que está, enfraquece o combate ao crime e gera insegurança jurídica. Trocar o certo pelo duvidoso só favorece quem quer escapar da lei"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

relator na Câmara. O relator da Câmara optou por um caminho partidizado."

Já o líder do Novo na Câmara, Marcel Van Hattem (Novo-RS), disse ao Correio que os ajustes feitos na Casa fortaleceram o enfrentamento às organizações criminosas, às milícias e às facções que operam hoje com alto grau de violência. Ele espera que "o senador Alessandro Vieira mantenha os avanços que Derrite fez". "O PL combate duramente as organizações criminosas ultraviolentas, as milícias privadas e as facções criminosas, aumentando penas, a exigência de permanência na cadeia de condenados e outros pontos de endurecimento da legislação penal", destacou.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azevedo

luizazevedo.df@dab.com.br

Banco Master e PL Antifacção deixam Lula e Hugo Motta em rota de colisão

A aprovação do PL Antifacção por 370 votos a 110, em meio à maior operação da Polícia Federal desde o início do governo Lula, pode ser um ponto de ruptura entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que estão em rota de colisão e trocam farpas pelas redes sociais. De um lado, uma derrota legislativa contundente em um tema tão sensível, a segurança pública, mostrou a fragilidade da base de apoio do governo na Câmara e pôs em xeque sua governabilidade. De outro, revelou o grau de infiltração do Banco Master no sistema político e financeiro, com ramificações que atingem diretamente o núcleo do Centrão que hoje comanda a Câmara.

Acaso ou não, a coincidência temporal dos fatos elevou a temperatura política em Brasília, que só não está mais aquecida por causa do feriadão desta quinta-feira, Dia da Consciência Negra, dedicado a

Zumbi dos Palmares. A semana foi curta, mas o suficiente para escancarar a deterioração acelerada da relação entre Lula e Motta. Por trás de tudo, segurança pública e escândalos financeiros se tornaram eixos de um conflito institucional mais profundo e de um divisor de águas eleitoral.

A crise do Master desmontou uma engrenagem de proteção política que vinha funcionando nos bastidores de Brasília. O controlador do banco, Daniel Votorló, preso quando tentava embarcar em um jatinho para o exterior, investiu pesado na construção de blindagem institucional. Patrocinou eventos em Londres com a participação de autoridades e parlamentares influentes. Em Brasília, as digitais de Votorló apareceram em iniciativas legislativas destinadas a fragilizar a autonomia do Banco Central, entre elas o requerimento de urgência do deputado Cláudio Cajado (PP-BA), porta-voz da ala do Centrão que

hoje trava guerra aberta contra o Planalto.

Quando a PF deflagrou a operação que levou à prisão de Votorló, as reações na política foram imediatas. A revelação de que o banco movimentava cifras bilionárias de origem suspeita, recebia apótes de fundos de previdência estatais e mantinha relações com alvos da Operação Carbono Oculto acendeu todas as luzes de alerta no bloco União-PP, que domina a Câmara sob liderança de Hugo Motta. A percepção no Planalto é de que esse setor passou a ver a Polícia Federal como ameaça direta — o que ajuda a explicar o empenho de Motta em fortalecer um relator alinhado à oposição para o PL Antifacção: o deputado Guilherme Derrite (PP-SP).

A relatoria de Derrite foi o catalisador do conflito. O governo enviou ao Congresso um projeto calibrado, que enduzia penas e ampliava mecanismos de investigação, mas preservava competências federais. Derrite tentou redesenhar o texto em várias versões sucessivas: quis subtrair atribuições da PF, transferindo poderes para polícias estaduais; defendeu conceitos jurídicos que poderiam gerar brechas para líderes de facções; estimulou a redação de dispositivos que, na avaliação de técnicos do Executivo,

poderiam beneficiar criminosos. Para o Planalto, não se tratava apenas de divergências técnicas, mas de um movimento político organizado para enfraquecer a PF exatamente no momento em que operações sensíveis atingiam figuras centrais do Centrão e do mercado financeiro.

Confronto aberto

Hugo Motta disse a que veio como presidente da Câmara ao conduzir esse processo. Foi ele quem caciou Derrite como relator, a pedido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), seu correligionário, e ignorando o oportuno as objeções do governo.

Também mostrou capacidade de liderança e mão firme a aprovar, a toque de caixa, uma versão que contraria frontalmente os interesses do Executivo. A larga margem de votos na votação final — mais de 70% da Casa — desnudou o isolamento do governo e a força da articulação conduzida por Motta.

Para o Palácio do Planalto, o presidente da Câmara assumiu posição de confronto deliberado, movido por uma ala do Centrão liderada pelos presidentes do PP, Ciro Nogueira, e do União Brasil, Antônio Rueda. Ambos tentam

impôr ao governo derrotas estratégicas e, simultaneamente, criar mecanismos legislativos de contenção da Polícia Federal e blindagem dos parlamentares enrolados nos inquéritos sobre desvio de verbas de emendas parlamentares, que correm sob sigilo de justiça no Supremo Tribunal Federal (STF).

A percepção de que as operações da PF poderiam avançar sobre políticos, governadores e fundos de previdência controlados por políticos do Centrão gerou a forte reação da Câmara, com uma narrativa política legitimadora centrada na segurança pública. Foi assim que o PL Antifacção tornou-se o grande ponto de discordância. Derrite havia dado uns três dribleis a mais, mas recuou após forte reação técnica e pressão pública para o que era essencial do ponto de vista da oposição: deixar os crimes de colarinho-branco fora do endurecimento das penas e destinar parte do orçamento da segurança pública para os estados, em vez da Polícia Federal.

Diante desse desfecho, a alternativa do governo é mitigar o projeto no Senado, cujo presidente, senador Davi Alcolumbre (União-AP), escolheu o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), um oposicionista moderado, para relatar o texto.

SEGURANÇA PÚBLICA

Crime contamina Amazônia

Facções dominam 44% dos municípios da região, segundo relatório. Grupos conjugam poder financeiro com desmatamento

» IAGO MAC CORD

A expansão e consolidação das organizações criminosas (Orcims), como o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), reconfiguram a dinâmica territorial, ambiental e social da região da Amazônia Legal, que está se consolidando como um ecossistema criminal complexo. Dados da pesquisa "Cartografias da Violência na Amazônia" mostram que 344 dos 772 municípios amazônicos (44,6%) apresentam evidências da presença de facções criminosas este ano.

No total, foram mapeadas 17 organizações ativas nas delimitações da Amazônica Legal, incluindo grupos regionais — como o Bunde dos 40 (B40), Família Terror do Amapá (FTA) e a Tropa do Castelar —, juntamente com organizações estrangeiras — Tren de Araguaia, EMC e Ex-Farc Acácio Medina.

Neste cenário, o Comando Vermelho (CV) — original do sistema prisional do Rio de Janeiro — foi o grupo que apresentou a maior velocidade de expansão na região, ampliando sua influência em municípios em 123% ao longo de dois anos. Ao todo, o CV está presente em 286 cidades da Amazônia e é a única facção dominante em 202.

O PCC, por sua vez, adota uma estratégia distinta, segundo o texto. O Primeiro Comando opera de modo mais seletivo e concentrado em corredores logísticos de alto valor para o tráfico internacional. Sua presença se manteve estável na área amazônica, tendo sido detectada em 90 municípios neste ano.

"Uma hipótese para esse comportamento é a priorização da internacionalização de seus mercados, especialmente no âmbito das

Território dominado

Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indica a extensão das áreas na Amazônia Legal sob influência do crime organizado. No Acre, fenômeno ocorre em 100% dos municípios.

QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL, POR ESTADOS, COM FACÇÕES:

Estados	Total de municípios	Municípios com uma facção	Municípios com duas ou mais facções	% do estado com facções
Acre	22	17	5	100%
Roraima	15	6	6	80%
Pará	144	72	19	63,2%
Mato Grosso	141	77	15	62,25%
Rondônia	52	11	10	40,38%
Amazonas	62	21	4	40,32%
Amapá	16	5	5	31,25%
Maranhão	181	34	19	29,28%
Tocantins	139	13	4	12,23%

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública

redes transnacionais do narcotráfico. Ademais, costuma-se observar que o PCC adota uma atuação mais discreta, frequentemente associando-se a atividades lícitas para facilitar a lavagem de dinheiro e se aproveitando das logísticas de circulação de outras cadeias econômicas", detalha o relatório.

Os estados com a maior presença das facções em seus territórios são o Acre (100% dos 22 municípios), e Roraima (80% dos 15). Em números absolutos, o Mato Grosso (92 dos 141 municípios) e Pará (91 dos 144) lideram.

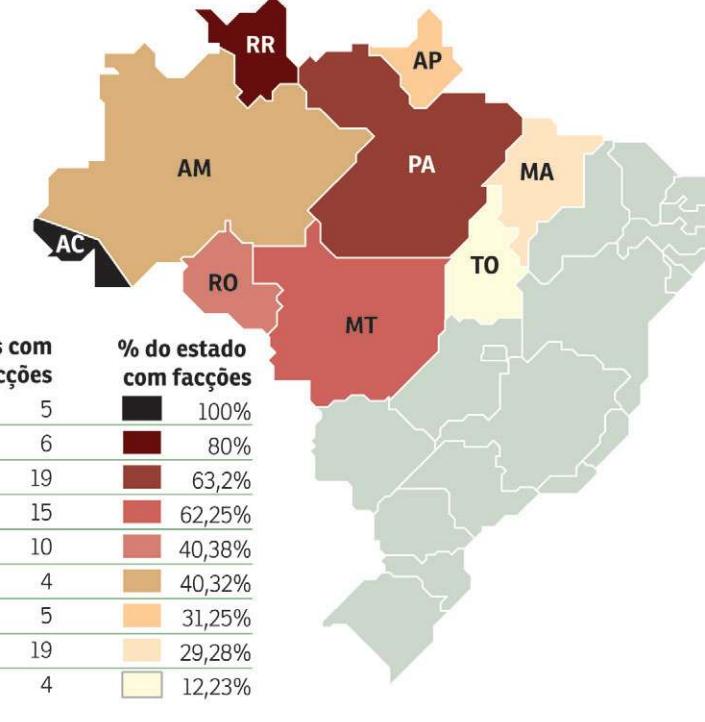
Interiorização

Outro ponto evidenciado pelo relatório é a interiorização da violência. As organizações atuam em 166 municípios rurais, 111

urbanos e 67 intermediários. De acordo com o relatório, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a expansão não é apenas sobre o narcotráfico, mas uma "símbiose entre o poder bético e financeiro das facções e as economias ilícitas que, há décadas, sustentam frentes de desmatamento, garimpo e exploração predatória".

"Assim, as rotas do narcotráfico passam a atravessar as múltiplas vulnerabilidades das florestas e das cidades amazônicas, aprofundando formas de violência que há muito moldam a vida das populações locais", destaca o texto.

O CV, em especial, alterou o nível de riscos em territórios vulneráveis, deixando de atuar perifericamente nos garimpos para assumir o controle direto das cadeias



de extração mineral. Na Terra Indígena (TI) Sararé, em Mato Grosso, a facção fluminense passou a impor regras, cobrar tributos — variando entre 10g e 100g de ouro por mês —, disciplinar trabalhadores e controlar a circulação de pessoas e insumos.

Ao Correio, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) informou estar focado em descapitalizar financeiramente os grupos criminosos, utilizando a estratégia de "seguir o dinheiro". Segundo a pasta, em 2024, as operações da polícia judiciária descapitalizaram R\$ 502,4 milhões do crime e que em 2025, até o momento da publicação desta reportagem, foram apreendidos R\$ 1,66 bilhão em bens.

"Ao todo, desde 2023, foram realizados 408 leilões de mais de 5,7 mil bens nos estados de

Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Roraima, Acre, Tocantins, Pará, Maranhão e Amapá totalizando R\$ 307.586.900,77 em valores que retornaram aos cofres públicos", detalhou o ministério, em nota.

Terras indígenas

O relatório destaca ainda que as TIs são territórios mais vulneráveis e que a proteção dessas áreas é uma questão de segurança pública e soberania nacional. Em 2024, o desmatamento em áreas indígenas da Amazônia Legal apresentou um movimento contrário à tendência geral de queda. Cresceu 52% em comparação a 2023, totalizando 251 km² de floresta destruída.

A TI Sararé, por exemplo, liderou o ranking de maior área desmatada no ano passado (28,62 km²),

com um aumento de 93% na área destruída pelo garimpo ilegal de ouro entre 2023 e 2024.

A pesquisa do Fórum conclui que essa modalidade de crime é a ameaça mais disseminada e violenta nas TIs desintrusadas — que passaram pelo processo de retirada de ocupantes não indígenas, como garimpeiros, madeireiros e fazendeiros — envolvendo extração mineral predatória, ocupação territorial e criminalidade organizada. Este crime é utilizado, principalmente, para lavagem de dinheiro e como moeda de troca para o narcotráfico.

Ao todo, o estudo traz que cinco das 12 terras indígenas alvo de operação de desintrusão — Yanomami, Vale do Javari, Munduruku e Kayapó — apresentam presença comprovada ou consolidada de facções criminosas ligadas ao narcotráfico.

O Ministério da Justiça informou que atua de forma "permanente e articulada" na repressão a crimes ambientais, garimpos ilegais e atividades ilícitas que afetam comunidades tradicionais. A pasta cita que R\$ 156 milhões foram destinados ao fortalecimento da capacidade operacional da Polícia Federal (PF) e a criação do Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI-Amazônia), para articular PF, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Força Nacional de Segurança Pública e forças de segurança dos nove estados da Amazônia Legal, além de representantes de países da Pan-Amazônia e organismos internacionais.

"A Força Nacional tem atuado de forma contundente e permanente na proteção de terras e comunidades indígenas, com foco no combate a crimes ambientais, à mineração ilegal e a outras práticas criminosas que ameaçam os povos originários", esclareceu a pasta.

Desconexão nos presídios

» ALÍCIA BERNARDES

A CPI do Crime Organizado, no Senado, ampliou o diagnóstico de falhas estruturais no combate às facções em todo o país e colocou o foco na atuação do sistema prisional, descrito como o principal centro de expansão das organizações criminosas.

Na sessão de ontem, o diretor de Inteligência Penal da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), Antônio Glautter de Azevedo Morais, afirmou que a Polícia Penal atua com recursos insuficientes diante da complexidade do problema.

A reunião foi marcada também pelas discussões em torno do projeto de lei, aprovado pela Câmara dos Deputados, com penas mais severas ao crime organizado e alterações na legislação de combate a facções. Senadores como Rogério Carvalho (PT-SE) criticaram pontos do texto e afirmaram que pretendem cobrar ajustes do relator no Senado, Alessandro Vieira (MDB-SE), de modo a corrigir erros sem exigir que a proposta retorne à Câmara.

Entre os dispositivos polêmicos está o que criminaliza pessoas que ofereçam abrigo a integrantes de facções. Segundo críticos, essa proposta pode atingir moradores de comunidades, especialmente em estados como o Rio de Janeiro, onde o domínio territorial imposto por criminosos força a população à cooperação sob ameaça. Mesmo defensores do projeto admitem a necessidade de calibrar o dispositivo para evitar injustiças.

O presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), afirmou que as oitivas já demonstram a ausência de um diagnóstico nacional sobre o sistema penitenciário brasileiro, o que comprometeria a capacidade de planejamento e de definição de prioridades. Segundo ele, faltam informações consolidadas sobre separação de detentos por facção, reincidência, capacidade de unidades, fluxo interno de presos ou mesmo indicadores que fundamentem decisões judiciais e administrativas.

Contarato declarou ser "inadmissível" que organizações criminosas continuem comandando ações de dentro dos presídios com maior agilidade do que o Estado.

Geraldo Magela/Agência Senado



Antônio Glautter: R\$ 14 bilhões para sanar o deficit penitenciário

Ele defendeu que União, estados e municípios atuem com padronização e compartilhamento de informações, "para que o país deixe de agir em ilhas enquanto o crime se articula nacionalmente".

A necessidade de integração institucional foi reforçada pelo próprio diretor de Inteligência Penal. Glautter afirmou que o avanço das facções se explica, em grande parte, pela falta de controle efetivo nas penitenciárias, que teriam se transformado em centros de decisão e coordenação do crime.

Para o representante da Senappen, a inteligência penal precisa ser tratada como eixo estratégico, com fortalecimento de quadros, uso de tecnologia e articulação direta com órgãos como Polícia Federal, polícias civis e estruturas de inteligência estaduais.

Novos requerimentos

O diretor também indicou que os presídios brasileiros registram superlotação de aproximadamente 40%. O país dispõe hoje de cerca de 500 mil vagas, mas abriga 702 mil presos em unidades prisionais, número que sobe para 942 mil ao incluir monitorados por tornozeleira eletrônica. Segundo Glautter,

seriam necessários cerca de R\$ 14 bilhões apenas para suprir o deficit estrutural de 200 mil vagas — valor que não inclui custos permanentes de funcionamento.

O relator da CPI, Alessandro Vieira, cobrou maior transparência e dados consolidados sobre o orçamento, separação de presos por facção e metodologias empregadas no sistema penitenciário. Para o senador, não é possível planejar ações de inteligência "sem saber quanto custa custodiar esses presos ou manter o sistema operando em condições mínimas". Vieira afirma que o fortalecimento das ações do Estado exige organização técnico-órgãmentaria, padronização nacional e informações confiáveis produzidas de forma contínua.

No campo político, a CPI prepara uma nova etapa de depoimentos. Contarato informou que pretende aprovar, ainda esta semana, requerimentos para convocar governadores e secretários de Segurança Pública a partir da primeira semana de dezembro. Ao todo, 22 autoridades de 11 unidades da Federação serão convidadas, entre elas os chefes dos Executivos de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Bahia, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Amapá, Alagoas e Ceará.

DIA DO BIOMÉDICO 20 DE NOVEMBRO

É na Biomedicina que a Saúde e a Ciência se encontram

Por trás dos avanços que transformam a saúde, estão profissionais que levam descobertas científicas ao cuidado da população.

Da prevenção ao diagnóstico, da pesquisa à inovação, o biomédico é essencial nas conquistas que salvam vidas e impulsionam o futuro da saúde no Brasil.

Neste 20 de novembro, celebramos a dedicação e o compromisso dos biomédicos de todo o País.

Parabéns aos profissionais que fazem a saúde avançar diariamente.

cfbm
CONSELHO FEDERAL DE BIOMÉDICA

cfbm.gov.br

cfbm_biomedicina

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Fiquem longe dele

Há alguns meses, um grande conhecedor da política em Brasília soube que Daniel Vorcari tentava contratar alguns "bambambás" da consultoria política para abrir portas em gabinetes aos quais ele ainda não tinha acesso. Pelo menos três consultores se negaram a atender o então banqueiro.

Se perder, será um vexame

Até aqui, nenhum presidente da República foi derrotado ao indicar um nome para o Supremo Tribunal Federal. No Congresso, o que se diz é que ainda não há margem segura para aprovação da indicação do Advogado Geral da União, Jorge Messias, ao STF. E, se deixar para o ano eleitoral, ficará pior.

Bola no chão

A presença do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) tira o projeto antifacção da polarização entre petistas e bolsonaristas. É a chance do centro menos radical se firmar como o construtor de consensos e da pacificação. Aliás, Vieira é considerado um dos mais independentes e respeitados do Senado e é visto como alguém que sabe ouvir.

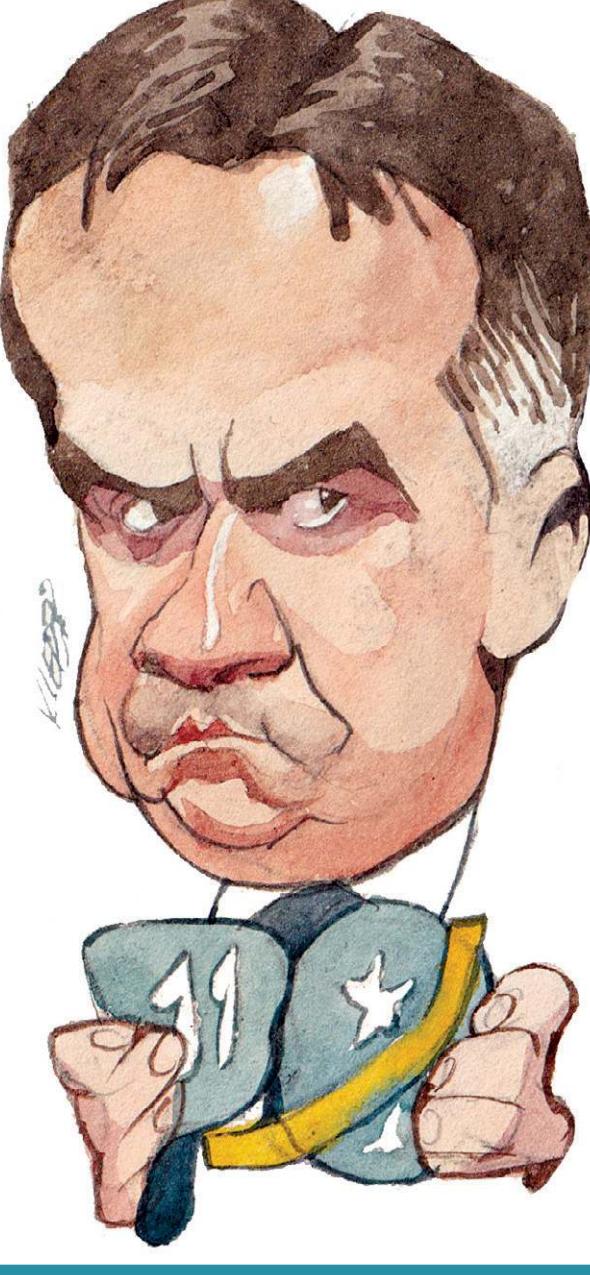
Flávio versus André

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, não deixou passar a brancas nuvens as críticas do seu colega de STF André Mendonça a respeito do "ativismo judicial". Dino foi enfático ao dizer que falar desse tema "tem tanta consistência quanto espuma na praia" e completou que a expressão vem dos Estados Unidos e usada em contextos totalmente diferentes. Mencionou ainda que se comenta sobre esse tema muitas vezes para "obter aplausos fáceis". Sinal de que, no STF, a relação entre ministros de diferentes vertentes segue com alguma tensão.

Uma bancada para manter poder

Diante das incertezas em relação ao futuro próximo, o presidente do Progressistas, senador Ciro Nogueira, corre agora para enviar os documentos da federação com o União Brasil ao Tribunal Superior Eleitoral e avisa que, em 2026, a prioridade será a eleição de bancada na Câmara e no Senado. É assim que, seja mais alinhado ao governo ou mais afeto à oposição em 2027, o PP e o União pretendem manter força no cenário político e ter alguma grade de proteção, caso seus opositores tentem enroscá-los com Daniel Vorcari, o dono do Banco Master preso esta semana dentro da Operação Compliance Zero. Tem muita gente preocupada e desconfiada de que Nogueira e Rueda sejam levados a ter que dar explicações. Ser amigo não é crime, mas, em política, sempre é preciso estar preparado para solavancos.

\$\$\$\$/ As apostas de aliados de Ciro e do presidente do União Brasil, Antonio Rueda, são as de que a federação União Progressista permitirá ainda que ambos economizem algum dinheiro do fundo eleitoral e partidário, uma vez que a federação funciona como um partido político e é preciso dividir entre eles o número de candidatos.



CURTIDAS

Política pura/ Nas conversas do MDB nacional, o que se diz é que nada muda em relação à candidatura de Ibaneis Rocha ao Senado e que a pressão dos oposicionistas faz parte da disputa política. No PL, porém, há quem diga que a deputada Bia Kicis (DF) cresce aos olhos da cúpula bolsonarista para essa vaga.



Credenciais/ O novo presidente do BRB, Nelson Souza (foto), chega com várias cartas de apresentação e excelentes referências. No governo João Doria em São Paulo, o governador o nomeou presidente do Banco Desenvolve São Paulo. "Foi um brilhante presidente", comenta Doria à coluna.

Fizemos a nossa parte/ A presença de Lula em Belém nessa quarta-feira reforçará o discurso da reeleição no seguinte sentido: o governo brasileiro propõe financiamento das florestas e ajustes no mapa do caminho, para eliminação do uso de combustíveis fósseis. Se o mundo não quiser, aí, não é problema do presidente do Brasil.

Dia da Consciência Negra/ O debate que o Correio Braziliense promoveu nessa quarta-feira mostra como ainda estamos distantes de um resgate da população negra. Porém, caminhando. "Encontrar os locais de formatura 'coloridos' é um sinal de que as políticas públicas têm tido resultado", avaliou Janaína Soares, decana de extensão da UnB. Que este dia seja de comemorações pela parte do caminho percorrido e de reflexões sobre o que todos podemos fazer daqui para frente.

PODERES

Fachin defende criação de cargos

Em reunião com Davi Alcolumbre e Hugo Motta, presidente do STF também tratou do projeto da Lei Antifacção, aprovado na Câmara

» LUANA PATRIOLINO
» DANANDRA ROCHA

Um dia após o projeto de lei Antifacção ser aprovado na Câmara dos Deputados, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Edson Fachin, se reuniu com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para tratar de projetos de interesse do Judiciário em tramitação no Congresso Nacional. O magistrado apresentou também os avanços do Programa Pena Justa, iniciativa conjunta do Judiciário e do Executivo voltada para melhorar as condições do sistema prisional brasileiro.

O programa — criado após o STF reconhecer a grave crise no sistema carcerário — estabelece metas até 2027 para enfrentar a superlotação, melhorar a infraestrutura das unidades prisionais, assegurar serviços essenciais como saúde e educação e ampliar políticas de reintegração de pessoas

privadas de liberdade. Entre as ações em curso, estão o controle de entradas no sistema, a qualificação da gestão prisional e a promoção de oportunidades de re-torno social.

"Pautas difíceis"

Também participou da conversa o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Eles discutiram propostas para o Orçamento do Judiciário, que inclui a reestruturação de remuneração dos servidores da Justiça, além de um projeto que permite a criação de 240 novos cargos e funções no quadro do CNJ. Por meio de nota, Alcolumbre ressaltou que a audiência tratou de matérias legislativas de interesse do Poder Judiciário que estão em tramitação nas casas legislativas.

O diálogo permanente e responsável entre os Poderes é essencial para avançarmos, com celeridade e equilíbrio, na análise das propostas que impactam o sistema de Justiça e a vida dos brasileiros e das brasileiras, reafirmando o compromisso do Senado e do Congresso Nacional

Pedro Gontijo/Senado Federal



Hugo Motta, Edson Fachin e Alcolumbre, em encontro na Residência Oficial do Senado: Orçamento e pena justa

Eduardo Bolsonaro cai na dívida ativa

» WAL LIMA

Fora do país desde fevereiro, quando passou a morar nos Estados Unidos, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) teve seu nome inscrito na Dívida Ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em decorrência das faltas não justificadas em março deste ano, que resultaram em um débito de R\$ 13.941,40.

A ação foi realizada após um pedido da Câmara dos Deputados devido às ausências do parlamentar no período antes de uma licença

solicitada por ele em 20 de março que se estendeu até julho. Atualmente o pagamento de salário de Eduardo Bolsonaro está bloqueado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), o que impede a geração de novas pendências financeiras.

Na mira do STF

A inclusão do filho 03 do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na Dívida Ativa da União pode deixar o nome do parlamentar "sujo" junto aos órgãos de proteção de crédito. Ele também pode sofrer um protesto extrajudicial da dívida.

Nesta semana, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) também aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o parlamentar para torná-lo réu pelo crime de coação.

Segundo a denúncia apresentada pela PGR ao Supremo, Eduardo Bolsonaro e o blogueiro bolsonarista Paulo Figueiredo, neto do ex-presidente na época da Ditadura Militar João Baptista Figueiredo, atuaram para atrapalhar o andamento do processo da tentativa de golpe de Estado que levou à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro a 27 anos e 3 meses de prisão.

No entendimento do procurador-geral da República, Paulo Gonet, a estratégia envolvia a criação de um clima de insegurança e ameaça, com a projeção de reparações estrangeiras contra autoridades brasileiras e o isolamento diplomático do país.

"Apresentaram-se como patrocinadores dessas sanções, como seus articuladores e como as únicas pessoas capazes de desativá-las. Para a interrupção dos danos, objeto das ameaças, cobraram que não houvesse condenação criminal de Jair Bolsonaro", afirmou Paulo Gonet, na denúncia.



Dívida de Eduardo Bolsonaro foi gerada após mudança dele para os EUA

LIDE BRÉSIL FRANCE FORUM



26, 27 E 28 DE NOVEMBRO

PARIS - FRANÇA
HOTEL LE MEURICE



COM A PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE
EMMANUEL MACRON
PRESIDENTE DA FRANÇA

PALESTRANTES CONFIRMADOS



MICHEL TEMER
PRESIDENTE DO BRASIL (2016-2018)
HUGO MOTTA
PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
DOS DEPUTADOS DEPUTADO FEDERAL (REPUBLICANOS-PB)
VALÉRIE PÉCRESSE
PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DA ILHA DE FRANÇA
ROBERTO CAMPOS NETO
VICE-CHAIRMAN E CHEFE GLOBAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO NUBANK
PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL (2019-2024)
RICARDO NEIVA TAVARES
EMBAIXADOR DO BRASIL EM PARIS
EDUARDO GOMES
SENADOR (PL-TO) VICE-PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
DANIELLA RIBEIRO
SENADORA (PP-PB) TITULAR DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Efraim Filho
SENADOR (PP-PB) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DO SENADO
ELEONORE CAROIT
MINISTRA DA FRANCOPÔNIA, PARCERIAS INTERNACIONAIS E DOS FRANCESES NO EXTERIOR
MARIE-CÉCILE TARDIEU
DIRETORA-GERAL ADJUNTA NA BUSINESS FRANCE (INVEST IN FRANCE)



FÉLIX MENDONÇA JR
DEPUTADO FEDERAL (PDT-BA)
MEMBRO DA COMISSÃO AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
JOSÉ BATISTA JÚNIOR
PRESIDENTE DA JBJ AGROPECUÁRIA
SOPHIE SIDOS VICAT
PRESIDENTE DO CCE (CONSELHO DO COMÉRCIO EXTERIOR DA FRANÇA)
KRISTELL GUIZOUARN
HEAD DE RELAÇÕES PÚBLICAS, CSR E COMUNICAÇÃO DA TEREOS
MARCO STEFANINI
FUNDADOR E CEO GLOBAL DO GRUPO STEFANINI
KÁTIA ABREU
SENADORA (2007-2023)
BOARD MEMBER DA JBS
SÉRGIO LONGEN
PRESIDENTE DA FIEMS - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
VICE-PRESIDENTE DA CNI
PHILIPPE GAUTIER
PRESIDENTE DO MEDEF INTERNACIONAL - MOVIMENTO DAS EMPRESAS NA FRANÇA
JEAN PAUL PRATES
HEAD DO LIDE ENERGIA
PRESIDENTE DA PETROBRAS (2023-2024)
SENADOR DA REPÚBLICA (2019-2025)
ROBERTO GIANNETTI
HEAD DO LIDE COMÉRCIO EXTERIOR



NICOLA MICCIONE
SECRETÁRIO DE GOVERNO DO RIO DE JANEIRO
BENJAMIN GALLEZOT
SECRETÁRIO INTERMINISTERIAL DE ABASTECIMENTO DE MINERAIS E METAIS ESTRATÉGICOS
ROBERTO FLORENTINO JR.
PRESIDENTE DA X-VIA
CHRISTIAN LE ROUX
COO M2I LIFE SCIENCES
VICE-PRESIDENTE DO POLO AGRÍCOLA E AGROALIMENTAR
LUIZ FERNANDO FURLAN
CHAIRMAN DO LIDE
MINISTRO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (2005-2007)
PEDRO ANTONIO GOUVÉA VIEIRA
CHAIRMAN DO LIDE FRANÇA
STÉPHANE ENGELHARD
CEO DO LIDE FRANÇA
JOÃO DORIA
FUNDADOR DO LIDE
GOVERNADOR DE SÃO PAULO (2018-2022)
PREFEITO DE SÃO PAULO (2017-2018)
SYLVIA COUTINHO
BOARD MEMBER DO LIDE FRANÇA
JOÃO DORIA NETO
CEO DO LIDE GLOBAL

PATROCÍNIO



MÍDIA PARTNERS



Correio da Manhã



REVISTA LIDE TV LIDE

INICIATIVA

TRANSPORTADORA OFICIAL

AIRFRANCE

OPERADORA OFICIAL



MAIS INFORMAÇÕES





COP30 corre contra o relógio por acordo global

Em Belém, o presidente Lula e ministros participaram de rodadas de negociação com representantes das delegações estrangeiras, diplomatas e lideranças populares para acelerar a busca por consensos que salvem a Conferência do Clima

» VICTOR CORREIA
» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou o dia de ontem concentrado nas negociações da 30ª Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30), que ocorre em Belém, em um esforço de última hora para superar impasses e avançar em um acordo global sobre clima. Embora o Palácio do Planalto não tenha divulgado oficialmente a agenda presidencial, Lula permaneceu desde cedo em reuniões com os principais negociadores da conferência.

Segundo integrantes da delegação brasileira, o governo trabalha para apresentar, ainda hoje, um documento parcial com compromissos conjuntos assumidos pelos países — uma iniciativa considerada incomum para as Conferências das Partes. Normalmente, os textos oficiais só são publicados na íntegra, ao final do evento, após dias de tratativas tensas e ajustes diplomáticos. A divulgação antecipada é uma tentativa de dar transparência ao processo de negociação, pressionando os países para avançar nos acordos.

Os trechos mais sensíveis desse documento envolvem, justamente, os principais pontos defendidos pelo Brasil na agenda da emergência climática: a criação de um "mapa do caminho" para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e o aumento do financiamento por parte das nações mais ricas para investimentos nos países em desenvolvimento, principalmente, os ambientalmente vulneráveis. Ambos são temas que enfrentam forte resistência, especialmente dos grandes produtores de petróleo e de países que alegam limitações econômicas para financiar a transição energética global.

Contagem regressiva

ACOP30 está prevista para terminar amanhã, na fase de reuniões de alto nível entre ministros, chefes de delegação e líderes políticos. O sucesso da conferência depende, em grande parte, da capacidade dos negociadores de costurar consensos nos próximos dois dias, quando decisões cruciais serão seladas — ou adiadas.

De acordo com fontes do



MARCHA PARA BELEM

governo, Lula tenta destravar o texto final da COP30, com metas consideradas centrais para a diplomacia brasileira: transição energética, descarbonização, demarcação de terras indígenas e redução do desmatamento. O objetivo estratégico é manter viva a meta global do Acordo de Paris, que limita o aquecimento do planeta a 1,5°C acima da média dos níveis pré-industriais, medida considerada essencial para evitar impactos climáticos catastróficos.

No entanto, o clima de tensão preocupa analistas. Para Flávia Martinelli, especialista em mudanças climáticas do WWF-Brasil, a falta de colaboração nos últimos dias acendeu um alerta sobre o risco de a COP30 fracassar em temas fundamentais de adaptação climática.

"O risco se tornou real depois de uma série de impasses e falta de colaboração nos últimos dias. Adaptação significa perder menos vidas e economias para a crise climática. No entanto, a urgência do tema não parece sensibilizar os países reunidos na COP30, cuja dinâmica tem aponulado para a Regra 16, quando não há consenso e as decisões são adiadas. A COP30 só poderá ser chamada de COP da Verdade, da Implementação e até dos Milagres se, de fato, entregar a Agenda de Adaptação", afirma Martinelli.

Ao longo do dia, Lula participará de encontros com diferentes grupos de negociação, todos acompanhados por autoridades brasileiras diretamente ligadas à agenda climática. A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, integra todas as reuniões, ao lado do presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, e do secretário de Clima e Energia do Itamaraty, Maurício Lyrio. A diretora-executiva da conferência, Ana Toni, também participa de todas as agendas reservadas.

À tarde, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, se junta à equipe no encontro com lideranças indígenas e da sociedade civil. Já a reunião com o setor produtivo contará ainda com a presença do governador do Pará, Helder Barbalho, e do ministro das Cidades, Jader Filho, além de representantes da indústria, da agricultura e de governos locais.

Alaor Filho/Fotos Públicas



O presidente Lula passou o dia em Belém, em conversas com lideranças indígenas, negociadores e diplomatas em busca de consensos na COP30

Presente da China para Belém gera reação de evangélicos

Reprodução/cleitonfiuza Instagram



A inauguração, em Belém, do monumento Espírito Dragão-Ônça, da artista chinesa Huang Jian para a COP30, gerou reação de evangélicos nas redes sociais. A peça em bronze une características da onça brasileira e do dragão chinês, mas foi interpretada de forma negativa, despertando debates sobre sua simbologia.

O apóstolo Estevam Hernandes, da Igreja Renascer e presidente internacional da Marcha para Jesus, divulgou vídeo do monumento e disse que a figura "pode representar a fusão da identidade nacional com valores que não refletem nossa tradição cristã", citando trecho bíblico sobre "um grande dragão vermelho que engana o mundo inteiro". Seguidores compartilharam mensagens de reprovação com frases como "o Brasil é de Jesus".

A obra, no entanto, foi concebida para representar a junção entre ancestralidade amazônica e elementos da mitologia chinesa, compondo o legado cultural da COP30.

RELIGIÃO

Divulgação



Dom Arnaldo fará o acompanhamento pastoral dos católicos LGBT+

CNBB nomeia bispo para católicos LGBT+

» EDLA LULA

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Jaime Spengle designou Dom Arnaldo Carvalheiro Neto, bispo de Jundiaí (SP), como bispo referencial para o acompanhamento pastoral de grupos católicos LGBT+. O ato é inédito no Brasil. No mundo, apenas as conferências episcopais da Alemanha e da Bélgica possuem bispos designados para acompanhar a comunidade LGBT+.

A nomeação ocorreu no dia 17 de outubro, mas apenas hoje foi publicada oficialmente. "A nomeação foi recebida com profunda gratidão, reconhecendo que ela é fruto da caminhada fiel, madura e comprometida de todas e

todos nós, cristãos leigos e leigas que têm testemunhado o Evangelho da dignidade, da misericórdia e da acolhida em nossas comunidades", diz a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT+, em postagem no Instagram.

"Esta conquista é resultado do trabalho e dedicação pastoral de grupos que há uma década lutam pela dignidade da fé de cristãos leigos e leigas LGBT+ na igreja e na sociedade, aliado ao diálogo e à parceria com o Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB). Essa caminhada conjunta, ancorada no processo sinodal, fortaleceu aquilo que o Sínodo nos convoca a viver de forma concreta: comunhão, participação e missão", prossegue a publicação.

A nota diz ainda que a nomeação de Dom Arnaldo reforça que "a sinodalidade acontece quando o povo de Deus caminha unido, discernindo novos caminhos de cuidado pastoral e presença evangelizadora".

Pastoral

A Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT+ existe há 11 anos, a partir da iniciativa de grupos da comunidade LGBT que atuam em algumas cidades, como Rio de Janeiro, onde foi criada a primeira pastoral com esse propósito, há 18 anos, e em Brasília, com o Diversidade Cristã, que se reúne há 13 anos, no Centro Cultural de Brasília (CCB), sob a orientação dos padres jesuítas.

"O reconhecimento da CNBB vem para validar, principalmente, no ambiente eclesiástico, a nossa profissão de fé, a nossa atividade enquanto cristã. Então, é isso o que a gente, né, entende e acolhe com essa nomeação. Sabemos que um bispo referencial não resolve todos os nossos problemas, não é uma fórmula mágica. Mas coloca uma luz diferente sobre essa temática dentro da vida da igreja no Brasil", comenta Camila Santos, secretária nacional da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT+, ao comemorar a nomeação. "A gente está celebrando, hoje, a colheita de um trabalho profético que está mudando a Igreja no Brasil, e, quem sabe, no mundo. As vezes a gente não se dá conta. Mas o que está acontecendo, hoje, é histórico", salienta.

7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 20 de novembro de 2025

Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dab.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)



Bolsas
Na quarta-feira

0,73%
São Paulo

Pontuação B3
Ibovespa nos últimos dias
157.739
14/11 17/11 18/11 19/11
155.380

Dólar
Na quarta-feira
R\$ 5,338
(+0,39%)

Últimos
13/novembro 5,298
14/novembro 5,297
17/novembro 5,331
18/novembro 5,317

Salário mínimo
R\$ 1.518

Euro
Comercial, venda
na quarta-feira

R\$ 6,150

CDI
Ao ano
14,90%

CDB
Prefixado
30 dias (a anual)
14,90%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)
junho/2025 0,24
Julho/2025 0,26
Agosto/2025 -0,11
Setembro/2025 0,48
Outubro/2025 0,09

OPERAÇÃO COMPLIANCE ZERO

Estados e municípios podem perder R\$ 2 bi

Dezoito fundos têm recursos previdenciários presos na liquidação do Master. Rio de Janeiro concentra mais da metade do montante

» RAFAELA GONÇALVES

Situação das empresas do conglomerado Master

EMPRESA	SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTO OBJETIVO	DETALHES
Banco Master	Liquidation extrajudicial	Encerramento imediato das atividades e saída do SFN	Principal empresa do grupo. O FGC deverá ser acionado para ressarcir credores elegíveis (como CDBs), com limite de R\$ 250 mil por CPF. Um liquidante buscará a venda de ativos para pagar dívidas
Banco Master de Investimento	Liquidation extrajudicial	Encerramento imediato das atividades e saída do SFN	Era focado em Renda Fixa, Renda Variável e fusões e aquisições (M&A) para captação de recursos
Banco Letsbank	Liquidation extrajudicial	Encerramento imediato das atividades	Era o banco digital do grupo. Oferecia soluções financeiras integradas para pessoas físicas e jurídicas
Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Liquidation extrajudicial	Encerramento imediato das atividades	Focada em investimentos. Atuava em Bolsa de Valores, fundos, previdência privada e tesouro direto
Banco Master Múltiplo	Regime de Administração Especial Temporária (Raet)	Atividades normais mantidas	Foi poupado por ser controlador do Will Bank, que atende mais de 10 milhões de clientes. O BC considera que o banco pode recuperar a liquidez e ser vendido no mercado. Dirigentes são substituídos por um administrador especial indicado pelo BC. O Raet dura até 120 dias

Valores perdidos

Lista completa de entes com aportes previdenciários

Angélica (MS): R\$ 2 milhões
Aparecida de Goiânia (GO): R\$ 40 milhões
Araras (SP): R\$ 29 milhões
Cajamar (SP): R\$ 87 milhões
Campo Grande (MS): R\$ 1,2 milhão
Congonhas (MG): R\$ 14 milhões
Amapá (AP): R\$ 400 milhões
Amazonas (AM): R\$ 50 milhões
RJ (Estado): R\$ 970 milhões
Fátima do Sul (MS): R\$ 7 milhões
Itaguaí (RJ): R\$ 59,6 milhões
Jataí (MS): R\$ 2,5 milhões
Maceió (AL): R\$ 97 milhões
Paulista (PE): R\$ 3 milhões
Santa Rita D'Oeste (SP): R\$ 2 milhões
Santo Antônio de Posse (SP): R\$ 7 milhões
São Gabriel do Oeste (MS): R\$ 3 milhões
São Roque (SP): R\$ 93,15 milhões

Fonte: Ministério da Previdência.

Nessas situações, o prejuízo tende a recair sobre o Tesouro estadual, ampliando despesas permanentes justamente em um momento de forte restrição fiscal. A perda de patrimônio dos fundos aprofunda os déficits atuariais e acrescenta pressão adicional sobre as contas públicas. "Quanto maior a proporção da aplicação em relação ao patrimônio total, maior tende a ser o desequilíbrio futuro", explica o economista Otto Nogami, professor do Insper.

Na sequência dos maiores aportes aparecem o Estado do Amapá, com R\$ 400 milhões aplicados, e o município de Maceió (AL), que destinou R\$ 97 milhões às letras financeiras do Master. Logo depois vêm São Roque (SP), com R\$ 93,15 milhões, e Cajamar (SP), que investiu R\$ 87 milhões. Araras (SP) completa o grupo dos principais aplicadores, com R\$ 29 milhões expostos.

Há ainda outros entes com valores relevantes expostos ao risco da liquidação: Itaguaí (RJ) investiu R\$ 59,6 milhões, o Estado do Amazonas destinou R\$ 50 milhões, e Aparecida de Goiânia (GO) aplicou R\$ 40 milhões.

Em liquidações bancárias similares no Brasil, a recuperação de credores sem garantia costuma variar entre 0% e 20%, muitas vezes apenas após 10 a 20 anos de processo.

Governança

A dimensão das cifras acende um alerta sobre a governança e a política de investimentos dos regimes próprios, que, por lei, devem priorizar segurança e liquidez na alocação dos recursos previdenciários. Agora, com o Banco Master retirado do sistema financeiro e sob administração de um liquidante, esses entes

entraram na fila de credores, sem garantia automática de ressarcimento, já que o FGC não cobre letras financeiras.

Se a perda se confirmar, estados e municípios serão obrigados, pelas normas federais, a adotar medidas para recompor o equilíbrio dos RPPS, como revisar o plano de custeio — incluindo possível aumento das alíquotas de contribuição dos servidores e do próprio ente —, realizar aportes extraordinários do Tesouro, instituir contribuições suplementares quando necessário e ajustar a política de investimentos para reduzir concentração e exposição a emissores de maior risco.

"O risco central não é a interrupção de benefícios, mas o aumento duradouro do custo previdenciário para os entes públicos e o impacto nos resultados atuariais", aponta Nogami.

Defesa pede liberdade

» LUANA PATRIOLINO

A defesa do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, entrou com um habeas corpus na Justiça Federal pedindo a soltura do empresário, preso pela Polícia Federal na terça-feira. Ele foi detido no âmbito da Operação Compliance Zero, que investiga a venda de títulos de crédito falsos. Os advogados negaram a hipótese de fuga ou o conhecimento antecipado da prisão.

O inquérito aponta que a instituição emitiu Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com a promessa de pagar ao cliente até 40% acima da taxa básica do mercado. No entanto, esse retorno não ocorria. A prisão de Vorcaro aconteceu horas após anúncio da venda da instituição ao grupo Fictor. Ele foi levado para a Superintendência da PF em São Paulo.

A relatora sorteada para apreciar o pedido de soltura é Solange Salgado da Silva. No recurso, a defesa argumentou que não há necessidade de manutenção da prisão, pois o Banco Master foi liquidado pelo Banco Central (BC). Segundo os advogados, ele embarcaria em um jatinho rumo a Dubai. O plano de voo da aeronave citava a ilha de Malta como destino, mas devido a uma "contingência logística".

O empresário foi preso, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, tentando embarcar com destino a Malta. O jatinho, avaliado em R\$ 200 milhões, foi um dos bens apreendidos pela PF.

"O fato de o plano de voo da aeronave que levaria o paciente ter como destino Malta deve-se, apenas, a uma contingência logística, uma vez que o avião não tem autonomia para voar de Guarulhos a Dubai, necessitando de reabastecimento", diz o documento apresentado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília.

Na manhã de ontem, a Justiça Federal de Brasília determinou que todos os presos na Operação Compliance Zero permaneçam detidos na carceragem da Superintendência da Polícia Federal no bairro da Lapa, Zona Oeste de São Paulo.

“O BRB se arriscou muito”

» PEDRO JOSÉ*

Os sinais de deterioração do Banco Master já eram conhecidos no mercado há pelo menos um ano. Foi o que afirmou o economista Antônio Augusto Pinto Pinheiro, ex-chefe adjunto do Departamento de Liquidação do Banco Central, durante entrevista, ontem, ao *CB.Poder* — parceria do *Correio* com a TV Brasília.

"Eu diria que na noite da última terça-feira nós tivemos duas notícias, uma boa e uma ruim. A notícia boa é que o Banco Central entrou num processo de liquidação e a notícia ruim é que esse processo foi excessivamente demorado", afirmou ao lado dos jornalistas Carlos Alexandre e Adriana Bernardes.

Pinheiro explicou que o comportamento do Banco Master já acendia alertas no setor financeiro. "A situação do Banco Master vem se anuciando no mercado já há bastante tempo, até mais de um ano", disse. Ele destacou que a instituição operava com forte alavancagem e em segmentos de maior risco.

"Fala-se muito dentro do próprio mercado que era inconsistente para um banco tradicional. O risco era bem mais elevado do que o normal." Outro ponto citado por ele foram as taxas acima do padrão oferecidas pelo banco. "O Banco Central teria demorado a tomar essa decisão porque sentia no mercado que o Banco Master era uma excepcionalidade pela própria remuneração que ele oferecia aos ativos. Evidentemente que um banco pequeno não

paga a mesma coisa que um grande banco, ele sempre paga um pouco mais. Mas o caso do Master era um caso que chamava muito a atenção, porque era uma taxa muito maior", explicou o ex-chefe adjunto do BC.

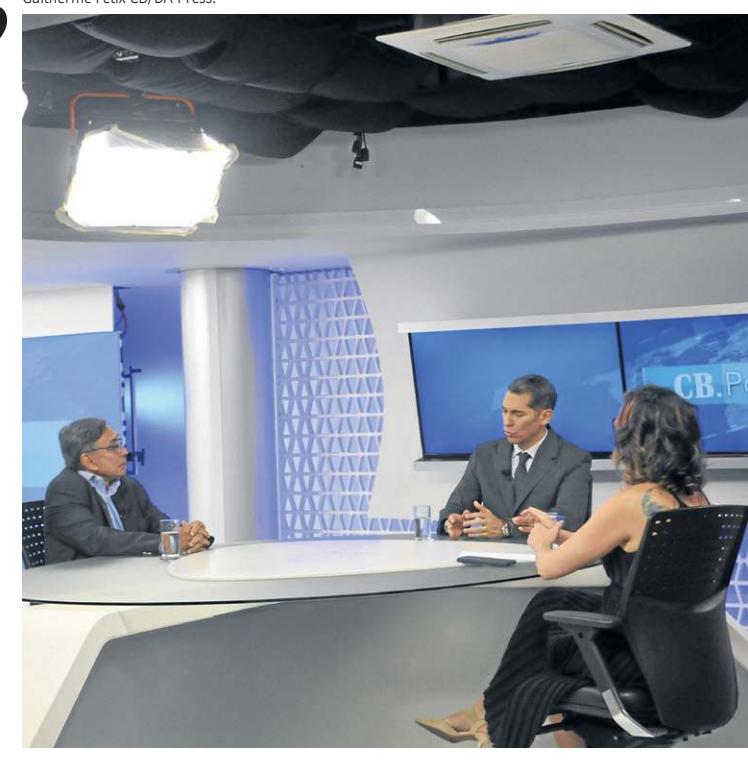
Pinheiro afirmou que "com certeza havia uma lacuna regulamentar" e citou as novas regras adotadas pelo Banco Central para limitar a alavancagem de instituições menores, como a exigência de depósito em títulos públicos quando o nível de alavancagem supera em dez vezes o patrimônio. Outra medida prevê uma contribuição maior ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para bancos que oferecem CDB acima da capacidade comparável com sua estrutura financeira.

Para ele, essas medidas tendem a influenciar decisões de risco.

"Fazer com que o FGC seja restituído de alguma forma com certeza vai ter sua eficiência na decisão de alavancagem das instituições menores, principalmente."

Pinheiro também comentou que o envolvimento do BRB com o Banco Master não deverá apresentar problemas aos seus clientes, mas reconheceu que haverá dano na imagem da instituição. "O BRB se arriscou muito em termos de imagem quando divulgou essa pretensão sem antes ter ido a um nível de detalhes bem grande. Aliaram o nome BRB a uma instituição que causava preocupação dentro do mercado. Isso foi uma imprudência," comentou o economista.

* Estagiário sob supervisão de Edla Lula



Para Augusto Pinheiro, O BC demorou para liquidar o Master

OPERAÇÃO COMPLIANCE ZERO

Parlamentares preparam CPI

O ex-governador do Distrito Federal e deputado Rodrigo Rollemberg já se movimenta para coletar as assinaturas necessárias para instaurar a CPI do banco Master

» VANILSON OLIVEIRA
» WAL LIMA

O escândalo da operação Compliance Zero da Polícia Federal (PF), que flagrou fraudes financeiras envolvendo a venda de títulos de crédito falsos pelo Banco Master, repercutiu no Congresso Nacional. Na Câmara, o deputado e ex-governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), iniciou a coleta de assinaturas para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para apurar o suposto esquema financeiro. Até o momento, apenas 33 deputados assinaram o requerimento.

Para Rollemberg, a gravidade e a complexidade do caso exigem uma investigação que ultrapasse os limites da esfera penal individual, atingindo diretamente o interesse público e a ordem econômica e social. "Até agora nós temos 33 assinaturas, mas nós começamos

na noite de terça e, por causa do feriado, a Câmara está vazia. Mas, vamos intensificar a coleta de assinaturas a partir da próxima terça-feira. É fundamental a gente fazer uma CPI, pois estamos diante do maior escândalo, o maior desvio de recursos públicos na operação", prometeu.

Ele criticou o governo do DF por ter defendido a compra do Master com "unhas e dentes". "São 12,2 bilhões de reais comprados de títulos inexistentes, ou seja, isso não aconteceria sem a complacência do GDF, do governador do Distrito Federal, que defendeu com unhas e dentes essa operação. Ele foi um garoto-propaganda dessa operação".

Além do dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, a operação Compliance Zero prendeu sete pessoas envolvidas no caso.

Entre os apoiadores da criação de uma CPI que compõem a bancada do Distrito Federal, está

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



O deputado Rollemberg promete intensificar as assinaturas para a CPI a partir de terça-feira

a deputada Bia Kicis (PL-DF). Para ela, a fraude desenha prejuízos bilionários e necessita de uma apuração aprofundada do Parlamento. "Estão se desenhandando prejuízos bilionários, imagina você fazer títulos fictícios para fraudar credores?

Isso precisa ser levado a sério, não importa as conexões que o Banco Master tenha", disse a deputada ao ser questionada sobre o episódio.

O deputado Alberto Fraga (PL-DF) foi mais longe em suas críticas e acusou o governador do

Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB) de estar envolvido nas fraudes do banco. "Os servidores públicos do DF que vão ficar a ver navios, porque o irresponsável do governador Ibaneis se preocupou mais em comprar títulos podres.

Aí a gente começa a entender porque que o governador comprou fazendas, avião, carros, com dinheiro que só Deus sabe de onde veio", acusou o bolsonarista.

A deputada Érika Kokay (PT-DF) afirmou que sempre estranhou o interesse e insistência do Governo do Distrito Federal (GDF) em querer comprar o banco Master. Ela foi uma das parlamentares que cobrou do Banco Central que a ação fosse investigada. "Estivemos no Banco Central, na Comissão de Valores Mobiliários, na Polícia Federal e no Tribunal de Contas do DF para que esta relação fosse investigada", lembrou.

A parlamentar disse que o BRB é um banco de Brasília, do povo de Brasília e não de seus gestores. É inadmissível que o BRB tenha gasto mais de R\$ 16 bilhões com o Banco Master, comprando, inclusive, carteiras com clientes inexistentes. Um desrespeito com o banco e com o povo de Brasília. O banco é de Brasília, e pertence a sua população, e não a gestores de plantão", finalizou.

O Professor Reginaldo Veras (PV-DF) se pronunciou de forma curta e clara. Questionado sobre qual seria sua opinião sobre a operação e a criação da CPI, ele apenas disse: "Quem tem culpa que pague".

POLÍTICAS SOCIAIS

Biometria começa amanhã

» FERNANDA STRICKLAND

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) anunciou, ontem, as novas regras para a implementação gradual da biometria obrigatória em benefícios sociais. A exigência vale, a

partir de amanhã, para quem solicitar novos benefícios do INSS e do Benefício de Prestação Contínua (BPC) e deverá ser cumprida até 1º de maio de 2026.

De acordo com o governo, não haverá bloqueio automático, nem necessidade de comparecimento

imediato às unidades de atendimento. A ideia é que o processo ocorra de forma escalonada, sem prejudicar o acesso de quem tem direito aos programas.

A ministra Esther Dweck ressaltou que o país já possui uma ampla base de biometria

consolidada. Mais de 150 milhões de brasileiros têm dados cadastrados em sistemas como o do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). Entre os beneficiários do CadÚnico, 84% já possuem biometria registrada.

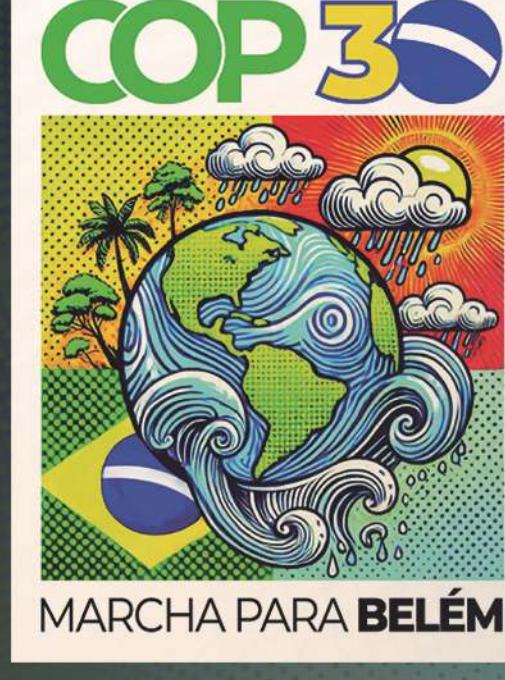
Dweck explicou que o governo realizará uma busca ativa

para avisar novos beneficiários da necessidade de cadastramento. Após maio de 2026, quem pedir um novo benefício precisará ter biometria registrada em alguma base oficial.

Exceções

Segundo a ministra, alguns grupos estarão dispensados da exigência, como: pessoas com

mais de 80 anos; migrantes, refugiados e apátridas; residentes no exterior; e cidadãos com dificuldades de deslocamento por motivos de saúde ou deficiência. A ministra reforçou que o objetivo da medida é evitar fraudes, sem restringir o acesso de quem tem direito. "Queremos que quem não tem direito deixe de receber, jamais tirar de alguém que tem direito", afirmou Dweck.



O futuro *caminha* com a gente

O Correio Braziliense traz para você a cobertura completa da COP 30

A COP 30 começou e o futuro do planeta está em pauta.

O Correio Braziliense acompanha, em tempo real, as discussões que vão definir os rumos da sustentabilidade no mundo.

Uma iniciativa em prol da informação e do futuro sustentável, com o patrocínio oficial Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).



Acesse o site do projeto e saiba mais!

Patrocinador Oficial:



Realização:

CORREIO
BRAZILIENSE

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO



AMÉRICA DO SUL

EUA recusaram oferta de Maduro, diz jornal

The New York Times revela que Donald Trump não aceitou a proposta do presidente da Venezuela para renunciar em prazo de dois anos. Titular da Casa Branca teria autorizado operações secretas da CIA dentro do país sul-americano

» RODRIGO CRAVEIRO

ACasa Branca rejeitou uma oferta do presidente venezuelano, Nicolás Maduro, de renunciar em um prazo de dois anos. A informação, divulgada pelo jornal *The New York Times*, sinaliza uma abertura de negociações entre Washington e Caracas. De acordo com a publicação, Donald Trump autorizou um plano da Agência Central de Inteligência (CIA) para a realização de missões secretas dentro da Venezuela, as quais incluiriam operações de sabotagem, cibernéticas, psicológicas ou de informação.

Nos últimos dias, os Estados Unidos aplicaram uma estratégia de duplo sentido contra o regime de Caracas: intensificaram a pressão militar, com mais bombardeios a lanchas supostamente usadas pelo narcotráfico e o deslocamento de uma força naval para o Mar do Sul do Caribe; ao mesmo tempo, fizeram um aceno em direção ao diálogo. O jornal venezuelano *El Nacional* não descarta que a medida teria a intenção de enfraquecer internamente Maduro e forçá-lo a concessões ou mesmo a abandonar o Palácio de Miraflores. "Podemos ter algumas conversas com

Maduro, e veremos como isso se desenrola", admitiu Trump a jornalistas no último domingo.

Os Estados Unidos chegaram a anunciar a chamada Operação Lança do Sul, em 13 de novembro, que consistiria em mobilizar o Comando do Sul e criar uma força-tarefa para combater o narcotráfico no Caribe. Mais de 12 mil militares americanos, incluindo fuzileiros navais e marinheiros, estão de prontidão na região para um eventual ataque à Venezuela. A Casa Branca também ofereceu uma recompensa de US\$ 50 milhões pela captura de Maduro — Trump considera o venezuelano ilegítimo e o acusa de liderar o Cartel Los Soles.

Professora de ciência política da Universidade Estadual do Colorado, a venezuelana María Isabel Puerta explicou ao *Correio* que, em oportunidades anteriores, houve relatos sobre supostas conversas direcionadas à saída de Maduro do poder. "No entanto, além da especulação, pois não temos certeza sobre essas negociações, não sabemos se essa informação do *NY Times* é algo mais recente ou se refere-se a abordagens iniciais", observou. "Não temos clareza sobre o contexto em que ocorrem esses encontros."



Nicolás Maduro acena a simpatizantes durante evento em Caracas, no sábado: negociações em andamento

Mensagem

Para Guaicaipuro Lameda, general de brigada do Exército da

Venezuela, a mobilização militar dos EUA no Mar do Sul do Caribe, que inclui o USS Gerald R. Ford, maior porta-aviões do mundo,

permite interpretar que trata-se de uma mensagem direta a Maduro. "É um aviso para que ele não conte com o apoio do Irã, da Rússia

e da China, porque as forças mobilizadas impedirão qualquer apoio bélico de fora do continente. Recentemente, Trump disse que Maduro deseja conversar. Penso que o republicano, em sua estratégia de dissuasão ao regime criminoso que governa a Venezuela, quer impôr um ultimato", disse ao *Correio*.

Lameda entende que a Casa Branca busca abrir as portas para que Maduro abandone o poder. No entanto, ele duvida que o regime seja amedrontado. "A única saída possível, instruída por Fidel Castro, passa por uma intervenção interna para retirá-lo da Venezuela", observou.

Segundo o *NYT*, estrategistas militares preparam listas de instalações usadas pelo narcotráfico que poderiam ser alvejadas. O Pentágono também estaria planejando atacar unidades militares próximas a Maduro. Na semana passada, Trump teria comandado duas reuniões, na Sala de Situação da Casa Branca, para repassar as opções para lidar com a Venezuela. A expectativa é de que, antes de uma eventual ação militar contra o país sul-americano, os EUA lancem mão de operações clandestinas da CIA.

Luis Robay/AF



A ex-presidente Cristina Fernández de Kirchner: propinas milionárias

Justiça argentina apreende bens de Cristina Kirchner

Assim que o processo teve início, Cristina Fernández de Kirchner disse: "Não tenho medo. A história, como sempre, colocará as coisas em seu lugar". Poderão inventar causas, manipular juízes ou redigir sentenças, mas não vão deter a organização do peronismo", acrescentou a ex-presidente argentina. Ontem, a Justiça ordenou a apreensão de bens no valor de US\$ 500 milhões (cerca de R\$ 2,66 bilhões) contra Kirchner e outros condenados em um caso de corrupção.

Desde junho, a líder peronista cumpre pena de seis anos de prisão domiciliar e inelegibilidade política perpétua após ser considerada

culpada de corrupção na adjudicação de obras públicas entre 2003 e 2015 — período em que governou seu marido, o falecido Néstor Kirchner, e depois ela própria.

Após a condenação, na qual foi ordenado o pagamento de cerca de US\$ 500 milhões, um tribunal federal avançou com a apreensão de mais de uma centena de bens, segundo a decisão obtida pela agência France-Presse. A medida busca "restituir ao Estado os bens obtidos ilicitamente — e derivados — como legítimo proprietário e, ao mesmo tempo, reparar a sociedade pelos danos materiais e simbólicos decorrentes da conduta delitiva."

A decisão determina, entre outros pontos, o confisco de uma propriedade de Kirchner em Santa Cruz e acrescenta à lista 19 bens cedidos a seus filhos Máximo e Florença. Também ordena o confisco de 84 bens do empresário Lázaro Báez, que cumpre pena por envolvimento no direcionamento e superfaturamento de obras públicas viárias em Santa Cruz durante os governos dos Kirchner. O tribunal encarregou a Suprema Corte de definir se algum dos imóveis confisca serão destinados ao uso do próprio Poder Judiciário, antes de avançar com sua eventual venda em leilão.

"Cadernos"

Enquanto isso, a ex-presidente (2007-2015) enfrenta, desde 6 de novembro, um julgamento pela causa "Cadernos", o maior caso de corrupção da história judicial argentina. Ela é acusada de liderar uma associação criminosa e de receber milhões de dólares em mais de 200 subornos de empresários em troca de contratos estatais. A causa tem 87 réus, a maioria ex-funcionários e empresários, e as audiências são feitas por Zoom porque não existe uma sala judicial na Argentina grande o suficiente para acomodar os envolvidos.

UCRÂNIA

Plano de paz inclui a cessão de territórios

A Ucrânia recebeu uma nova proposta de paz dos Estados Unidos que exige a cessão do território controlado pela Rússia e a redução do Exército ucraniano em mais da metade. O esboço do plano, revelado por uma fonte à agência internacional de notícias France-Presse (AFP), prevê "o reconhecimento da Península da Crimeia e de outras regiões que os russos tomaram" e "a redução do exército para 400 mil efetivos". A AFP não pode confirmar a informação de forma independente, e a fonte pediu para manter o anonimato. De acordo com ela, Kiev também será obrigada a renunciar ao seu armamento de longo alcance.

"Um ponto importante é que não entendemos se isso é algo de (Donald) Trump" ou de "seu entorno", disse essa fonte, ao citar o presidente dos Estados Unidos. Também não está claro o que a Rússia faria em troca dessas concessões. A AFP entrou em contato com a Casa Branca, mas não obteve resposta.

Em entrevista ao *Correio*, Olehixy Haran, professor de política



Bombeiros controlam chamas em prédio atingido, em Ternopil (oeste)

compromisso aqui envolve um cessar-fogo ao longo do fronte, mas não podemos reconhecer formalmente as anexações russas."

Ataques letais

Do lado de fora do prédio de nove andares, em Ternopil, na região oeste da Ucrânia, Oksana espera. Os olhos, vermelhos, se fixam nos escombros. "Eles (bombeiros) nada dizem, não podem chegar até ele. Estou aguardando. Espero que Deus dê a ele força e paciência", desabafa a mãe de Bogdan, de 20 anos, preso sob as ruínas do edifício bombardeado pela Rússia.

Os ataques deixaram 25 mortos, incluindo três crianças, e 92 feridos. "Eu liguei para ele e disse: 'Bogdan, vista-se e saia!' Ele me respondeu: 'Mamãe, não se preocupe, tudo vai ficar bem!' Mas é tarde demais", declarou a mulher à AFP. De acordo com a Força Aérea da Ucrânia, a Rússia lançou mais de 476 drones e 48 mísseis. Ataques noturnos também deixaram dezenas de feridos na região de Khariv (nordeste). (Rodrigo Craveiro)



Israel ameaça cessar-fogo e mata 27 em Gaza

Pela terceira vez desde 9 de outubro, quando foi assinado o plano de Donald Trump para pôr fim à guerra, Israel violou o acordo de cessar-fogo e bombardeou a Faixa de Gaza. "O que está acontecendo aqui é um estado de loucura e de agressão brutal, uma flagrante violação de todos os acordos de cessar-fogo", relatou à reportagem o repórter fotográfico palestino Ahmed Al-Saifi, 24 anos, morador do norte da Cidade de Gaza.

De acordo com ele, os recentes ataques mataram 27 pessoas. "Foram 13 mártires em Khan Yunis; 11 em uma ofensiva contra casas de civis, no bairro de Al-Zaytoun; e três em Al-Shuja'ya. As Forças de Defesa de Israel acusaram o movimento islâmico palestino Hamas pelas violações do cessar-fogo. Em nota, informaram que o Hamas disparou contra soldados no sul do enclave. "A ação constitui uma violação do acordo de cessar-fogo", afirmou. A primeira violação, por parte dos israelenses, ocorreu em 19 de outubro, quando mais de 30 palestinos foram mortos.

O segundo incidente foi nove dias depois, com 100 mortes. Na foto acima, militares americanos trabalham em um centro de controle para supervisionar o cessar-fogo, em Kiryat Gat, no sul de Israel.

VISÃO DO CORREIO

Escravidão contemporânea mantém viva a luta de Zumbi

Hoje, quando relembramos a coragem e a luta de Zumbi dos Palmares contra a escravidão dos negros, sequestrados pelos colonizadores em várias regiões do continente africano, a homenagem está contaminada pela frustração de constatarmos que, em pleno século 21, há segmentos da economia nacional desprovidos de respeito e humanidade com os que vivem em situação de penúria nas cidades ou no meio rural.

Desde 1995, quando teve início a fiscalização do trabalho análogo à escravidão, mais de 65 mil pessoas foram resgatadas pelas equipes de auditores-fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. A exploração hedionda da mão de obra dos que vivem em situação de miséria decorre da perversa combinação de ganância e desumanização de seus iguais, depreciados devido à cor da pele e à manutenção dos padrões feudais. Mais de 80% dos escravos contemporâneos, resgatados pelos auditores-fiscais, são negros.

Mais de um século depois da abolição da escravidão (135 anos), os empresários e patrões ignoram a Constituição de 1988, a legislação trabalhista e, propositalmente, os direitos humanos. Adolescentes, adultos e idosos têm sido vítimas dessa aberração no país. Na lista de atualização semestral, entre 2020 e 2025, foram resgatados 1.530 trabalhadores, a maioria deles explorados em pecuária de corte, cultivo agrícola e serviços domésticos.

Na última atualização do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à

de escravo, em outubro deste ano, 685 empregadores foram autuados e inseridos na Lista Suja do Trabalho Escravo. O maior número de resgatados em 2024 foi em Minas Gerais, com 500 trabalhadores, seguido de São Paulo, com 46, e da Bahia, com 198. No Distrito Federal, foram libertados 29 trabalhadores em condições degradantes — 23 em uma granja e seis em depósitos de carvão.

As punições financeiras e de privação da liberdade, fixadas pelos tribunais, têm sido insuficientes paraibir essa modalidade de exploração. O Brasil foi um dos últimos países da América do Sul a romper com o trabalho escravo, em 1888, por meio da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, que não previu nenhuma reparação aos negros escravizados.

Em mensagem ao *Correio*, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, avalia que, a partir da última reforma trabalhista e a liberação exacerbada e generalizada da terceirização e, mais recentemente, do que se chama pejotização, deu-se início a um processo que produz a precariedade dos elos de produção. Todos dessa cadeia buscam ter lucro, o que culmina no trabalho análogo à escravidão. "Nós precisamos que a sociedade ajude, porque finalizar com isso não é só um trabalho de governo, do Ministério de Trabalho e Emprego, é de toda a população, de toda a sociedade".

Denunciar a exploração de pessoas vulneráveis é um ato de cidadania, de respeito à vida, de combate à violência e às deprecáveis injustiças sociais que envergonham o país.

Na última atualização do cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dab.com.br

Conscientização tem de ser ampla

O projeto de lei que aumenta as penas para crimes sexuais contra crianças e adolescentes — aprovado na semana passada no Senado e à espera de sanção pelo presidente da República — também determina que União, estados e municípios, em conjunto com órgãos de segurança pública, adotem ações de combate a castigos físicos e tratamento cruel e degradante, tão comuns no Brasil para "educar" meninos e meninas.

O texto prevê campanhas educativas, direcionadas a escolas, unidades de saúde, entidades esportivas, entre outros. Fundamental, sim. E o trabalho de conscientização sobre o direito de crianças e adolescentes a uma educação positiva tem de ser amplo, começando junto às famílias. Os abusos acontecem, na imensa maioria das vezes, em casa, um local que deveria ser de proteção e afeto.

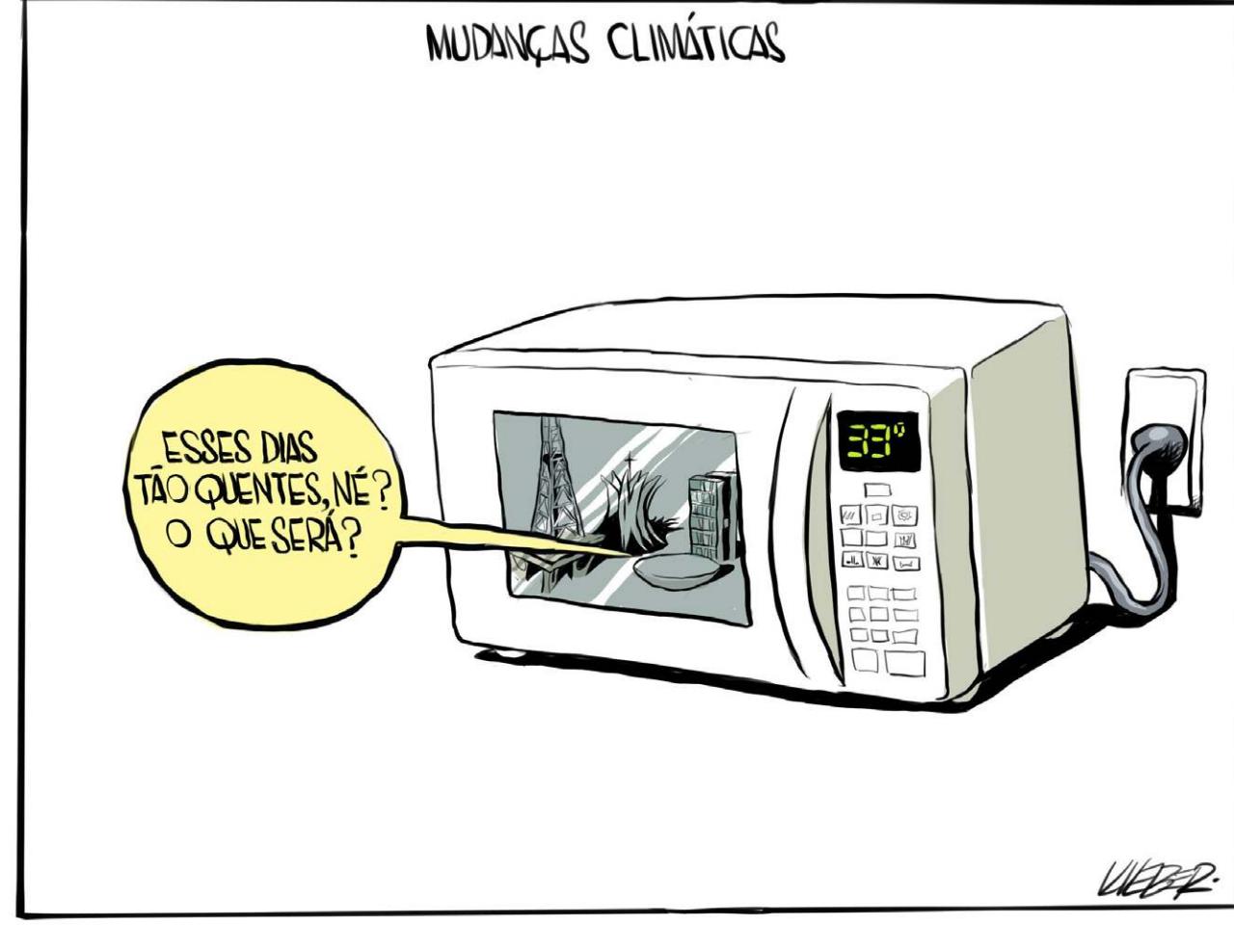
Somos um país em que persiste a hedionda cultura de espancar e humilhar meninos e meninas para "corrigi-los". Há a concepção de que pais ou responsáveis têm a prerrogativa de agredir, de impor tratamento degradante para "disciplinar".

Crianças e adolescentes sendo machucados é um problema público, não privado. Urge acabar com a invisibilidade dessa violência, implementar

políticas públicas efetivas para combatê-la. Todos nós — Estado, sociedade e família — temos de nos engajar nesse enfrentamento. Meninas e meninos têm o direito de brincar e de desenvolver plenamente suas capacidades. Têm de ser respeitados, especialmente no processo educacional. São cidadãos, não propriedades das famílias.

A Lei Menino Bernardo, que modificou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que meninos e meninas "têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los". Direito que, para um sem-número deles, está a anos-luz de ser respeitado. A rotina que enfrentam é de dor e humilhação.

Os abusos físicos e psicológicos ferem a dignidade e podem impactar a saúde física e mental de crianças e adolescentes pelo resto da vida. Mesmo assim, neste país, continuamos a normalizar a crueldade. Até quando vamos fechar os olhos para tanto sofrimento?



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.

» E-mail: sredat.df@dab.com.br

Consciência negra

Dia 20 de Novembro é uma data para rememorarmos o líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi dos Palmares. A Lei 12.519/2011 instituiu o Dia da Consciência Negra, e a Lei 14.759/2023 transformou a data em feriado nacional. Esses foram passos iniciais e simbólicos diante dos muitos que ainda precisamos dar na busca pela igualdade racial em uma nação que, ironicamente, tem o pluralismo cultural como marca presente. Ainda há muito a avançar. Hoje, por exemplo, o mercado de trabalho dá a entender que existe uma métrica para aferir a capacidade profissional baseada na raça e no CEP das pessoas. O caminho é longo e passa pelo reconhecimento do racismo estrutural em nossa sociedade. Há também uma questão de enorme simbolismo, cuja superação poderá trazer efeitos extremamente positivos: a eliminação, do nosso dia a dia, de expressões que, por muito tempo, se mascaram como meras brincadeiras inofensivas, mas sempre carregaram forte conotação de segregação racial. A saber, algumas delas: "lista negra", "mercado negro", "humor negro", "mancha negra", "a coisa tá preta", "página negra da história", "magia negra", "serviço de preto", "dia de branco", "inveja branca", "preto de alma branca", "zona negra", entre outras. Que o Dia da Consciência Negra seja uma data para frearmos práticas sociais discriminatórias. Nunca foi "mimimi"!

» Daniel Cunha
Águas Claras

Saiba, senhor chanceler, que seu rancor e sua grosseria não demonstram apenas a sua crueldade e o seu desprezo pela natureza, mas a sua ignorância que irá derrotá-lo por meio do holocausto climático que ajudou a plantar. Lembro o que o ilustre filósofo alemão Immanuel Kant disse: "o ser humano é aquilo que a educação faz dele".

» Eliane M. de Castro Rocha
Asa Norte

Muita fobia

O secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, disse que os preços da carne bovina estão altos porque os imigrantes estão atravessando as fronteiras trazendo seu gado, e não por causa das tarifas. A declaração — absurda — foi dada a um canal de televisão estadunidense. E aqui não se tratou de uma frase infeliz, mas de uma categoria afirmativa. Já não bastasse os ataques xenófobos dos EUA, agora teremos também a bovinofobia para "enriquecer" o debate sobre as tarifas impostas por Donald Trump.

» Marcus Aurelio de Carvalho
Santos (SP)

Céu de Brasília

Na edição do *Correio Braziliense* do último dia 14, o craque Silvestre Gorgulho destacou Anísio Teixeira e revelou que ainda tem um sonho grandioso: tombar o céu de Brasília. Edifícante missão. O céu de Brasília é parceiro do amor. É brejeiro e abrangente. Tem as flores do paraíso. O céu de Brasília carrega esperanças. Ilumina coloridos Ipês, árvores frutíferas e flamboyants. O céu de Brasília humaniza quadras, eixos e pontes. Alegria crianças. Tem o dom da suavidade. O céu de Brasília tem a fortaleza dos bons. Tem a perfeição dos anjos. O céu de Brasília escuta a ternura dos passos e beijos dos namorados. Protege idosos com carinho juvenil. Brilha na alma.

» Vicente Limongi Netto
Asa Sul

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Relação suspeita entre o GDF e o Banco Master: Acordei mais desconfiado e preocupado que correntista do BRB.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

E aí, senhores deputados que apoiam a compra do Banco Master, como fica a imagem de vocês perante aos eleitores? Em 2026, faxina geral na CLDF.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

Uma fraude bilionária é uma escolha consciente de quem prioriza o lucro sobre a responsabilidade.

Os R\$ 12 bilhões não desapareceram por si, mas foram sugados pela ganância e pela falta de controle. A liquidação do Banco Master é o retrato de um sistema vulnerável.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste

PL Antifacção: a extrema-direita fez um terrorismo para, enfim, não incluir terrorismo.

Vital Ramos de Vasconcelos Júnior — Jardim Botânico

Respeito não tem cor, tem consciência. Igualdade, justiça e respeito são um direito!

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Atacadistas estão animados para as vendas de Natal. Vai ser igual à Páscoa: um panetone custando um salário mínimo!

Antônio Rodrigues — Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

"Na quarta parte nova os campos ará
E se mais mundo houvera, lá chegara"

Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

VENDA AVULSA

Localidade SEG/SÁB DOM

DF/GO R\$ 5,00 R\$ 7,00

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 1.187,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

Assinante (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 WhatsApp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Correio do Brasil: (61) 3342-1000 ou (61) 99154.0045 WhatsApp, para mais

informações e outras opções de assinatura. As assinaturas com outras modalidades e formas de pagamento, Assinatura com forma de pagamento em empréstimo terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 WhatsApp

Publicidade: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 WhatsApp

Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 WhatsApp

SA- CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varella, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 WhatsApp.

ANJ INCL

Enderço na internet: <http://www.correioeb.com.br>

Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press.

Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A. Press Multimídia

Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias;

SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;

de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:

Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/

sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.

Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.

E-mail: dapress@dab.com.br Site: www.dapress.com.br

O Brasil só tem futuro com bem-viver para todos



» RACHEL QUINTILIANO
Jornalista, autora do livro *Negra percepção: sobre mim e nós na pandemia e membro-fundadora da Cojira-DF*

Mais de 300 anos após a morte de Zumbi dos Palmares, herói nacional, o Brasil reconheceu sua importância por meio da Lei 14.759/2023, que institui o 20 de Novembro como feriado nacional em sua homenagem e à consciência negra.

Para parte significativa da sociedade brasileira, o 20 de Novembro é conhecido e reconhecido desde a década de 1970, quando o movimento social negro reivindicou a data como um marco de denúncia contra o racismo e de proposição de políticas de reparação e promoção da equidade racial.

No que diz respeito às desigualdades raciais, amplamente identificadas pelos Censos, o país de 1600 e o país de hoje não parecem tão distantes, apesar dos avanços — inclusive em políticas públicas — que ganharam intensidade e efetividade a partir dos anos 2000. Na época de Zumbi, a população negra, livre ou escravizada, era maioria no país. Os números atuais mostram um Brasil com mais de 203 milhões de habitantes, onde pretos e pardos representam quase 60% da população, sendo as mulheres

mais

negras a maioria — 57 milhões de pessoas.

Essa não é apenas uma evidência estatística baseada no fenótipo, mas o resultado da ação organizada do movimento social negro, conhecida como “consciência negra”. Foi a partir da década de 1990 — quando o quesito cor do Censo passa a ser autodeclaratório e incorpora as categorias que conhecemos hoje (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) — que o país se tornou, a cada edição, “mais negro”.

Os números são, portanto, uma resposta à convocação dos movimentos sociais negros por “consciência negra” — questão central das principais marchas: Zumbi, Zumbi+10, Marcha das Mulheres Negras (2015) e a marcha prevista para o próximo dia 25, em Brasília, por “Reparação e Bem-Viver”.

Os dados do último Censo Demográfico mostram que o país mantém um padrão estrutural de exclusão da população negra, independentemente do indicador analisado. No mercado de trabalho, enquanto a taxa de desocupação entre brancos é de 11,3%, entre pessoas pretas chega a 16,5% e entre pardas, 16,2%. A diferença se repete no rendimento: trabalhadores brancos recebem, em média, R\$ 3.099 — valor muito superior aos R\$ 1.764 pagos a pessoas pretas e aos R\$ 1.814 destinados a pardas. A pobreza também tem cor: considerando a linha de US\$ 5,50/dia, 18,6% dos brancos estão abaixo do limite, enquanto 34,5% dos pretos e 38,4% dos pardos.

Situação semelhante se observa nos dados de moradia, violência e representação política. Em

todas as dimensões da vida social, sem exceção, pessoas negras estão em situação pior.

Isso prova, primeiro, que todas as estratégias de embranquecimento da população falharam, assim como o mito da cordialidade e da democracia racial. E, segundo, que uma minoria — seja pela necropolítica, ou seja pelo persistente pacto da branquitude — coloca cotidianamente em curso estratégias que tornam o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, em que a perspectiva racial se configura como elemento estruturante dessa realidade.

Portanto, não é exagero afirmar que, em diversas áreas do campo social, as pessoas negras estão em situação de desvantagem. Isso significa que a maioria da população está em desvantagem no acesso a bens e serviços, inclusive públicos.

Se os dados continuarem sendo ignorados e as soluções apresentadas não forem adotadas com eficiência, arrisco dizer que o país, como um todo, entra em colapso social no médio e longo prazo, o que inviabiliza o desenvolvimento. Pessoas negras e não negras estão no mesmo barco, que parece navegar à deriva — ainda que algumas estejam nos porões e outras nas cabines com varanda, comuns nos cruzeiros de alto luxo.

O 20 de Novembro de 2025 convoca, então, para uma reflexão profunda e para um compromisso coletivo em dar visibilidade e vazão às soluções apontadas há séculos — e atualizadas cotidianamente pelo movimento social negro — rumo ao bem-viver de todas as pessoas.



A bela árvore da educação

Na publicação do best-seller *The beautiful tree*, do pesquisador James Tooley, foi aberta e exposta ao mundo uma ferida antiga e muito mal cicatrizada, relativa ao debate sobre a qualidade educação nos países em desenvolvimento, sobretudo aquela ministrada nas escolas públicas. O pesquisador britânico demonstrou, por meio de um rigoroso trabalho de campo em diferentes continentes, algo que muitos governos tentam sistematicamente ocultar: que as populações mais pobres, cansadas da ineficiência crônica do Estado, estão criando as próprias soluções educacionais, financiando com grande sacrifício pequenas escolas privadas de baixo custo que, embora invisíveis à narrativa oficial, produzem resultados superiores aos da rede pública.

Essa revelação foi recebida com desconforto justamente porque expôs a distância entre o discurso paternalista dos governos e a realidade enfrentada pelas famílias que vivem nas margens das estatísticas. No Brasil, essa realidade não é apenas semelhante: é ainda mais gritante. Há décadas, o país convive com um sistema educacional que consome volumes colossais de recursos públicos, mas entrega resultados medíocres, quando não desastrosos.

Ano após ano, as avaliações nacionais reiteram a incapacidade estrutural do Estado de garantir alfabetização plena, proficiência mínima em matemática ou mesmo um ambiente escolar seguro. Em vez de avanços sólidos, o que se vê são sucessivas reformas anunciamadas com pompa, planos estrondosos, metas que expiram sem nunca terem sido alcançadas e, ao final, milhares de estudantes que concluem etapas escolares sem aprender o básico. Essa realidade é conhecida, debatida, lamentada, mas raramente enfrentada com honestidade. E, enquanto governos discutem comissões, diretrizes e marcos regulatórios, famílias pobres brasileiras buscam alternativas.

Nas periferias urbanas, nos sertões e nas áreas ribeirinhas, florescem discretamente pequenas escolas comunitárias, creches improvisadas, instituições confessionais de baixo custo e iniciativas independentes sustentadas por mensalidades modestas, pagas com enorme esforço. Elas não contam com subsídios estatais, não são celebradas em conferências internacionais, tampouco aparecem nas estatísticas oficiais. No entanto, são procuradas porque oferecem algo essencial: ensino efetivo, disciplina, controle social direto e, principalmente, a sensação de que existe ali um compromisso real com o aprendizado das crianças.

Assim como Tooley registrou em suas viagens pela África ou pela África, o Brasil também tenta invisibilizar essas experiências. A burocracia estatal, ao mesmo tempo em que falha em entregar qualidade, cria barreiras para que essas iniciativas prosperem. Exige-se delas um nível de regularização estrangulador, muitas vezes incompatível com sua realidade material, ao mesmo tempo em que se tolera a precariedade estrutural da própria escola pública. O paradoxo é evidente: cobra-se excelência administrativa de quem está tentando suprir uma ausência do Estado, mas aceita-se como inevitável o baixo desempenho de escolas cuja manutenção consome bilhões. Trata-se de uma inversão de prioridades que revela mais sobre a proteção de interesses políticos do que sobre uma preocupação genuína com a educação de crianças pobres.

Reconhecer sua eficácia significaria admitir que o problema da educação brasileira não é, prioritariamente, falta de recursos, mas, sim, de gestão, accountability, responsabilidade e visão de longo prazo. Significaria aceitar que a liberdade de escolha das famílias pode produzir resultados mais sólidos do que estruturas burocráticas incapazes de se reformar. A verdade é que o Brasil vive hoje uma contradição profunda: dispõe de um dos maiores orçamentos educacionais do mundo em valores absolutos, mas entrega índices de aprendizagem comparáveis aos de países muito mais pobres.

É um esforço silencioso, invisível, doloroso, mas que revela uma fé inabalável na educação como caminho de ascensão social. O Brasil precisa encarar essa realidade com maturidade. Ignorar ou perseguir iniciativas independentes não resolverá o fracasso estrutural da educação pública. Pelo contrário, apenas ampliará o fosso entre a retórica estatal e a experiência concreta das famílias. Se o objetivo nacional é garantir aprendizagem real, então o país deve reconhecer, apoiar e estudar esses modelos alternativos, não para substituírem o Estado, mas para ensinarem ao Estado como reconstruir a própria credibilidade.

The Beautiful Tree traz a lição de que não é que o Estado deva desaparecer. É que, quando ele falha reiteradamente, a sociedade encontra caminhos. E no Brasil, como em tantos outros lugares, a árvore bonita já começou a brotar entre os escombros da negligência oficial. Cabe aos governantes decidir se continuarão a arrancá-la, em nome de uma narrativa que não se sustenta, ou se finalmente permitirão que ela cresça, iluminando caminhos que há muito tempo deixamos de percorrer.

A frase que foi pronunciada:

Se uma nação espera ser ignorante e livre, em um estado de civilização, ela espera o que nunca existiu e nunca existirá.

Thomas Jefferson

História de Brasília

Os outros institutos bem que poderiam fazer a mesma coisa, para que a campanha se verificasse simultaneamente em todo o Plano Piloto.
(Publicada em 12/5/1962)

O 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, vai muito além de uma homenagem a Zumbi dos Palmares. É uma data para celebrar o protagonismo da população negra e refletir sobre os caminhos que o Brasil ainda precisa percorrer para garantir igualdade de oportunidades. A luta contra o racismo e a exclusão não é um tema restrito a grupos ou ideologias — é um compromisso de toda a sociedade com a justiça, o mérito e o desenvolvimento humano.

Mais da metade dos brasileiros se declara preta ou parda, segundo o IBGE. Essa maioria, porém, ainda enfrenta grandes obstáculos para acessar posições de destaque no mercado de trabalho e nas estruturas de poder. As barreiras vão desde a desigualdade educacional até a falta de representatividade em cargos de liderança. Não se trata de falta de talento, mas de oportunidades desiguais, muitas vezes determinadas por fatores históricos e sociais que o país ainda não superou.

Apesar disso, o que mais se destaca é a força dessa população, que tem transformado adversidades em caminhos de ascensão. O 20 de Novembro não deve ser lembrado com um olhar de vítima, e, sim, como símbolo de superação, capacidade e competência. A cada conquista, a população negra reafirma que não há limite quando o talento encontra espaço.



O 20 de Novembro e a força que transforma o Brasil



» JUVENAL ARAÚJO
Subsecretário de Políticas de Direitos Humanos e Igualdade Racial da Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal

O 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra, vai muito além de uma homenagem a Zumbi dos Palmares. É uma data para celebra-

re o protagonismo da população negra e refletir sobre os caminhos que o Brasil ainda precisa percorrer para garantir igualdade de oportunidades. A luta contra o racismo e a exclusão não é um tema restrito a grupos ou ideologias — é um compromisso de toda a sociedade com a justiça, o mérito e o desenvolvimento humano.

Mais da metade dos brasileiros se declara preta ou parda, segundo o IBGE. Essa maioria, porém, ainda enfrenta grandes obstáculos para acessar posições de destaque no mercado de trabalho e nas estruturas de poder. As barreiras vão desde a desigualdade educacional até a falta de representatividade em cargos de liderança. Não se trata de falta de talento, mas de oportunidades desiguais, muitas vezes determinadas por fatores históricos e sociais que o país ainda não superou.

Apesar disso, o que mais se destaca é a força

dessa população, que tem transformado adver-

sidades em caminhos de ascensão. O 20 de Novem-

bro não deve ser lembrado com um olhar de vici-

mismo, e, sim, como símbolo de superação, capa-

cidade e competência. A cada conquista, a popu-

lação negra reafirma que não há limite quando o

talento encontra espaço.

A presença negra também cresce no setor pú-

lico, na política e na educação. Jovens negros e ne-

gras, muitas vezes os primeiros de suas famílias a

ingressar na universidade, transformam o conhe-

cimento em ferramenta de mobilidade social. Pro-

fessores, gestores e empreendedores têm criado

referências e exemplos para futuras gerações.

O 20 de Novembro é, portanto, um chamado à

consciência coletiva. Um lembrete de que o racismo

não se combate apenas com leis, mas com atitudes

concretas: valorizando competências, apoiando o

empreendedorismo, ampliando o acesso à educa-

ção e combatendo estereótipos que limitam sonhos.

A população negra brasileira é feita de força,

inteligência e criatividade. É a base da cultura,

da economia e da inovação nacional. Do samba

ao hip-hop, das periferias às universidades, dos

pequenos comércios aos altos cargos, essa força

constrói o país todos os dias, mesmo quando o re-

conhecimento ainda não vem na mesma medida.

O desafio é fazer com que o mérito e o esforço

se sobreponham aos preconceitos. Que empresas

e instituições públicas enxerguem o potencial, e

não o estigma. Que os talentos negros deixem de

ser exceção e passem a ser regra em um Brasil mais

justo, competitivo e plural.

Celebrar o 20 de Novembro é celebrar o Brasi-

ll que dá certo quando aposta na própria diver-

sidade. É reconhecer que o povo negro não bus-

ca privilégios, mas o direito de competir de for-

ma igual e ser valorizado por sua competência. É

compreender que o país só alcançará sua verda-

deira potência quando todos tiverem as mesmas

condições de crescer.

Mais do que uma data, o 20 de Novembro é um

espelho. Ele reflete as conquistas, denuncia as de-

sigualdades e projeta um futuro em que o suce-

so não tenha cor. O Brasil tem no povo negro uma

das suas maiores riquezas — humana, cultural e

econômica. E é reconhecendo essa força que po-

deremos, enfim, construir um país onde a igual-

dade não seja um ideal distante, mas uma reali-

dade possível.

Mais do que uma data, o 20 de Novembro é um

espelho. Ele reflete as conquistas, denuncia as de-

sigualdades e projeta um futuro em que o suce-

so não tenha cor. O Brasil tem no povo negro uma

das suas maiores riquezas — humana, cultural e

econômica. E é reconhecendo essa força que po-

deremos, enfim, construir um país onde a igual-

dade não seja um ideal distante, mas uma reali-

dade possível.

A presença negra também cresce no setor pú-

lico, na política e na educação. Jovens negros e ne-

gras, muitas vezes os primeiros de suas famílias a

ingressar na universidade, transformam o conhe

Como JOGOS ON-LINE estimulam apostas reais

Estudo que acompanhou pouco mais de 2 mil meninos e meninas de 10 a 17 anos sinaliza que quem gosta de videogames com prêmios aleatórios, como nos jogos de azar, é mais propenso a começar a jogar com dinheiro verdadeiro

» ISABELLA ALMEIDA

Pessoas jovens que gostam de videogames com características semelhantes a jogos de azar, como itens de recompensas aleatórias dentro das partidas, têm mais chances de começar a apostar com dinheiro na realidade. É o que sugere um novo estudo belga, publicado ontem na revista *International Gambling Studies*.

Uma equipe de especialistas entrevistou pouco mais de 2 mil jovens jogadores duas vezes, com um intervalo de um ano. Em seguida, constataram que aqueles que participavam de jogos com elementos semelhantes aos de azar tinham maior probabilidade de apostar dinheiro real. Conforme os cientistas, os adolescentes precisam ser protegidos desse risco por meio de regulamentações atualizadas e campanhas de informação.

"Adolescentes, pais e educadores podem ser conscientizados sobre os riscos associados a elementos semelhantes a jogos de azar por meio de campanhas de informação", afirmou a autora principal, Eva Grosemans, assistente de pós-doutorado na Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica.

Para o trabalho, a equipe aplicou um questionário a 2.289 entrevistados, entre 10 e 17 anos, na Bélgica. Um ano depois, 2.197 entrevistados participaram da segunda fase. Desse total, 561 constituíram a amostra final.

Além disso, os cientistas descobriram que três em cada cinco participantes, 59,1%, interagiram com elementos semelhantes a jogos de azar em ambas as fases da pesquisa, enquanto 46,9% apostaram usando dinheiro real. Na primeira etapa, 75% dos adolescentes usaram loot boxes — pacotes de itens virtuais que contêm recompensas aleatórias — ou outros elementos semelhantes.

Conforme Flávia Marsola, psicóloga do Hospital Brasília Águas Claras, da Rede Américas, as loot boxes trabalham com a promessa de recompensa imediata. "Segundo Dan Siegel, que escreveu *O Cérebro do Adolescente*, esse sistema acaba funcionando com volume máximo enquanto o autocontrole continua em processo de maturação. O resultado disso é uma sensibilidade ampliada ao prazer e a tudo que é novo e que pode surpreender. Cada caixa aberta no jogo age como um pequeno experimento de risco, que ativa intensamente o circuito dopamínérigo. Tem algumas revisões de estudos que evidenciam que essa exposição aumenta



O comportamento mais propenso a apostas com dinheiro real foi observado com mais intensidade em homens do que em mulheres

Eu acho...



Arquivo pessoal
Tenho dois adolescentes em casa, meu filho, de 16, e meu enteado, 14. Eles adoram jogar on-line e preferem isso a sair de casa. Eu e meu marido temos que "pedir" para eles andarem de bicicleta e paramos de dar opção de sair ou não conosco. Tivemos brigas quando descobrimos que eles estavam gastando com jogos o dinheiro que ganhavam, comprando novos games ou melhorando personagens. Ficamos muito decepcionados e explicamos que eles não podem gastar assim o que uma pessoa trabalha vários dias para ganhar. Acredito que os jogos são produzidos para viciar os jovens e induzi-los a gastar. Aqui em casa estamos tentando diminuir o tempo dessas atividades, mas é muito difícil porque as interações sociais dos adolescentes também estão nessa vida on-line. Sabemos disso porque, nos raros momentos de encontros presenciais, eles conversam sobre videogames.

Renata dos Santos, 40 anos, empresária, Niterói, Rio de Janeiro

Duas perguntas para

ARTUR COSTA, psicanalista e professor sênior da Associação Brasileira de Psicanálise Clínica (ABPC)

Como os pais podem perceber que um adolescente está começando a se interessar demais por jogos de azar?

Um dos primeiros sinais costuma ser o aumento repentino do tempo de tela, acompanhado de uma ansiedade constante para jogar ou abrir caixas e recompensas. Muitas vezes aparecem pequenos gastos escondidos, como compras não autorizadas ou "sumiços" no cartão dos pais, além da necessidade insistente de tentar "só mais uma vez". Irritação quando é impedido de jogar e

conversas frequentes sobre chance, probabilidade, skins raras ou itens valiosos também são indicadores importantes. Sobre a perspectiva psicanalítica, o alerta maior surge quando o jogo começa a funcionar como uma forma de anestesiar emoções difíceis. O que caracteriza um risco claro de envolvimento problemático com mecanismos semelhantes aos do jogo de azar.

O que pode ser feito para ajudar um jovem a não se envolver em apostas?

Três caminhos costumam funcionar muito bem na prevenção do uso problemático de jogos. O primeiro é a educação emocional:

conversar abertamente sobre risco, impulsividade e manipulação digital. Os adolescentes entendem muito mais do que imaginamos, e essa troca reduz a sensação de que o assunto é proibido ou vergonhoso. O segundo é estabelecer limites claros, como tempo de tela, regras de uso e acompanhamento das microtransações. O terceiro é oferecer um ambiente afetivo estável. Quando o jovem se sente ouvido, tem vínculos fortes e mantém uma rotina equilibrada, a tendência de buscar escape emocional nos jogos diminui. Além disso, é importante estimular outras fontes de recompensa na realidade, como esporte, música ou desafios saudáveis.



a probabilidade de o jovem migrar para apostas reais no futuro."

Diferenças de gênero

Pela análise, 88,5% dos meninos se mostraram mais propensos a esse tipo de comportamento; entre as meninas, 64,1% usaram dinheiro nessas atividades. A segunda fase da pesquisa revelou que 60,3% dos participantes se envolveram em alguma forma

de jogo de azar no último ano. Nesse caso, houve pouca diferença entre participantes do sexo masculino e feminino. Foram incluídas no questionário raspadinhos, a mais popular entre os voluntários, jogar na loteria e jogos de azar on-line.

Segundo Priscilla Montes, educadora e especialista em neuroeducação e desenvolvimento infantil, no Rio de Janeiro, o ponto-chave não é o videogame em si, mas o desenho

comportamental utilizado, especialmente aqueles que replicam sistemas de apostas para um cérebro ainda em formação. "Educação digital, supervisão ativa e diálogo aberto são as ferramentas mais potentes. Quando pais e escolas compreendem o impacto neurobiológico desses recursos, conseguem construir ambientes mais seguros, críticos e equilibrados para que adolescentes usem tecnologia com autonomia,

não como armadilha emocional."

Para Bart Soenens, professor da Universidade de Ghent e coautor da publicação, embora os efeitos observados no estudo possam parecer modestos, eles são consistentes em magnitude com o que já foi descoberto em estudos anteriores. "Análises adicionais baseadas em uma abordagem de ação racional mostraram que a atitude e a intenção em relação ao jogo desempenharam um papel mediador

significativo nos efeitos de elementos semelhantes ao jogo sobre as mudanças no comportamento de jogo."

Os autores afirmaram que, apesar dos pontos fortes dos estudos, os dados apresentados devem ser interpretados com cautela. "Pesquisas futuras poderiam se beneficiar de critérios mais rigorosos para classificar o engajamento", declaram.

Conforme Grosemans, o trabalho pode ajudar a informar os legisladores sobre os efeitos negativos de diversos elementos semelhantes a jogos de azar presentes em videogames. "Os resultados desse estudo destacam a importância de ampliar o escopo das regulamentações para além das loot boxes, incluindo uma variedade de características semelhantes a apostas."

MAL GENERALIZADO

Violência contra mulheres cai de forma "dolorosamente lenta"

Christopher Black / WORLD HEALTH ORGANIZATION / AFP



Tedros Adhanom: "Uma das injustiças mais antigas e generalizadas"

Cerca de uma a cada três mulheres em todo o mundo sofreu violência por parte do companheiro ou foi agredida sexualmente por algum desconhecido. Em face dos dados alarmantes, a Organização Mundial da Saúde (OMS), responsável pela divulgação do relatório, afirmou ontem que esses índices melhoraram "timidamente" nas últimas duas décadas.

"A violência contra as mulheres é uma das injustiças mais antigas e generalizadas da humanidade, mas segue sendo uma das que menos se combate", afirmou Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da agência sanitária da Organização das Nações Unidas (ONU), em um comunicado. "Nenhuma sociedade pode se considerar justa, segura ou saudável enquanto metade de sua população viver com medo", acrescentou Tedros, a menos de uma semana do Dia Internacional para a Eliminação

da Violência contra as Mulheres e as Meninas, em 25 de novembro.

A OMS estimou que cerca de 840 milhões de mulheres em todo o mundo — quase um terço da população feminina — sofreu violência do companheiro ou agressão sexual de um desconhecido ao longo da vida. Só no último ano, 316 milhões, 11% das maiores de 15 anos, foram abusadas física ou sexualmente pelo parceiro.

O progresso tem sido "dolorosamente lento", ressaltou a OMS, assinalando que a violência praticada pelos companheiros só diminuiu 0,2% ao ano nas últimas duas décadas. Lynn Marie Sardinha, do Departamento de Saúde Sexual, Reprodutiva, Materna, Infantil e Adolescente, e Envelhecimento da OMS, advertiu que o número de casos denunciados pode aumentar. "É provável que uma maior conscientização dê lugar a um aumento das

denúncias de violência", declarou Sardinha à imprensa.

Pela primeira vez, o painel da OMS incluiu estimativas nacionais e regionais de violência sexual cometida por alguém que não é o companheiro íntimo da vítima. A agência destacou que 263 milhões de mulheres foram violentadas por pessoas que não eram seus parceiros, a partir dos 15 anos. O problema, advertiu, está "muito sub-representado devido ao estigma e ao medo".

Pouco dinheiro

O relatório utilizou dados compilados entre 2000 e 2023, de 168 países, e revelou "uma crise profundamente desatendida e uma resposta com um financiamento muito insuficiente", segundo a OMS. Em 2022, por exemplo, somente 0,2% da ajuda mundial ao desenvolvimento foi destinado a

programas centrados na prevenção da violência contra as mulheres.

Segundo a publicação, a violência de gênero começa cedo e os riscos persistem com o passar dos anos. Só no último ano, 12,5 milhões de adolescentes, 16% das mulheres com idades entre 15 e 19 anos, foram abusadas pelos companheiros.

"Os resultados evidenciam uma realidade trágica para as mulheres e as meninas de todo o mundo (...) em praticamente todas as comunidades", declarou Jeremy Farrar, vice-diretor-geral de Promoção da Saúde, Prevenção de Doenças e Atenção Sanitária da OMS. No entanto, os dados também evidenciaram que a população feminina dos países mais pobres, assim como aquelas que vivem em áreas afetadas por conflitos e vulneráveis às mudanças climáticas, são afetadas de forma desproporcional.



Em defesa de mais ações afirmativas

Para marcar o Dia da Consciência Negra, o **Correio Braziliense** reuniu autoridades, pesquisadoras, ativistas e empreendedoras em torno da discussão do protagonismo das mulheres negras no país e da cobrança por mais políticas públicas

» DARCIANNE DIOGO
» LUIZ FELIPE ALVES

A defesa de políticas culturais com ações afirmativas marcou o debate *Histórias de Consciência: Mulheres em Movimento*, promovido pelo **Correio Braziliense** ontem. O evento gratuito, mediado pelas jornalistas Carmen Souza e Rosâne Garcia, reuniu 11 palestrantes para discutir o protagonismo das mulheres negras no país. O evento contou com o apoio do Movimento, um programa do Sebrae-DF. Ao lado de pesquisadoras e gestoras, a ministra da Cultura, Margareth Menezes, falou, na abertura, sobre a democratização do acesso. "Só se sustenta quando alcança quem está na ponta e quando reconhece a potência do povo negro".

Em 25 minutos, a ministra destacou os feitos do Ministério na área da inclusão e a oferta de oportunidades à mulher negra, frisando a importância da luta coletiva para a causa, independentemente de cor ou raça. Margareth Menezes insistiu na necessidade de ações afirmativas e citou a Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) — uma iniciativa do governo federal que visa fomentar a cultura em todos os estados, municípios e no Distrito Federal, por meio de um repasse financeiro contínuo e permanente. "O fundo chega a 99% das cidades e 100% dos estados brasileiros. Dentro dessa política, trazemos também as cotas."

"Começamos no Ministério fazendo ações para trazer mais mulheres para nossas políticas do audiovisual, lançando edital para oportunizar essa perspectiva para mulheres negras e indígenas. É uma maneira de colocarmos luz neste momento. Estamos sendo transversais nessas políticas. E isso tem tudo a ver com a mulher. É a mãe que acolhe, que garante o crescimento dos seus filhos", destacou.

Margareth lembrou que a cultura brasileira é majoritariamente movida por mulheres e que a democratização do acesso passa por reconhecer essa liderança. "Quando fortalecemos essas profissionais, reconstruímos a política, a sociedade e a democracia que queremos materializar".

Na fala, a ministra destacou, ainda, a importância da luta contra o racismo ser coletiva e a necessidade de o brasileiro acreditar no próprio potencial. "Qualquer país tem problema, questões sociais, e, às vezes, a gente se julga, quando lá fora nos veem com muitas oportunidades. E tem lugar para todo mundo, especialmente para as mulheres negras." Segundo ela, a luta contra o racismo não deve ser encabeçada apenas por pessoas negras. "É do ser humano em fazer e querer ver um país melhor, mais fraterno, onde haja muita fé."

Negacionismo

"O fato de fingir que o racismo não existe é o pior que pode acontecer", opinou a vice-governadora do DF, Celina Leão. Ela também participou da abertura do evento.

Em sua fala, destacou as ações promovidas pelo GDF. "Temos im-



Quando fortalecemos as profissionais, reconstruímos a política, a sociedade e a democracia que queremos materializar"

Margareth Menezes,
ministra da Cultura



A negação impediu que a gente evoluísse de forma mais incisiva na luta contra o preconceito. Precisamos desses espaços, para reconhecer e melhorar"

Celina Leão, vice-governadora



Nos materiais escolares, as mulheres não apareciam como heroínas. Como esperar que meninas sonhem grande se conteúdos a reduzem a coadjuvantes?"

Gina Vieira, idealizadora do Programa Mulheres Inspiradoras

plementado a legislação aqui no DF. Além disso, fazemos campanhas voltadas para o ensino que abrange desde o fundamental até o ensino médio. Queremos também trazer a implementação efetiva da Lei 10.639 (obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira). Ações como essa têm o poder para mudar a cultura do país", afirmou.

Para Celina, o Brasil negou por muito tempo o preconceito. "A negação impediu que a gente evoluísse de forma mais incisiva na luta contra o preconceito. Por isso, precisamos desses espaços de fala para reconhecer onde estamos e o que precisamos melhorar", disse.

Celina se emocionou ao relembrar um caso de preconceito sofrido pelo filho. "Ele estava em uma

fila na escola e uma senhora passou na frente dele. Meu filho avisou que tinha uma fila e a mulher olhou para trás e falou 'Eu pensei que tinha fila para branco', relembrando. 'Essa situação que eu vivi muitas outras pessoas vivem. Precisamos realmente reprimir essas ações', acrescentou.

Educação

Gina Vieira, mestre em linguística pela Universidade de Brasília (UnB) e idealizadora do Programa Mulheres Inspiradoras, defendeu uma transformação urgente na educação básica para enfrentar o racismo e o sexismo ainda presentes na formação escolar brasileira.

A docente lembrou que sua tra-

jetória nasce do valor dado à educação dentro de casa. "A máxima que trouxe minha mãe para Brasília foi: 'Meus filhos nascerão em um lugar que tem escola'. Meu pai, mesmo não alfabetizado, foi o homem mais integral que conheci. Eles me ensinaram a amar a educação", disse. Movida por essa herança, tornou-se professora em 1991, em Ceilândia, onde percebeu, cedo, que os livros didáticos eram "máquinas de apagamento".

"Nos materiais escolares, as mulheres não apareciam como heroínas ou protagonistas. Como esperar que meninas sonhem grande desde a infância aprendem conteúdos que reduzem mulheres a coadjuvantes ou objetos?", questionou. Para Gina, a escola que temos ain-

da é racista e sexista, porque reproduz a lógica de um país que por séculos violentou e silenciou pessoas negras. "Há quem diga que todos somos iguais. Não somos. E é um imperativo inegociável que o projeto pedagógico rejeite todas essas desigualdades."

A educadora defende uma formação crítica, capaz de preparar cidadãos para pensar por si mesmos e enxergar o país sem distorções históricas. E criticou a baixa representatividade de mulheres — especialmente negras — na política institucional. "Partidos, em todo o espectro, não priorizam eleger mulheres. Isso tem impacto direto nas políticas públicas, inclusive, na educação."

Ao final, criticou o regime das

escolas cívico-militares do DF. "Preciso registrar minha crítica cabal à escola cívico-militar, que não forma pensamento crítico, não forma para emancipação. Precisamos formar cidadãos autônomos capazes de pensar por si mesmos. Não nos interessa escola que ensina a obedecer, se sujeitar, mas nos interessa escolas que ensinem os alunos a fazerem leitura crítica do país, que olhem para a história sem desrespeitá-la."

Presente à abertura do evento, o distrital Chico Vigilante (PT) destacou a importância do CB Debate. "O Correio sempre esteve à frente desses debates, fazendo com que as mulheres torem consciência do papel que elas têm na sociedade. É uma marca deste jornal", ressaltou.



Fotos: Minervino Júnior/CB



Desafios no mercado de trabalho



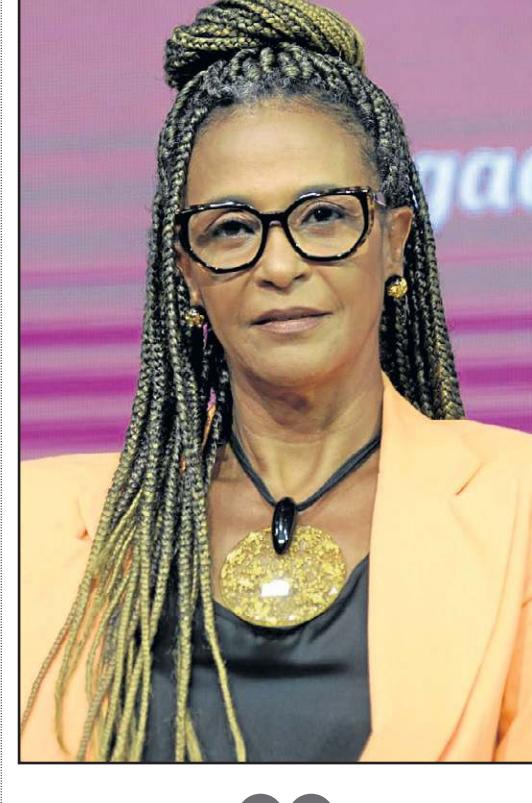
Acredito na educação como ferramenta transformadora de processos"

Doutora Jane, deputada distrital



Famílias negras sabem o que é a luta por estabilidade"

Ilka Teodoro, advogada e ex-administradora do Plano Piloto



Diversidade sem poder é só presença"

Dora Gomes, presidente do Instituto É Possível



Não basta contratar. É preciso garantir pertencimento"

Rafaela Santana, administradora e mestrandona em psicologia

Debate busca soluções para a persistência do racismo estrutural e processos seletivos excluidentes que limitam a inserção e a ascensão de pessoas negras

» CARLOS SILVA
» MANUELA SÁ*
» MILA FERREIRA
» LUIZ FELIPE ALVES

No primeiro painel do evento *Histórias de Consciência: mulheres em movimento*, realizado pelo Correio Braziliense, a advogada e ex-administradora do Plano Piloto Ilka Teodoro; a presidente do Instituto É Possível, Dora Gomes; a administradora e mestrandona em psicologia Rafaela Santana; e a deputada distrital Doutora Jane (Republitanas) discutiram os desafios estruturais que ainda impedem a plena inserção e a ascensão das mulheres negras no mercado de trabalho. As convidadas abordaram desde a persistência de processos seletivos excluidentes até a ausência de representatividade em cargos de liderança.

Em comum, as falas apontaram para a urgência de políticas intencionais, formação continuada e ambientes corporativos capazes de garantir equidade real — e não apenas simbólica — às profissionais negras.

Primeira a discursar, Ilka Teodoro revisitou a própria trajetória marcada pela busca por estabilidade e

pela necessidade de conciliar sonhos com as limitações impostas pelo racismo estrutural. Ela lembrou que cresceu em uma família que sempre valorizou a educação, mas destacou que, para pessoas negras, a relação com o futuro costuma ser mais urgente e pragmática.

"Famílias negras sabem o que é a luta por estabilidade e a importância de garantir um futuro melhor para as próximas gerações", afirmou.

A narrar que sonhava em seguir carreira diplomática, Ilka relatou como acabou direcionada ao Direito após ser aprovada primeiro no curso. "Com mulheres negras, no geral, acaba que os percursos vão nos direcionando para situações diferentes de tudo o que a gente planejou", disse, ressaltando como expectativas e trajetórias são afetadas por desigualdades persistentes.

No relato sobre a própria ascensão profissional, Ilka explicou que a advocacia se tornou seu caminho natural e que a vitória nas eleições da OAB, em 2012, representou uma mudança profunda em sua consciência política e identitária. "Foi o encontro com o ativismo, que até então eu não tinha experimentado: o voltado tanto

para as questões de gênero quanto para as questões raciais", afirmou.

Desigualdade

A presidente do Instituto É Possível, Dora Gomes, por sua vez, apresentou um panorama contundente da desigualdade racial no mercado de trabalho privado. Dados reunidos pela instituição junto a órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego, o Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra) e o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), entre outros, mostram, por exemplo, que, no segundo trimestre de 2024, a taxa média de desemprego no país era de 6,9%, enquanto entre mulheres negras alcançava 10,1%.

Outro dado alarmante é o de que 82,6% dos cargos de alto escalão são ocupados por brancos, enquanto pretos representam apenas 0,5%. "Isso não são números de frieza estatística. Isso reflete uma expressão econômica do racismo estrutural que ainda vivemos no nosso país", afirmou.

Rafaela explicou que o problema

começa na porta de entrada das empresas, com critérios de sele-

ção que funcionam como filtros silenciosos. "É o que a gente chama de uma triagem invisível. Pessoas brancas são chamadas; pessoas negras, muitas vezes, nem sequer são convidadas para as entrevistas", disse. Dora acrescentou que bancas majoritariamente brancas reforçam o "viés inconsciente" no recrutamento. Para ela, inclusão real depende de ações intencionais. "Diversidade sem poder é só presença", resumiu.

Pertencimento

Em sua fala, a administradora e mestrandona em psicologia Rafaela Santana avaliou que, apesar dos avanços, a presença de pessoas negras nos espaços de decisão ainda é limitada. "O Brasil parte de um trabalho escravizado, isso é refletido nos dias atuais. Temos, sim, uma ascensão, mas são indicadores muito baixos", afirmou. Para Rafaela, políticas afirmativas seguem essenciais para transformar esse cenário. "Cotas e iniciativas públicas e privadas ajudam nesse processo, mas ainda temos muito a fazer", completou.

Rafaela também lembrou que

sua história começou com a migra-

ção da mãe para Brasília. Ela relatou que cresceu em um ambiente marcado pelo sentimento de "não lugar", comparando sua vivência ao filme *Que Horas Ela Volta?*. "Vivi muito tempo em uma casa na Asa Sul como a filha da empregada. O conceito de não lugar sempre esteve presente", contou.

A empreendedora também observou que chegar aos espaços de liderança não significa, necessariamente, ser acolhida neles. Ela reforça a necessidade de ambientes corporativos comprometidos com diversidade real. "Não basta contratar.

É preciso garantir pertencimento e criar estruturas que sustentem nossa permanência", ressaltou.

Letramento racial

Como primeira deputada distrital negra na história da Câmara Legislativa (CLDF), Doutora Jane defendeu a implementação de políticas públicas afirmativas como uma obrigação do Estado para reparar uma dívida histórica. A parlamentar, que atuou como delegada e professora, atribuiu sua trajetória à oportunidades conquistadas pela educação e enfatizou: "São

políticas públicas afirmativas que precisam existir para fazer justiça conosco. Nós vivemos quase 400 anos de escravidão e, depois, saímos da senzala para a favela, sem qualquer oportunidade".

Para ela, a desigualdade não é uma questão de capacidade, mas de acesso. "O que separa a população negra do resto do mundo não é a falta de inteligência ou capacidade, é a falta de oportunidade". Doutora Jane também destacou a importância de uma atuação firme de pessoas negras em posições de poder.

Como exemplo de ação concreta, citou a recente aprovação na CLDF, por unanimidade, de seu projeto de lei sobre letramento racial. "Acredito na educação como ferramenta transformadora de processos. Precisamos educar a todos por meio do letramento. Por meio do letramento, as pessoas entendem como não perpetuar o racismo e o preconceito", explicou a deputada.

O objetivo da proposta é "identificar, instruir e fazer com que as pessoas entendam o que é o racismo e como combatê-lo".

***Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso**



Um dos caminhos usados para reafirmação das demandas e fortalecimento das lutas da população negra são os coletivos. Professoras, gestoras e representantes de comitês falaram sobre o assunto em um dos painéis do debate de ontem

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Vivemos em um país onde o racismo, muitas vezes, não é reconhecido. Por isso, as políticas de combate não são efetivas. Precisamos de ações afirmativas reais"

Joice Marques, gestora da Casa Akotirene



Estamos há mais de 200 anos atuando para frustrar esse projeto de desumanização. É tempo de debater a reparação e a reparação passa por não anistiar as violações"

Ana Flávia Magalhães, professora da UnB



Pesquisas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar no Brasil mostraram que em um ambiente onde tem uma mãe de terreiro, uma zeladora ou uma ialorixá não há crianças desnutridas"

Janira Sodré, representante da Marcha das Mulheres Negras



Nossos pais também fizeram tratos e acordos, porque sabiam que a revolução iria acontecer pela educação. É nesse movimento que a gente acredita"

Janaína Soares, decana de Extensão da UnB

A força das coletividades

» MILA FERREIRA
» LUIZ FELIPE ALVES
» WALKYRIA LAGACI*
» MANUELA SÁ*

As discussões realizadas no CB.Debate Histórias de Consciência: mulheres em movimento enfatizaram uma questão em comum: a importância da coletividade na luta por igualdade racial e fortalecimento das demandas da população negra. Professoras, gestoras e representantes de comitês debateram o assunto em um dos painéis do debate de ontem e ressaltaram a importância da união de forças no combate ao preconceito e nas reivindicações de pautas comuns.

Joice Marques, gestora da Casa Akotirene, falou sobre a trajetória que a motivou a ocupar um local que, antes, não sabia que pertencia a ela. "Minha mãe cuidou de cinco filhos, sozinha. Vimos do Piauí para o Distrito Federal, pois ela buscava melhores condições de vida", contou. Na infância e na adolescência, Joice cresceu na periferia, presenciando situações diversas de discriminação e violência racial. Quando jovem, teve a oportunidade de conhecer diversas mulheres que a inspiraram. "Foi quando consegui me ver, porque fui ensinada a seguir o fluxo, não a dar novos passos", lembrou.

A gestora foi mãe solo aos 16 anos e, ao conhecer mulheres na mesma situação, teve esperanças. "Tinha um trabalho estável, onde meu filho se sentia seguro, e tive a honra de construir com mulheres do Distrito Federal o segundo Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Goiânia, que reuniu cerca de 2 mil mulheres negras de todo o Brasil", comentou.

Ela contou que, após o evento, percebeu que trabalhar atrás de telas, ajudando a construir os sonhos de outras pessoas, não era para ela, pois também tinha metas que buscava cumprir. "Pedi demissão do meu trabalho e chamei algumas parceiras de luta para ocuparmos o espaço e resistir nesse espaço. Foi quando começou a história da Casa Akotirene", relatou. "Nos entendemos como quilombo urbano, pela quantidade de corpos negros que passava por aquele espaço, criança, jovem, adolescente, adultos, idosos. A casa foi ganhando força, muita proporção, realmente", completou.



Há 2 mil denúncias de violação de direitos humanos por ano. Entre as quatro principais pautas, duas têm relação direta com as engrenagens da estrutura social do racismo"

Fábio Félix, deputado distrital



O que precisamos fazer é divulgar e educar, especialmente em direitos humanos. Essa educação deve começar cedo: desde a primeira infância, na escola, deve-se falar sobre igualdade"

Roberto Caldas, jurista e advogado

Por conta de tudo que já presenciou, ela percebe que o país ainda está muito longe de alcançar a igualdade racial, visto que o racismo é uma questão estrutural. "Vivemos em um país onde o racismo, muitas vezes, não é reconhecido. Por isso, as políticas de combate não são efetivas. Precisamos de ações afirmativas reais, que sejam implementadas e mantidas ao longo do tempo", afirmou.

Reparação

Historiadora e professora da Universidade de Brasília (UnB), Ana Flávia Magalhães destacou a importância da reparação histórica para que a população negra ocupe o espaço merecido na sociedade e frustre o que ela chamou de "projeto de desumanização".

"Estamos há mais de 200 anos atuando para frustrar esse projeto de desumanização. É tempo de debater a reparação e a reparação passa por não anistiar as violações que têm sido naturalizadas e legitimadas há séculos", ressaltou em sua fala durante o painel.

Ana Flávia enfatizou a relevância da mulher negra na sociedade. "Mulheres negras têm papel decisivo na movimentação de suas comunidades" afirmou. "O Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano. Precisamos pensar a popula-

ção a partir de raça e de gênero, e as mulheres negras são o maior segmento", assinalou.

Dignidade

A representante do comitê nacional da Marcha das Mulheres Negras, Janira Sodré, caracterizou o movimento como uma oportunidade de mostrar que "nós, mulheres negras, somos múltiplas e ocupamos muitos lugares".

Janira destacou em sua fala o bem-viver, trazendo ancestralidade, memória afetiva e ponderações sobre a vulnerabilidade dos corpos negros. Ela traçou um paralelo entre uma memória de sua mãe cozinhando e a insegurança alimentar. "Eu me lembro que minha mãe sempre colocava uma pimenta biquinho e um ramo de coentro no arroz branco, para dar uma dignidade poética de uma qualidade de vida em um ambiente de escassez material, porém, de muita profundidade espiritual", afirmou.

Ela reforçou o importante papel da governança de mulheres negras em comunidades. "Pesquisas do Conselho Nacional de Segurança Alimentar no Brasil mostram que em um ambiente onde tem uma mãe de terreiro, uma zeladora ou uma ialorixá não há crianças desnutridas nessas comunidades", ressaltou.

Para ela, há um legado de dignidade humanitária das mulheres

negras. "Esse cuidado e esse zelo podem ser inspirações para a perspectiva que nós temos e potencializar ainda mais as reflexões do bem-viver", frisou.

Educação

Janaína Soares, decana de Extensão da Universidade de Brasília (UnB), destacou em sua fala a importância de mulheres negras ocuparem espaços na educação e o valor que há em "passar pelos corredores da universidade e se ver". De acordo com a docente, essa experiência é fruto da luta de gerações.

A decana se lembrou das conquistas no espaço universitário: "Tenho 17 anos de universidade. Hoje, a gente encontra nas formaturas, nas colações de grau, nos auditórios e no centro comunitário, que cabe em uma média de 2 mil pessoas, gente de todas as cores. Isso quer dizer que as políticas públicas têm alcançado espaços e resultados".

Para Janaína, é importante reconhecer o que gerações passadas alcançaram. "Nossos pais também fizeram tratos e acordos, porque sabiam que a revolução iria acontecer pela educação. É nesse movimento que a gente acredita", acrescentou.

Ela falou, ainda, sobre atos simples de mulheres negras que são considerados revolucioná-

rios, marcas do racismo estrutural. "Venho da geração que tinha que alisar o cabelo. Mestiça, filha de indígena com negro, é impossível você se apresentar com o cabelo do jeito que quer. São códigos que, uma vez que a gente opta por não obedecer-ló, estamos transgredindo", afirmou.

Discriminações

O deputado distrital Fábio Félix (Psol) também participou do debate e reforçou a importância de combater a violência policial. Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), ele destacou a urgência em combater violências cometidas contra a população negra.

"Há 2 mil denúncias de violação de direitos humanos por ano. Entre as quatro principais pautas, duas têm relação direta com as engrenagens da estrutura social do racismo. Temos 800 mil pessoas presas neste país. Isso é algo direcionado à juventude negra brasileira", afirmou.

Ainda sobre violência, Félix falou que a juventude negra é o principal alvo. "Há um aumento de dados de violência policial no Distrito Federal. E são os jovens negros os mais vulneráveis devido à falta de acesso à política pública e à política social", ressaltou.

Jurista e advogado, Roberto Caldas enfatizou que a discriminação racial persiste em todas as esferas da sociedade, inclusive, no âmbito judicial. "O acesso e a saída de mulheres negras na Justiça é mais difícil", frisou.

Segundo Caldas, no mundo trabalhista o preconceito racial é notório. "No ambiente de trabalho, a discriminação é porta de entrada", ressaltou. Para exemplificar, ele lembrou o caso de Neusa dos Santos Nascimento e Gisele Ana Ferreira Gomes. "Essas mulheres tiveram uma entrevista de emprego marcada, mas, ao chegar ao local, as informaram que as vagas já haviam sido preenchidas. No entanto, uma mulher branca chegou depois e foi contratada", contou.

Para o juiz, o exemplo demonstra um preconceito estrutural persistente na sociedade brasileira, que deve ser combatido no âmbito educacional. "O que precisamos fazer é divulgar e educar, especialmente em direitos humanos. Essa educação deve começar cedo: desde a primeira infância, na escola, deve-se falar sobre igualdade, acesso e sobre garantir oportunidades para quem não tem, por exemplo, condições de estudar em uma escola particular com melhores recursos", concluiu.

***Estagiárias sob supervisão de Eduardo Pinho**



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.d@abr.com.br

Tempo dos cambuís

Há algum tempo, um leitor consignou, sutilmente e gentilmente, que eu ainda não havia falado do esplendor dos cambuís, que tingem de amarelo e verde os espaços abertos, as superquadras e as vias da cidade. Ele abriu o jornal de domingo com a certeza inapelável de que eu daria notícia da floração, mas o seu vaticínio não se confirmou. Gostaria de registrar que o leitor tem toda razão, a beleza da floração dos cambuís salta aos olhos, mesmo aos de um repórter distraído.

Gilberto Freyre forjou o conceito de "rurbano", concepção de cidade que alia, harmonicamente, as qualidades campestres e as citadinas. E isso em uma época de furor modernoso, que ameaçava atropelar qualquer vestígio de preocupação ecológica. Estive na Fundação Gilberto Freyre duas vezes, para negociar direitos autorais de textos inéditos, com os filhos do sociólogo-escritor, Fernando e Sônia Freyre.

A sede está instalada em um sobrado português, no bairro Apipucos, cercado, bucolicamente, de mangueiras, jabuticabeiras, limoeiros, abacateiros, pitangueiras, goiabeiras e coqueiros. Embora fosse entusiasta da transferência da capital do país para o Centro-Oeste, Gilberto fazia restrições a Lucio Costa e Oscar Niemeyer, pois, segundo o pernambucano,

eram brilhantes artistas de uma arquitetura escultórica, mas desatentos a aspectos sociais e ecológicos.

Eu gostaria que Gilberto visitasse a cidade em dezembro quando os cambuís atingem o esplendor nas superquadras, nas faixas centrais do Eixo Monumental Sul e Norte, no início da L2 Sul, na Vila Planalto, nas Asas Norte e Sul, entre outros pontos. Na época em que Gilberto esteve em Brasília a cidade-parque era apenas um conceito.

Mas, agora, ela floresceu em inúmeras espécies que promoveram um verdadeiro calendário floral, que subverteu o calendário apenas numérico das folhinhas e ameniza a aridez de algumas estações. E, com certeza, a presença densa do verde será importantíssima em um contexto de fenômenos extremos

das mudanças climáticas, nos quais já estamos mergulhados.

Existe uma Brasília totalmente desconhecida dos não brasilienses, que só veem a Esplanada dos Ministérios pela televisão e acham que a cidade é tão árida quanto uma paisagem lunar. Essa outra Brasília é a da cidade-parque, do calendário floral, dos ipês, dos guarapuvus, das sibipurunas, dos cambuís, dos joões-de-barro, dos bem-te-vis, dos canarinhos, das araras, dos tucanos ou das curicacas.

As mudanças climáticas transformaram o calendário floral. Em alguns lugares, os ipês não soltaram a floração. No entanto, os cambuís compareceram com todo o fulgor. É uma espécie exótica, mas que se adaptou plenamente ao ambiente urbano. Além da beleza, atraí as abelhas para a polinização e tem raízes fortes,

resistentes aos ventos que têm se tornado, cada vez mais ameaçadores, derrubando árvores a cada chuva.

Da janela do prédio, de dentro do carro em trânsito ou durante uma caminhada, os cambuís proporcionam o êxtase de um cinema transcendental no cotidiano da cidade. Certo dia de um final de ano, eu circulava de carro com muita filha pela Asa Sul, enquanto os cambuís e os flamboyants se deram de beleza pelos pontos por onde passávamos.

Estávamos falando do êxtase de morar em uma cidade-parque quando ela comentou: "Eu gosto quando a cidade fica assim tão florida. Parece que tudo vai dar certo em minha vida". É isso mesmo: a beleza é uma promessa de felicidade, me sopra ao ouvido Sthendal.

OPERAÇÃO COMPLIANCE ZERO

Ibaneis Rocha indicou Nelson Antônio de Souza para o comando do banco. Instituição nega bloqueio de bens e diz contratar auditoria externa para apuração de suspeita de fraudes nas negociações para a compra do Master

Ex-presidente da Caixa assumirá BRB

» ANA CAROLINA ALVES
» LETÍCIA MOUHAMAD

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), escolheu Nelson Antônio de Souza, ex-presidente da Caixa Econômica Federal, para assumir o comando do Banco de Brasília (BRB). A decisão, divulgada ontem, ocorreu após a Operação Compliance Zero, da Polícia Federal, revelar fraudes bilionárias envolvendo a tentativa do BRB comprar o Banco Master, de São Paulo. A investigação resultou na demissão de Paulo Henrique Costa, até então presidente do BRB.

Além de Nelson Antônio de Souza (veja perfil), Celso Elio Cavalheiro, anteriormente indicado para comandar o BRB, vai, agora, assumir a diretoria da instituição. Atualmente, Cavalheiro é superintendente-executivo de governo da Caixa. Segundo Ibaneis, "(eles) terão carta-branca para montar uma diretoria do tamanho que o banco precisa para seguir apoiando a população e o empreendedor do DF" (confira a entrevista abaixo com Ibaneis).

Antes de assumir, Nelson de Souza será sabatinado pela Câmara Legislativa (CLDF), o que deve acontecer na próxima segunda-feira, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças (Ceof) e, na terça-feira, a decisão passa pelo plenário da Casa.

Auditória externa

A troca no comando do BRB se deu após investigações da PF apontarem o envolvimento da instituição na emissão e negociação de créditos falsos. A finalidade seria a compra do banco Master. As apurações indicam que as fraudes contra o sistema financeiro podem ter movimentado até R\$ 16,7 bilhões entre 2024 e 2025 no Master, hoje sob liquidação extrajudicial.

O fundador e presidente do Master, Daniel Vorcaro, foi preso na terça-feira. A Justiça determinou também o afastamento de Paulo Henrique e do diretor de Finanças e Controladoria do BRB, Dairo Oswaldo Garcia Júnior. Ambos tiveram os bens bloqueados.

O BRB, por outro lado, negou ser alvo de bloqueio de bens por parte da Justiça Federal. Segundo

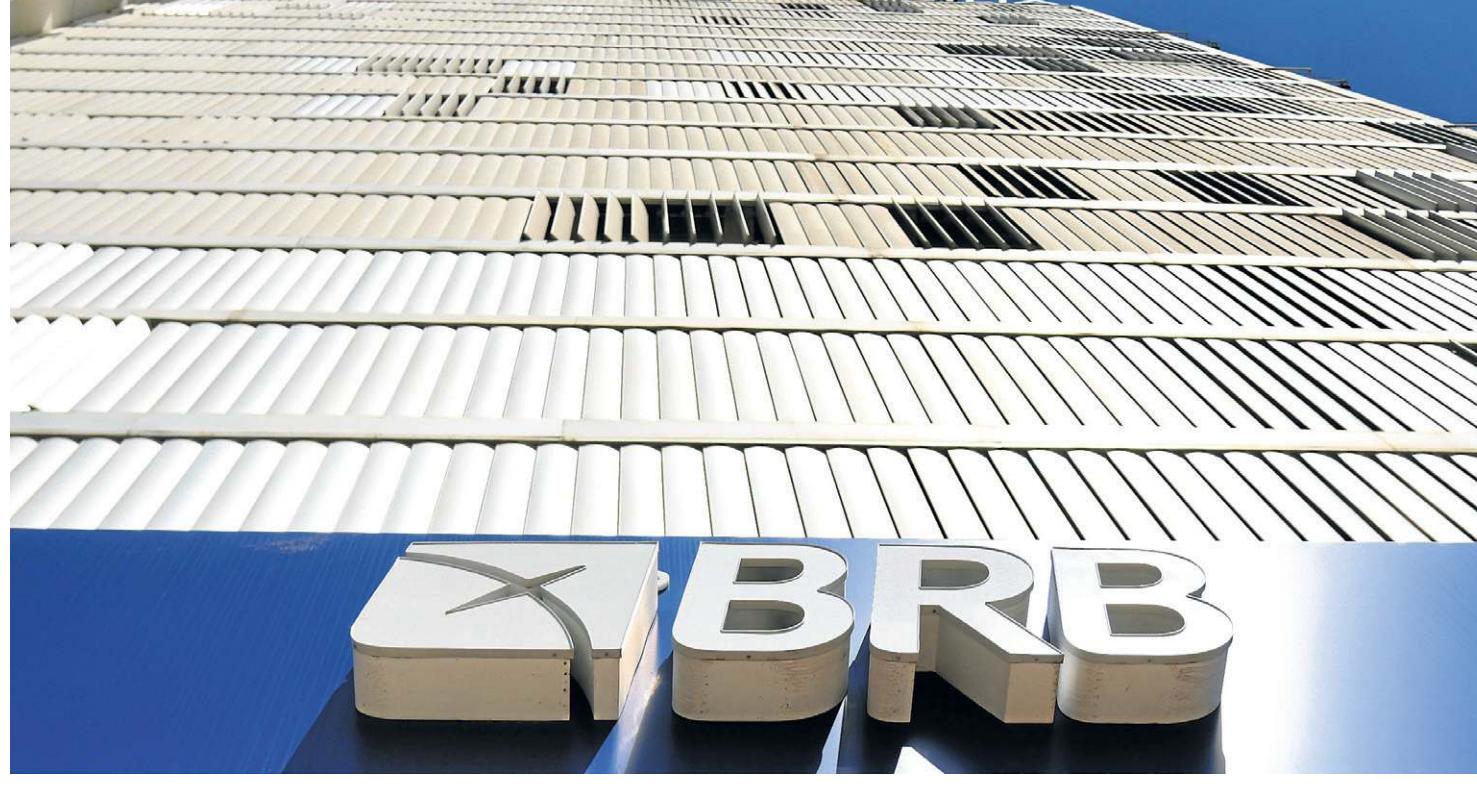
Perfil // Nelson Antônio de Souza

Reprodução/LinkedIn



Formado em psicologia e letras, Nelson Antônio de Souza — novo presidente do BRB — tem 66 anos e acumula 46 anos de experiência no setor bancário. Souza iniciou a carreira na Caixa Econômica Federal em 1979, onde ocupou cargos como diretor-executivo de Gestão de Pessoas, chefe de gabinete da presidência da instituição e superintendente nacional do Nordeste e do FGTS. Em 2014, assumiu a presidência do Banco do Nordeste, onde permaneceu por pouco mais de um ano. Depois, tornou-se vice-presidente de Habitação da Caixa, até ser nomeado presidente da instituição em 2018. Menos de um ano depois, assumiu a presidência da Desenvolve SP — Banco do Empreendedor do Estado de São Paulo, função que exerceu por três anos, antes de presidir a Brasilcap até 2024. Atualmente, Souza é vice-presidente da Elo, cargo que assumiu em maio de 2024, e deixa para comandar o BRB.

Ed Alves/CB



O BRB negou ser alvo de bloqueio de bens por parte da Justiça e contratou uma auditoria externa especializada para apurar as suspeitas de fraudes

a instituição, as medidas aplicadas são voltadas exclusivamente a pessoas físicas investigadas e a outras instituições mencionadas nos autos, conforme despacho retificado pela 10ª Vara Federal de Brasília. "A eventual responsabilidade de seus dirigentes (pessoas físicas) não se

confunde com a da pessoa jurídica, a qual figura como instituição financeira", disse trecho do despacho, divulgado pelo banco. O BRB também reforçou que vai contratar uma auditoria externa especializada para apurar as suspeitas de fraudes.

Prejuízos

O economista Newton Marques, aposentado do Banco Central, explica que cabe ao BC, como órgão fiscalizador, examinar minuciosamente a contabilidade dos bancos investigados "para atestar a

veracidade das informações prestadas". Segundo ele, há uma ampla legislação que exige a apresentação de dados auditáveis. "Caso contrário, as instituições ficam sujeitas a diversas penalidades previstas na Lei do Colarinho Branco (Lei nº 7.492/1986) e em seus

desdobramentos legais", destaca. As punições previstas pela legislação que protege a integridade do sistema financeiro podem chegar a 12 anos de reclusão e multas.

Caso operações ilegais entre o BRB e o Master sejam comprovadas, o especialista aponta que os prejuízos poderiam atingir diretamente as contas públicas e, consequentemente, a população do Distrito Federal. "Haveria aumento de alíquotas de IPTU, IPVA e outros tributos, atrasos no pagamento de salários e benefícios dos servidores e criação de novas taxas", alerta.

Sobre os impactos à credibilidade do BRB, Marques afirma que, quando a imagem e as operações de um banco são colocadas sob suspeita, há risco de perda de clientes. No entanto, ele avalia que a instituição tem um fator de proteção. "A sorte do BRB é que todos os funcionários e empresas ligadas ao GDF são obrigados a ter conta no banco. Mas a ampliação de mercado do BRB fica comprometida no momento", observa.

CPI

O deputado distrital Chico Vigilante (PT) defendeu a abertura de uma CPI na Câmara Legislativa para investigar a relação do BRB com o Master. Segundo ele, "a cada instante sai mais notícia desse caso tenebroso". Vigilante citou reportagens que apontam suposta influência de dirigentes partidários nacionais na negociação. "Há informações de que Antônio Rueda, presidente do União Brasil; e do senador Ciro Nogueira (PP-PI), teriam convencido o Governo do Distrito Federal a fazer esse negócio. Isso precisa ser apurado", afirma.

O parlamentar classificou como "gravíssima" a suspeita de que o BRB teria adquirido "R\$12,2 bilhões em papéis podres" do Master. "Enquanto o BRB pressionava pessoas superendividadas — inclusive com casos de suicídio — aparece o banco disponibilizando R\$ 12,2 bilhões para comprar títulos que não existem. É a primeira vez que ouço falar em título fantasma", disse. Para Vigilante, a CPI é necessária para "passar tudo a limpo" e evitar prejuízo ao Distrito Federal.

Colaborou José Carlos Vieira

» ADRIANA BERNARDES

Em entrevista exclusiva ao *Correio*, o governador Ibaneis Rocha (MDB) comentou sobre o afastamento da cúpula do BRB e a prisão do dono do Banco Master, classificando o momento como uma turbulência. "Governar é navegar na turbulência. Sempre aparecem problemas. O que precisamos fazer é dar as melhores soluções e de forma rápida", afirmou.

Segundo ele, a demissão do então presidente do banco, Paulo Henrique Costa — afastado pela

“Não há qualquer prejuízo aos correntistas”

» ADRIANA BERNARDES

Para o lugar de Paulo Henrique, Ibaneis nomeou o ex-presidente da Caixa Nelson Antônio de Souza, como presidente, e o ex-superintendente da Caixa, Celso Elio, na diretoria do BRB. "Espero eficiência para fazer o BRB continuar crescendo e dar apoio total às investigações. (Eles) têm carta-branca para montar uma diretoria do tamanho que o banco precisa", afirmou sobre a nova gestão.

Movimento eleitoral

O governador também avaliou os dois pedidos de CPI para investigar a atuação do BRB. "Confio na investigação do Ministério Pú-

lico (MPF), nas auditorias do Banco Central do Brasil e sempre no Poder Judiciário. Esses pedidos não passam de movimentos políticos eleitorais. Mas a CLDF tem a independência", afirmou.

O momento, segundo ele, é de preservar a imagem do BRB e que fará isso com "diálogo". Aos correntistas, mandou uma mensagem: "Não há qualquer prejuízo aos correntistas, e o BRB continuará empenhado em manter o crescimento com implantação de tecnologias cada vez mais avançadas, juros competitivos, apoio à população e aos empresários", disse.

Lucio Bernardo Jr/Ag.ncia Brasília



Ibaneis Rocha: carta-branca ao novo comando do BRB

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Prejuízo para o Iprev

O vice-presidente da Câmara Legislativa, Ricardo Vale (PT), alertou que a crise envolvendo o BRB pode afetar as finanças do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (IPREV-DF) e prejudicar aposentados e pensionistas. Segundo o petista, a preocupação decorre de que o Iprev-DF é acionista do BRB com quase 19% das ações e que as denúncias já provocaram uma queda nas ações do banco na Bolsa de Valores, o que poderia prejudicar o patrimônio e as finanças do Instituto.

Amigo dos distritais

Sem as assinaturas necessárias para a instalação de uma CPI do Banco Master na Câmara Legislativa, deputados da oposição bolararam uma nova estratégia. Querem aprovar um requerimento para convocação do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, e de outros diretores para que expliquem as operações investigadas na Operação Compliance Zero, da Polícia Federal (PF). Mas essa medida também vai ser difícil emplacar. Muitos deputados distritais da base governista mantinham relação próxima com Paulo Henrique, que estava sempre disposto a dar um convite para eventos ou outro tipo de ajuda a parlamentares.

Reprodução/Redes Sociais



Mudança de planos

O governador Ibaneis Rocha (MDB) decidiu trocar a indicação para a presidência do BRB porque apostou em um nome mais experiente e com mais habilidade nas questões políticas para tocar o banco nesse momento de crise. Ele havia anunciado que o superintendente de governo da Caixa Econômica Federal, Celso Elio Cavalheri, e voltou atrás. Convidou o ex-presidente da Caixa Nelson de Souza. Ele exerceu o cargo na gestão de Michel Temer.

TCDF analisa contas do GDF de 2024

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) vai realizar a sessão especial para apreciar as contas do Governo do DF de 2024, na próxima quarta-feira (26), às 11h. Sob a relatoria da conselheira Anilceia Machado, o *Relatório Analítico e Parecer Prévio (RAPP)* relativo às contas de 2024 inclui dados importantes sobre a aplicação de recursos públicos em áreas estratégicas e essenciais, como saúde, educação, segurança, cultura, pesquisa, e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Durante a sessão, também serão revelados os avanços nessas áreas e os desafios enfrentados pela atual gestão. A Corte ainda analisou os gastos com pessoal, o nível de endividamento, as despesas sem cobertura contratual, a arrecadação de tributos e as renúncias fiscais, o patrimônio do DF e outros temas.

Divulgação/TCDF



Filiação

O PDT-DF oficializou, ontem, a filiação do professor Rafael Parente, ex-secretário de Educação do Distrito Federal do primeiro mandato de Ibaneis Rocha (MDB) e candidato ao GDF em 2022 pelo PSB. Parente agora deve concorrer a um mandato de deputado federal pelo PDT, comandado pela senadora Leila do Vôlei, que disputará a reeleição.



Multa de R\$ 4 milhões

Os deputados distritais Chico Vigilante (PT) e Gabriel Magno (PT) criticaram, na tribuna da Câmara Legislativa, a cobrança de uma multa milionária aplicada contra o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF). Segundo Vigilante, o GDF está cobrando da entidade R\$ 4 milhões de uma única vez. A multa refere-se ao descumprimento de decisão judicial que determinava a suspensão de uma greve da categoria ocorrida durante o governo de Rodrigo Rollemberg.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Antirracismo é o caminho

Em alusão ao Dia da Consciência Negra, celebrado hoje, a primeira desembargadora negra do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), Maria Iavatônia dos Santos, gravou um depoimento em que destaca a importância de ser antirracista para diminuir as desigualdades.



A magistrada faz uma série de reflexões sobre como o racismo se manifesta na história e no dia a dia. "Não basta dizer eu não sou racista, tem que dizer eu sou antirracista. E fazer isso significa tentativa de diminuição dessa desigualdade, de todas as formas, e em todos os espaços", destacou. Para a desembargadora, há a ideia de que não existe racismo no Brasil. "E esta

é a melhor forma de perpetuar o racismo. Nós apagamos nossas figuras históricas negras", afirmou, fazendo referência a Nilo Peçanha, presidente do Brasil, no período de 1909 a 1910, e a Machado de Assis, escritor e reconhecido como um dos maiores expoentes da literatura brasileira. Maria Iavatônia tomou posse como desembargadora do TJDFT em dezembro de 2019.

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos_cb](#)

INVESTIGAÇÃO / Donos de uma rede de padarias e de farmácias usavam máquinas de cartão registradas em nome de laranjas para operar o esquema. Outro grupo adulterava biometrias de clientes e tinha acesso às contas bancárias das vítimas

Empresa sonegou R\$ 15,5 milhões

» DARCianne Diogo

A Polícia Civil do Distrito Federal deflagrou, na manhã de ontem, a operação Bethlehem, para desarticular um grupo de empresários acusados de montar uma empresa de fachada para sonegar impostos. A investigação, conduzida pela Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Ordem Tributária (DOT/DECOR), aponta que o esquema funcionou entre 2017 e 2022 e provocou prejuízo estimado em R\$ 15,5 milhões aos cofres do DF.

Segundo a polícia, os donos de uma rede de padarias e farmácias — com atuação principalmente no

Gama — habilitavam máquinas de cartão em nome da empresa fantasma, registrada por "laranjas". As vendas reais eram feitas pelas lojas da rede, mas eram contabilizadas como se pertencessem ao empreendimento fictício.

O laranjas eram um sobrinho e um funcionário do contador do grupo. A investigação concluiu que a empresa de fachada era, na prática, operada pelos próprios sócios da rede.

A Polícia Civil cumpriu 10 mandados de busca e apreensão no Gama, Santa Maria, Ceilândia e Valparaíso (GO). A Justiça também determinou o sequestro de bens e valores equivalentes ao montante

Biometrias

Também ontem, a PCDF executou a fase final da Operação Liveness, destinada ao enfrentamento de um núcleo criminoso especializado em fraudes bancárias

sonegado. Os investigados podem responder por sonegação fiscal, falsidade ideológica, associação criminosa e lavagem de dinheiro.

O nome da operação faz referência ao termo hebraico "Bethlehem", que significa "casa do pão", em alusão ao principal ramo de atuação dos empresários.

A ação mobilizou cerca de 60 policiais civis.

As investigações revelaram que o grupo criminoso atua de forma organizada e com divisão definida de funções, utilizando métodos avançados para a prática de fraudes bancárias. Os integrantes

estruturadas, adulteração de biometrias e lavagem de capitais. Foram cumpridos três mandados de busca e apreensão e um mandado de prisão, expedido pela Justiça do Distrito Federal.

Durante a investigação, a polícia pediu o sequestro de bens e valores vinculados ao grupo criminoso, resultando na restrição judicial de aproximadamente R\$ 500 mil, diretamente relacionados às fraudes identificadas.

As investigações revelaram que o grupo criminoso atua de forma organizada e com divisão definida de funções, utilizando métodos avançados para a prática de fraudes bancárias. Os integrantes

da quadrilha usavam documentos falsificados ou adulterados para substituir a biometria de clientes legítimos, obtendo acesso integral às contas das vítimas.

A quadrilha fez empréstimos, saques, pagamentos de boletos e transferências e, para dificultar o rastreamento dos valores ilícitos, pulverizava os montantes entre diversas contas bancárias, envolvendo terceiros e utilizando pessoas sem vínculo direto com as fraudes.

Parte dos recursos era empregada na aquisição de bens, como veículos colocados em nome de terceiros. Além do DF, as diligências ocorreram simultaneamente no Rio de Janeiro e em Goiás.



Operação Bethlehem foi feita na manhã de ontem pela PCDF

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@abr.com.br

Sepultamentos realizados em 19/11/2025

» Campo da Esperança

Brasília de Carvalho Faro, 82 anos
Edmilson Torrão da Silva, 61 anos
Gilberto Vieira dos Santos, 72 anos
Imaculada Conceição Soares Oliveira, 69 anos
Ivo Clementino da Silva, 88 anos
Kimiko Kitahara, 80 anos
Manuel Fernando Quintans Patino, 81 anos
Maria Amália de Andrade, 77 anos
Maria de Lourdes Ciolivitorino, 92 anos
Maria Fontes Guimarães, 89 anos
Marylane da Silva, 83 anos

Miranilde Pereira da Silva, 75 anos
Fabiana Silva de Jesus, menos de 1 ano
Ronaldo Elias da Silva, 54 anos
Sebastiana Luiz dos Santos, 64 anos
Vilson Pereira Brito, 44 anos

» Taguatinga

Adalberto Félix Pereira, 52 anos
Aneelise Borges Rodrigues, menos de 1 ano
Aylla Sophia Moreira de Sousa, menos de 1 ano
Darlan Nicolau Ferreira, 47 anos
Divina Dias Alves, 76 anos
Franklin Martins Silva, 41 anos

» Gama

Gezer Corrêa Cotrim, 48 anos
Irivânia Pinheiro Soares, 48 anos
João Clemente Pereira, 63 anos
João dos Reis Pereira da Rocha, 89 anos
José Antônio Barros Rodrigues, 63 anos
Maria do Socorro Parente Portela, 81 anos
Maria José Lima dos Santos, 81 anos
Mirtes Nunes de Oliveira, 79 anos
Rodrigo Carvalho Diniz, 57 anos
Valmir Santos Sena, 72 anos

» Sobradinho

Josina Bibiana da Rocha Carvalho, 75 anos

» Planaltina

Adelma Lourdes Ferreira, 63 anos
Vitória Santos de Santana, menos de 1 ano
Rian Franco Gomes Ferreira, 20 anos

» Brazlândia

Irene de Mesquita Vieira, 73 anos

» Sobradinho

Iraídes de Godoi, 89 anos
Levi Bezerra Gonçalves Lima, menos de 1 ano
Marlon Ângelo Frazão Lima, 31 anos
Valdir Oliveira, 75 anos

Capital S/A

ROBERTO FONSECA (INTERINO)
robertovfonseca@gmail.com



Uma mina de ouro é um buraco no chão com um mentiroso na entrada
Mark Twain (1835-1910), escritor americano

DF bate recorde de trabalhadores com CNPJ

O Distrito Federal registrou a maior formalização entre empregadores e trabalhadores por conta própria desde o início da série da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) Contínua, a partir de 2012. Segundo o IBGE, no

ano passado, 44,8% desse grupo, o que equivale a 162 mil pessoas, já atuam com CNPJ. O avanço ocorre apesar da retração de 9,3% no total de empreendedores e autônomos na comparação anual.

O movimento contrasta com o desempenho mais fraco do mercado de trabalho. A população ocupada caiu para 1,47 milhão de pessoas, recuo de 2,7% em relação a 2023. O nível de ocupação também perdeu força: 60,3%, uma queda de 1,4 ponto percentual. A indústria geral e a administração pública seguem perdendo peso na estrutura produtiva local ao longo da série.

Outro sinal estrutural é a queda contínua da sindicalização. Apenas 11,5% dos ocupados eram filiados a sindicatos em 2024, a menor taxa desde 2012. Naquele ano, o índice era de 21,5%. O trabalho em casa também atingiu o maior patamar da série: 11% dos trabalhadores do setor privado atuavam no domicílio, acima da média nacional (7,9%).



Principais dados da PNAD Contínua 2024 (DF)

Ocupados: 1,47 milhão (-2,7%)
Nível de ocupação: 60,3%
Sindicalização: 11,5% (menor da série)
Empregadores/conta própria: 362 mil
Com CNPJ: 44,8% (recorde)
Trabalho em domicílio: 11% (recorde)
Setores em queda: indústria geral (3,8%) e administração pública (25,3%)
Setores em alta: alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e correio.

Divulgação/Fibra



R\$ 10 mil

Valor que a Latam terá que pagar por danos morais a uma passageira que teve voo cancelado sem aviso prévio. Segundo os autos do processo, a passageira, portadora de doença crônica que exige acompanhamento mensal no Instituto de Pesquisa de Brasília, havia comprado passagens para 8/7/25 entre o Rio e a capital federal, com chegada prevista às 10h, horário

compatível com a administração de medicação às 12h e subsequente procedimento médico. Ao chegar ao aeroporto, o voo acabou cancelado. Segundo a autora do processo, ela foi reacomodada apenas para o dia 15 do mesmo mês. Na defesa enviada ao 2º Juizado Especial Cível da Barra da Tijuca/RJ, a companhia aérea alegou caso fortuito decorrente de manutenção não programada do avião.

Eficiência energética

A Neoenergia fechou com a CNI uma parceria de R\$ 12,6 milhões para turbinar projetos de eficiência energética em cinco distribuidoras do grupo. O acordo, formalizado em Brasília, envolve o Senai na entrega de serviços técnicos nas concessões da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, São Paulo e Distrito Federal. O pacote, válido por dois anos, segue as regras do Programa de Eficiência Energética da Aneel e prevê o envio de 20 profissionais para diagnósticos, gestão de projetos e desenvolvimento de soluções — do armazenamento de energia ao aquecimento de água. Os recursos serão distribuídos da seguinte forma: Bahia (R\$ 3,7 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 1,9 milhão), Pernambuco (R\$ 2,1 milhões), São Paulo (R\$ 2,8 milhões) e Brasília (R\$ 1,9 milhão).



Cruzeiro celebra 66 anos com agenda cheia

Uma das cidades mais antigas do Distrito Federal completa 66 anos no próximo dia 30 em alto estilo. E, a partir de hoje, a programação amplia a participação de diferentes grupos da comunidade. As celebrações começam com a abertura dos Jogos Comunitários no Complexo Esportivo e atividades esportivas que se estendem das 8h às 22h.

A data também coincide com a celebração do Dia da

Consciência Negra, realizada no mesmo complexo. Ao longo da semana, o roteiro inclui ações de conscientização no Parcão e um sarau promovido pela Academia de Letras do Cruzeiro.

No dia 28, comerciantes ganham espaço com um café e um brechó especial no Cruzeiro Center. À noite, há culto de Ação de Graça e uma solenidade para homenagear pioneiros e personalidades do bairro. O encerramento ocorre no sábado da semana que vem, com desfile cívico na Avenida das Mangueiras.

CALENDÁRIO

- » **Hoje, 8h às 22h**
Abertura dos Jogos Comunitários/Consciência Negra
- » **26 de novembro, 9h**
Ação de conscientização no Parcão
- » **27 de novembro, 19h**
Sarau da Academia de Letras
- » **28 de novembro, 9h**
Café com comerciantes, brechó, culto e homenagens
- » **29 de novembro, 9h**
Desfile cívico na Avenidas das Mangueiras

MEIO AMBIENTE/ Moradores denunciam problemas na região após novo desmoronamento de lixo no aterro Ouro Verde, em 12 de novembro, quando uma massa de resíduos cedeu provocando transtornos à população

Padre Bernardo enfrenta mau cheiro

» DAVI CRUZ

Agora o presente de Natal aqui é repelente", desabafou a aposentada Joana Santana, 75 anos, enquanto mostra as sacolas de produtos que comprou para tentar conter as moscas que voltaram a invadir a casa dela após o novo desmoronamento do lixão de Padre Bernardo. O relato dela mostra o sentimento de frustração e desgaste vivido pelos moradores da região desde o último dia 12, quando uma massa de lixo cedeu na área administrada pela empresa Ouro Verde.

O novo deslizamento mostrou que, embora as medidas tomadas desde 18 de junho (quando ocorreu o primeiro desabamento) tenham reduzido o risco de novos desastres, ainda persiste instabilidade na área, segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Goiás (Semad-GO). De acordo com a pasta, o período chuvoso demanda, do Estado, uma atenção ainda maior por conta dos efeitos que a água pode causar com a propagação de impurezas para comunidades próximas.

Dona Joana conta que, desde o primeiro acidente, a rotina nunca voltou ao normal, e piorou nos últimos dias. "Quando desabou de novo, o cheiro que veio foi muito forte. Muita catinga e muita mosca mesmo. Teve um momento que

eu tive que sair daqui e fui pra Águas Lindas, na casa da minha filha, porque não estava aguentando", relatou. Segundo ela, até a saúde foi afetada: "Estou tomando seis comprimidos de manhã e quatro à noite por conta do mau cheiro. A gente vive num lugar que não dá nem para fazer comida direito", acrescentou Santana.

O policial militar aposentado Isaías Batista, 54, mora há cinco anos em frente ao lixão. Ele contou que a comunidade nunca deixou de sofrer com o mau cheiro, mas o novo deslizamento trouxe de volta a sensação de abandono. "Antes já era problema, os caminhões passavam vazando chorume e fedendo a cidade inteira. A mesa ficava preta de mosquito enquanto a gente tentava comer. Agora, com o desabamento, piorou", relatou.

Apesar do intervalo do primeiro desastre, ele diz que o incômodo voltou com força total. "Melhorou um pouco, mas mau o cheiro ainda continua. E depois desse último desmoronamento, os mosquitos voltaram tudo de novo. Trouxe minha mãe para nos visitar, mas com o coração envergonhado com essa situação", ressaltou. Isaías afirmou que nenhuma equipe de apoio o procurou. "Aqui na minha residência, nunca vieram", pontuou.

Moradora há 28 anos da região, Magda Lúcia Lopes Costa, 72, des-

creve a primeira queda da pilha de lixo como um cenário caótico. "Era tanta mosca que a gente juntava e colocava dentro de balde e queimava", lembrou. "Fiquei 15 dias sem poder abrir a porta. Agora melhorou, mas ainda gasto muito com veneno. Ao todo, já foram mais de R\$ 500. Quem é que vai me dar retorno disso?", enfatizou.

Deslizamento

O recente desmoronamento, segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), envolveu cerca de 3 mil toneladas de resíduos. O caso aconteceu na mesma pilha antiga onde ocorreu o primeiro desastre em 18 de junho, quando desmoronou 42 mil toneladas de lixo no córrego Santa Bárbara.

A Semad afirmou que todo o material já foi removido para uma célula temporária construída no próprio imóvel e que não houve nova contaminação do leito d'água. Atualmente, a pasta realiza um escopo de ações necessárias para reduzir o impacto ambiental do desastre do lixão, que se divide entre ações emergenciais e ações de médio e longo prazo.

As emergenciais são as que foram estabelecidas no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado em 11 de julho, que incluíam a retirada do lixo que havia caído sobre o leito do córrego Santa Bárbara, a construção de uma sexta lagoa de chorume e o recobrimento do maciço de 250 mil toneladas de lixo com terra. As ações de médio e longo prazo já começaram a ser discutidas e serão formalizadas em breve com a assinatura de um aditivo do TAC, voltado para recuperação ambiental da área.

A pasta também informou que faz um monitoramento constante da qualidade da água da região. "Vale lembrar que o uso da água do córrego Santa Bárbara ainda

Foto: Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Guarita de acesso ao aterro sanitário Ouro Verde após novo desabamento: alerta de risco



Joana Santana mostra tela com colas que captura insetos



Magda Lúcia diz que gastou R\$ 500 em venenos para moscas



Isaías Batista reclama da falta de equipe de apoio

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO Povo Brasileiro

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90019/2025

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrônicos, mobiliário e bens diversos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 43. Edital: 19/11/2025 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul - Polo 8 - Projeto Orla - Trecho 3 - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/393001-5-90019-2025>. Entrega das Propostas: a partir de 19/11/2025 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 03/12/2025 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

Adão Cabral Formiga
Agente de Contratação

está proibido por uma portaria da secretaria Andréa Vulcanis) e a Ouro Verde continua a prover água potável e não potável para os moradores de comunidades próximas. "Vale lembrar que o uso da água do córrego Santa Bárbara ainda

do afirmou que continua acompanhando a situação e cobrará novas medidas urgentes devido à instabilidade da área. Entre os pontos de atenção, destacou o esvaziamento das lagoas de chorume, consideradas de risco pelos técnicos munici-

pais e ainda não tratadas pelos responsáveis pelo empreendimento. Até o fechamento desta matéria, a empresa Ouro Verde não se pronunciou sobre o novo desmoronamento, nem sobre as queixas dos moradores da região.

ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima. E-mail: esportes.dj@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Ranking

A Fifa atualizou, ontem, o ranking das seleções do futebol masculino. O Brasil, que antes ocupava o sétimo lugar, agora aparece em quinto. A Seleção Brasileira será cabeça de chave na Copa do Mundo de 2026, ao lado de Espanha, Argentina, França, Inglaterra, Portugal, Holanda, Bélgica e Alemanha. Além do ganho de posições pelo País, Alemanha, Croácia e Marrocos subiram um lugar cada. Em contrapartida, a Itália, que disputará a repescagem europeia, perdeu pontos, caindo para 12º.

CONSCIÊNCIA NEGRA

Sob o reinado de Ousmane Dembélé no Ballon d'Or, a Copa começará pela primeira vez, em 20 anos, com um melhor do mundo preto desde Ronaldinho Gaúcho. O francês também disputa o The Best e tem Lamine Yamal como concorrente

Na raça e na bola



Caio Gomez

MARCOS PAULO LIMA

polonês Lewandowski, o francês Benzema e o espanhol Rodri.

Ícones no combate ao preconceito de cor, Vinicius Junior, líder de um comitê especial da Fifa contra o racismo, Dembélé e Yamal fazem parte de uma safra de craques negros para a Copa da América do Norte. Os astros vão determinar a moda nos gramados do Canadá, dos Estados Unidos e do México de 11 de junho a 19 de junho de 2026.

Dembélé, por exemplo, joga ao lado de Kylian Mbappé na França. Didier Deschamps ainda desfruta de talentos como Olise, Barcola, Doué, Marcus Thuram, Ekitiké e outras figuras acima da média em busca do tricampeonato mundial.

Lamine Yamal não é a única pérola negra da Espanha. O outro ponta da seleção favorita ao título é Nico Williams. La Roja comprou a briga contra o preconceito ao convocar dois brasileiros negros: o zagueiro Donato revelado pelo Vasco e o volante Marcos Senna, campeão da Eurocopa em 2008 vestindo a camisa do país ibérico.

Ronaldinho Gaúcho foi o último negro a iniciar a Copa no posto de número 1 do mundo. O então jogador do Barcelona vinha de duas conquistas consecutivas em 2004 e em 2005. Depois dele veio Cannavaro, Kaká, a polarização de Cristiano Ronaldo e Lionel Messi e quebras da hegemonia do português e do argentino protagonizadas pelo croata Modric, pelo

Projeção do sorteio

Quando: 5/12, em Washington

POTE 1	POTE 2	POTE 3	POTE 4
Estados Unidos	Croácia	Panamá	Jordânia
México	Marrocos	Noruega	Cabo Verde
Canadá	Colômbia	Egito	Gana
Espanha	Uruguai	Argélia	Curaçao
Argentina	Suíça	Escócia	Haiti
França	Japão	Paraguai	Nova Zelândia
Inglaterra	Senegal	Costa do Marfim	Repescagem Uefa 1
Portugal	Irã	Tunísia	Repescagem Uefa 2
BRASIL	Coreia do Sul	Uzbequistão	Repescagem Uefa 3
Holanda	Ecuador	Catar	Repescagem Uefa 4
Bélgica	Austrália	Arábia Saudita	Repescagem mundial 1
Alemanha		África do Sul	Repescagem mundial 2

REPESCAGEM DA EUROPA

16 seleções por 4 vagas

26 a 31/3/2026

■ Itália, Ucrânia, Dinamarca, Polônia, País de Gales, República Tcheca, Eslováquia, Irlanda, Albânia, Bósnia, Kosovo, Romênia, Suécia, Macedônia e Irlanda do Norte.

REPESCAGEM MUNDIAL

6 seleções por 2 vagas

23 a 31/3/2026

■ Bolívia, Congo, Jamaica, Iraque, Nova Caledônia e Suriname

Seleção. Um dos finalistas no prêmio da Fifa, Raphinha é outra referência preta no elenco de Carlo Ancelotti com Rodrygo.

O brasileiro Cacau é uma das respostas da Alemanha contra o racismo. O brasileiro jogou a Copa de 2010 pelo país na campanha do terceiro lugar. Respeitado, virou embaixador da Integração da Federação Alemã. Gerald Asamoah em 2002 e Cacau em 2010 mudaram a história da seleção germânica. Hoje, o elenco tem afrodescendentes como Leroy Sané, filho de senegaleses, e Serge Gnabry, cujo pai é marfinense.

A camisa 10 da Inglaterra está entregue ao meia Bellingham. A seleção conta com Saka, Eze, Chalobah e Rashford. Doku é a referência da Bélgica. Filho de ganês, De pay não esconde a relação afetiva com as origens africanas.

Seleções africanas como Sénégal ostentam os astros Mané e Jackson. Gana desembarcará na Copa do Mundo com fé em Kudus. A Costa do Marfim tem Haller, Kessié, Pépé, Kossounou e Singo. De volta à Copa do Mundo depois da ausência em 2022, o Egito confia no excelente Mohamed Salah.

ESPORTES

BRASILEIRÃO

Golaço de cobertura de Lúcio Acosta e falha bisonha do goleiro Rossi dão vitória ao tricolor e salvam a noite do Palmeiras

Flu pune soberba do Fla

MARCOS PAULO LIMA

O Fluminense continua na liderança do Campeonato Brasileiro, mas viu a distância em relação ao Palmeiras cair para dois pontos. O time rubro-negro iniciou o clássico contra o Fluminense, pela 34ª rodada, sabendo do empate do Palmeiras por 0 x 0 com o Vitória, no Allianz Parque, em duelo antecipado da 37ª, mas perdeu por 2 x 1, no Maracanã, com uma exibição irreconhecível marcada por duas falhas de Rossi. O goleiro estava adiantado no chute artístico de Lúcio Acosta de cobertura. No segundo, foi soberbo na saída de bola após recuo de João Victor. Senna aproveitou e mandou para a rede, colocando o tricolor na zona de acesso direto à Libertadores.

O time rubro-negro defenderá a vantagem de dois pontos no sábado contra o Red Bull Bragantino, às 21h30, no Maracanã. No mesmo horário, o Palmeiras receberá o

Fluminense. Uma combinação de resultados pode até provocar reviravolta na classificação a uma semana da final da Libertadores, no Monumental, em Lima, no Peru.

A derrota no clássico não é a única notícia ruim para o Fluminense. A temporada acabou para Pedro. Praticamente recuperado de uma lesão no braço, ele sentiu uma lesão no músculo reto femoral da coxa esquerda. A contusão é em um músculo de força. A recuperação se torna mais lenta e é considerada grave. "Os jogos que o Flamengo tem pela frente são muito maiores do que minha ausência nessa reta final", publicou Pedro nas redes sociais.

Palmeiras

Em São Paulo, o Palmeiras completou três partidas consecutivas sem ganhar e sete pontos desperdiçados nas últimas três rodadas. Foi superado por Mirassol, Santos e empate com o Vitória. O alviverde

SÉRIE A

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Flamengo	71	34	21	8	5	70	23	47
2º Palmeiras	69	34	21	6	7	58	29	29
3º Cruzeiro	64	33	18	10	5	46	22	24
4º Mirassol	60	34	16	12	6	55	34	21
5º Botafogo	55	34	15	10	9	47	38	17
6º Fluminense	54	34	16	6	12	40	38	2
7º Bahia	53	33	15	8	10	44	40	4
8º Bragantino	45	34	13	6	15	40	50	-10
9º São Paulo	45	33	12	9	12	37	36	1
10º Atlético-MG	44	34	11	11	12	37	39	-2
11º Grêmio	43	34	11	10	13	37	43	-6
12º Vasco	42	34	12	6	16	50	50	-1
13º Ceará	42	33	11	9	13	31	30	1
14º Corinthians	42	33	11	9	13	35	38	-3
15º Internacional	37	33	9	10	14	37	46	-9
16º Santos	37	34	9	10	15	35	49	-18
17º Vitória	36	34	8	12	14	29	47	-18
18º Juventude	32	33	9	5	19	29	59	-30
19º Fortaleza	31	33	7	10	16	34	51	-17
20º Sport	17	34	2	11	21	27	63	-36

REBAIXADOS

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Flamengo	71	34	21	8	5	70	23	47
2º Palmeiras	69	34	21	6	7	58	29	29
3º Cruzeiro	64	33	18	10	5	46	22	24
4º Mirassol	60	34	16	12	6	55	34	21
5º Botafogo	55	34	15	10	9	47	38	17
6º Fluminense	54	34	16	6	12	40	38	2
7º Bahia	53	33	15	8	10	44	40	4
8º Bragantino	45	34	13	6	15	40	50	-10
9º São Paulo	45	33	12	9	12	37	36	1
10º Atlético-MG	44	34	11	11	12	37	39	-2
11º Grêmio	43	34	11	10	13	37	43	-6
12º Vasco	42	34	12	6	16	50	50	-1
13º Ceará	42	33	11	9	13	31	30	1
14º Corinthians	42	33	11	9	13	35	38	-3
15º Internacional	37	33	9	10	14	37	46	-9
16º Santos	37	34	9	10	15	35	49	-18
17º Vitória	36	34	8	12	14	29	47	-18
18º Juventude	32	33	9	5	19	29	59	-30
19º Fortaleza	31	33	7	10	16	34	51	-17
20º Sport	17	34	2	11	21	27	63	-36

REBAIXADOS

jogou mal, mas tentou balançar a rede até o último lance. Felipe Anderson chutou firme de fora da área e o goleiro Thiago Couto espalmou para escanteio. Andreas Pereira recebeu cartão vermelho depois da partida por reclamação acintosa e está fora do duelo com o Fluminense no sábado.

"Abel faz bem isso de gerenciar o grupo. Sabemos que esses três jogos foram difíceis. Um jogo bem atrás do adversário, tentamos criar da melhor maneira, e infelizmente no gol não saiu. Sabemos que a gente precisa fazer os três pontos, manter a cabeça no lugar", lamentou o zagueiro Murilo.

34ª RODADA

Terça

Botafogo 3 x 2 Sport

Ontem

Fluminense 2 x 1 Mirassol

Hoje

16:00-Juventude x Cruzeiro

18:00-Bahia x Fortaleza

19:30-Corinthians x São Paulo

21:30-Ceará x Internacional

03/12/2025

19:00-Bragantino x Vitória

21:30-Atlético-MG x Palmeiras

Neymar

Embalado pela vitória no clássico contra o Palmeiras, o Santos não repetiu o desempenho contra o Mirassol e ficou no empate por 1 x 1, ontem, na Vila Belmiro. Neymar voltou a balançar a rede depois de sete partidas. O último havia sido em agosto contra o Juventude. O Peixe garante mais uma rodada fora da zona do rebaixamento, mas está a apenas um ponto do Vitória, o primeiro posicionado dentro do Z4.

Grêmio

Em um duelo de meio de tabela entre clubes com sonhos remotos de ir à Pré-Libertadores, o Grêmio derrotou o Vasco por 2 x 0, na Arena, em Porto Alegre. Depois do empate sem gols no primeiro tempo, Carlos Vinícius e Amuzu decidiram a partida, aos cinco e 38 minutos da segunda etapa. O Vasco não vence há quatro partidas.

BASQUETE

Brasília usa a "lei do ex" contra o Fla

LUÍS MOREIRA*

Em novo capítulo de um dos maiores clássicos nacionais, o Brasília visita o Flamengo, às 19h, no Maracanãzinho, pelo Novo Basquete Brasil. Os rivais rubro-negros são os únicos invictos no NBB: 10 vitórias em 10 partidas. Os brasilienses estão em quarto com duas derrotas em nove exibições. Os Extraterrestres contam com a "lei do ex" como trunfo.

Filho de mãe brasileira, Kevin Crescenzi nasceu em Nova Jersey e cresceu na Flórida. Formou-se no basquete universitário dos EUA, se destacou na primeira temporada na Liga Sorocabana e atraiu a atenção do Flamengo. Na estreia, integrou o elenco campeão do NBB e da Copa Super 8. Jovem, não encontrou sequência, passou pelo Cerrado em 2020/2021 e se estabeleceu no Paulistano.

No clube paulista, virou ídolo e alcançou a convocação para a Seleção. Virou presença constante nas listas e fez parte do grupo campeão da AmeriCup, em agosto. Após o torneio, desembarcou no DF como uma das principais peças da reconstrução do Brasília e tem correspondido. Foi o cestinha da equipe na vitória por 82 x 70 sobre o Botafogo, no Rio, com 14 pontos. Soma 75 pontos no campeonato e 29 assistências (a segunda maior marca do elenco), lidera o time em bolas recuperadas e mostra impacto em todas as áreas da quadra.

* Estagiário sob a supervisão de Marcos Paulo Lima



Senna aproveitou a lambarça do goleiro rubro-negro e deixou o goleiro Rossi fora do foco no Maracanã

O Correio é TOP 1 pelo sexto mês consecutivo em News Information/Local News da Comscore

O portal Correio Braziliense* é líder nacional em notícias locais, ocupando o 1º lugar no ranking Comscore de setembro/2025.

Essa conquista é fruto do trabalho diário de uma equipe dedicada a levar informação confiável, apuração precisa e conteúdo relevante a quem busca entender o Brasil a partir de Brasília.

1º Correio Braziliense* DA

2º Estado de Minas DA

3º PORTAL C

4º PORTAL D

5º PORTAL E

Quer jornalismo de verdade?
Acesse: correiobraziliense.com.br

*Fonte: Comscore Multiplatform – Desktop e Mobile | Categoria News/Information. *Total Audience – *Audiência deduplicada das propriedades: correiobraziliense.com, Correio Braziliense Blogs, ofuxico.com.br e oimpacial.com.br - Usuários Únicos Setembro/2025 - Brasil.

**CORREIO
BRAZILIENSE**

HORÓSCOPO

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Nova em conjunção com Mercúrio em Escorpião. Tua experiência de ser tem uma forma aparente, uma subjetividade oculta e invisível, e uma vontade de transcender a dualidade imposta pela relação entre a forma aparente e a subjetividade invisível, o que conduz a um quarto ingrediente, que é a síntese dinâmica dos três anteriores. O fundamento dessa estrutura está nos átomos de que somos feitos, cozidos no alvorecer do Universo, os quais, no ato de nossa morte, retornam ao repositório comum para serem reciclados em outras existências. A inteligência artificial, com todas suas qualidades, carece de estrutura atômica, portanto, nunca experimentará ser, apenas fará a mímica do que parece ser, porque articula frases relativamente bem elaboradas, e caberá a nossa humanidade, nos próximos anos, aprender a discernir entre o que é realidade e o que é o reflexo dela.



ÁRIES

21/03 a 20/04

As coisas acontecem mesmo sua alma não sabendo bem como acontecem. É hora de se deixar levar pela onda misteriosa da Vida, porque ainda que isso dê um tanto de ansiedade, ao mesmo tempo a confiança na Vida compensa sempre.



LEÃO

22/07 a 22/08

Ainda que seja arriscado, vale mais a pena errar por exagero de movimentos do que sua alma preferir ser tímida. Este é um momento em que a incerteza não há de servir para você deixar de fazer o necessário. Em frente.



SAGITÁRIO

22/11 a 21/12

Apesar de todas as demandas que sua alma não teria como satisfazer agora, é importante que você mantenha a cabeça e coração em seus devidos lugares, e nesse sentido ajuda muito a focar nas questões cotidianas.



TOURO

21/04 a 20/05

Pessoas lindas e pessoas ruins se misturam nesta parte do caminho, porém, deixando suas preferências de lado, seria mais importante você selecionar as pessoas pelo grau de utilidade que possam ter para seus projetos.



GÊMEOS

21/05 a 20/06

De vez em quando sua alma não consegue entender como tudo dá certo, e se preocupa com não ter domínio total sobre a marcha dos acontecimentos. Se você relaxar e tornar sereno seu coração, saberá como fazer.



CÂNCER

21/06 a 21/07

Permita que sua mente voe longe na imaginação, sem compromisso algum com a realidade concreta, porque ainda que isso envolva menos configurará um momento de liberdade, que trará benefícios. Em frente.



LIBRA

23/09 a 22/10

Mantenha a temperança, isto é, procure dosar com sabedoria todos os ingredientes que compõem esse cenário complexo com que sua alma precisa lidar na atualidade. Manter a temperança é o melhor que se pode fazer.



ESCORPIÃO

23/10 a 21/11

Obter prazer e regozijo é essencial, porém, é ainda melhor quando você encontra alguém com quem compartilhar os bons momentos. Agora é quando sua alma precisa fazer conexões sociais em busca dessas pessoas. Em frente.



AQUÁRIO

21/01 a 19/02

Tudo que você possa fazer em nome da sua segurança e conforto agregará auspícios a este momento. Uma vez que sua alma se senta bastante bem, então você poderá retornar a distribuir os benefícios a todas as pessoas.

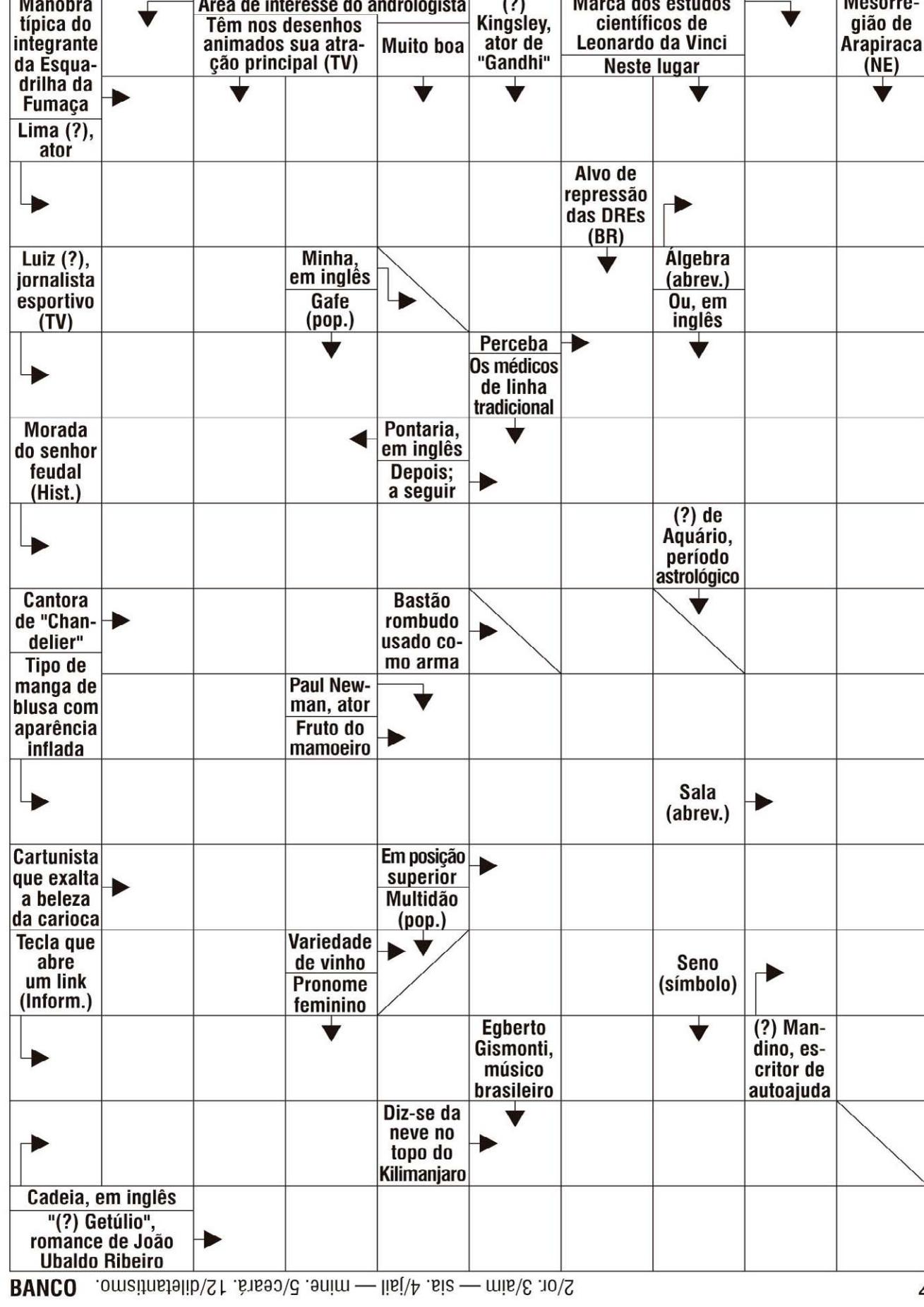


PEIXES

20/02 a 20/03

Você verá que, apesar de todas suas preocupações e ansiedades, o fim do mundo não vai acontecer, de novo! Se a cada momento de ansiedade você ganhasse um pouco de dinheiro, é certo que a essa altura a riqueza seria imensa.

CRUZADAS

2/ot, 3/aim — sfa, 4/jai — mire, 5/cera, 1/2/dilettantismo. **BANCO**

4

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Braziliense** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

SUDOKU DE ONTEM



MÚSICA

Fernando Chagas/Divulgação



Hamilton de Holanda celebra quinta vitória no Grammy Latino

Grammy para Hamilton

» ISABELA BERROGAIN

"No *Live in NYC* isso aparece o tempo todo: o bandolim traz o sotaque do choro, a bateria e o teclado/Moog convergem com o jazz contemporâneo, e o sax do Chris Potter acende ainda mais esse diálogo. O álbum é justamente essa ponte: o Brasil falando jazz, e o jazz respondendo em choro," acrescenta o instrumentista.

Detentor de 17 indicações ao Grammy Latino, Hamilton de Holanda, neste ano, ainda celebrou uma nova conquista — a nomeação ao Grammy Awards, principal premiação musical do mundo. Ele concorreu ao prêmio de Melhor álbum de jazz latino por *Collab*, trabalho em parceria com o pianista cubano Gonzalo Rubalcaba. "Esses prêmios confirmam algo que eu vejo todos os dias viajando: a música brasileira é profundamente respeitada em todos os cantos do mundo," afirma o bandolinista.

"Quando um artista do Brasil chega ao Grammy e ao Latin Grammy repetidas vezes, ele leva junto um pedaço de toda a nossa história coletiva. Eu espero que essa visibilidade se converta em mais investimento em educação musical, em políticas culturais consistentes e em oportunidades para que novas vozes, de todas as regiões do país, possam florescer e ocupar o mundo também," torce.

"Furar essa bolha é dizer para cada jovem músico no Brasil que o nosso som pode estar de igual para igual em qualquer categoria do mundo e que o importante é comunicar, aprender, respeitar e também mostrar nosso próprio caminho," finaliza.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

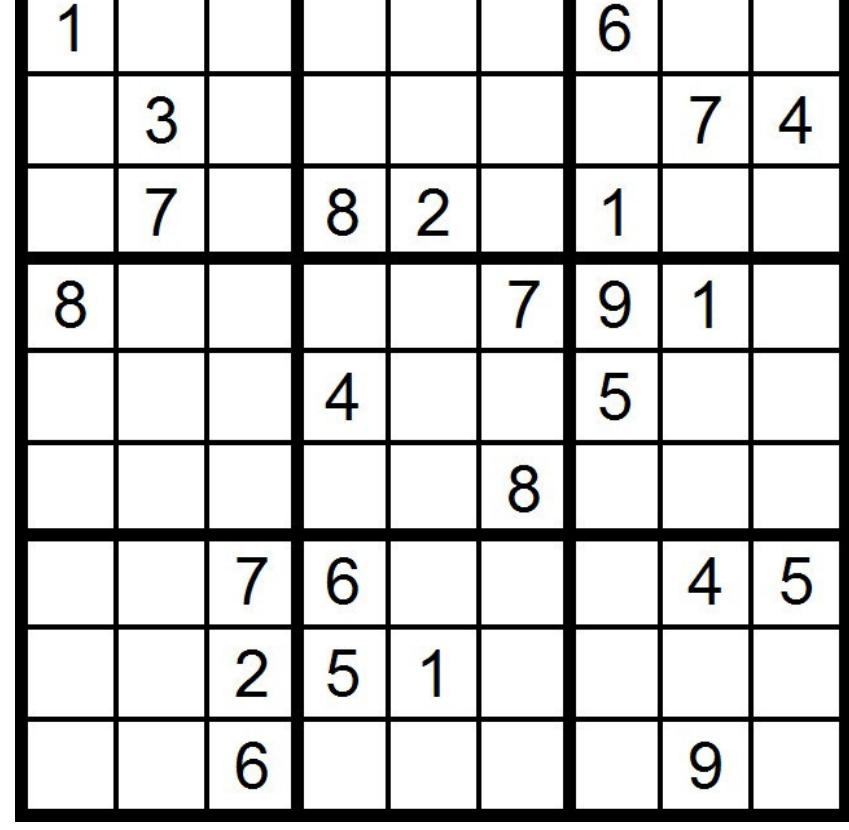
A LUZ DO TEU OLHAR

O teu olhar
É prova definitiva
Da existência de Deus
E é bom saber
Que ele está do meu lado
Olhando a mesma paisagem
Em que passo distraído
Perdidamente encantado
Olhando os olhos teus

Climério Ferreira

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU



Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

Diversão & Arte

CONSCIÊNCIA NEGRA

cultura.df@dabr.com.br

3214-1178/3214-1179

Editor: José Carlos Vieira

josecarlos.df@dabr.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, quinta-feira, 20 de novembro de 2025

Estrela do Samba

» MARIANA REGINATO

Nascida no Rio de Janeiro e criada em Salvador, Dhi Ribeiro carrega o samba consigo desde nova. Após ser eleita Cantora Revelação do Carnaval pela revista Exclusiva em 1993, Dhi foi convidada a participar da banda Trem das Cores na capital. O plano era ficar seis meses em Brasília, mas ela está no planalto central há 33 anos.

Radicada em Brasília, a cantora lançou o primeiro álbum em 2009, intitulado *Manual da mulher*. Participou também do grupo Nós Negras, projeto que homenageava mulheres negras do samba. Sua voz a levou para Itália, em meados dos anos 2000, para trabalhar em um circo, onde ficou por três anos. Em 2012, sua música *Para uso exclusivo da casa* foi trilha sonora da novela *Lado a Lado*. Cinco anos depois, participou do The Voice Brasil no time de Carlinhos Brown.

Hoje, perto de completar 60 anos, Dhi Ribeiro fala como Brasília mudou sua carreira musical, a importância do Dia da Consciência Negra e como percebe o samba e a cultura negra em Brasília.

Entrevista // Dhi Ribeiro

Na sua chegada a Brasília, o que você acha que mudou ou transformou na sua música?

Eu acho que tive a sorte de trabalhar com músicos excepcionais, sempre. É algo que faço questão. Fui convidada para fazer trabalhos com instrumentistas excepcionais em Brasília. Logo depois, montei minha própria banda. Em seguida, fui para o grupo Coisa Nossa, do Marcelo Sena. Todas essas experiências foram verdadeiras escolas para mim. Eu já tinha uma forte relação com o samba vinda da minha família, meu pai e minha mãe gostavam muito. Éramos aquela família que ouvia samba e música brasileira o fim de semana inteiro, colocando nossos LPs para tocar. Meus pais e minhas tias me deram uma referência musical maravilhosa e de boa qualidade. Brasília me trouxe uma referência forte de qualidade, de fazer as coisas bem-feitas. Temos músicos incríveis na cidade, não me canso de dizer isso. Brasília é musicalmente muito feliz, com artistas de grande qualidade. Muitos artistas renomados do Brasil têm músicos brasilienses presentes em suas bandas. Essa referência musical me fez mudar e estudar muito para satisfazer minha curiosidade e as necessidades de melhorar a qualidade do meu trabalho. Brasília me fez mudar, principalmente pela qualidade musical.

Como você percebe o samba e a cultura negra em Brasília atualmente?

Eu acho que estamos vivendo um crescimento maravilhoso com relação ao samba de Brasília. Isso inclui grupos como Pede Teresa, Menos é Mais e outros, que estão tocando pelo Brasil e fazendo pagode com samba. Isso é muito bom, principalmente porque estão levando o nome de Brasília nesse estilo. Aqui, estamos tendo uma prática fantástica,

as rodas de samba. Elas são incríveis: Sambinha da Vila, galera do Tia Zélia, Samba Urgente, entre outros. Há muita gente boa fazendo um trabalho maravilhoso, levando essa cultura para os nossos jovens. Essa cultura não morre; ela cresce, e Brasília tem crescido muito nesse aspecto. Sou muito feliz por isso, porque vi muita gente começando e, agora, vejo que são grandes músicos, como Breno Alves. Fico muito feliz em ver o crescimento do samba na cidade e como as casas e espaços de rua estão se abrindo para esse estilo. Acredito que qualquer trabalho relacionado à música brasileira de boa qualidade é importante, especialmente a música brasileira em si. É vital que nossos jovens possam curtir essa música e nossa cultura preta nos espaços que estão sendo abertos, incluindo os gratuitos e na rua, que são acessíveis a todos. Não só no samba, mas no rap, hip-hop, música e dança de rua, estamos tendo um crescimento significativo. Temos figuras muito importantes na cidade fazendo um trabalho bem bacana, e eu acredito neste movimento cultural.

Como uma mulher e artista negra, o que você acha que mais mudou ao longo do tempo? A recepção é maior hoje em dia? Você passou por muitas dificuldades no início de sua carreira?

Sim, eu passei por todas as dificuldades que alguém pode ter passado. Como toda pessoa negra, e ainda mais sendo uma mulher de pele retinta, enfrentei todos os desafios. Eu vi a montanha-russa, uma hora você está em cima, outra embaixo, mas a vida em cordilheira faz parte. Desde o começo, trabalhando como backing vocal e depois solo, sempre tive muita expressão e vontade de me expressar. A partir disso, eu consegui

o meu próprio espaço, correndo atrás. Um dia, decidi: "Eu não canto para mais ninguém, não vou trabalhar para mais ninguém, eu vou montar a minha própria banda." E já faz 27 anos que eu tenho minha banda. Tenho músicos comigo há 30 anos. Acho que consegui respeito, o que é muito importante para o que fazemos, que é divulgar nossa cultura. Eu sou uma cantora que canta basicamente música negra, e por esse motivo, apoio às pessoas que estão chegando. Sou uma pessoa contente com a trajetória que tenho. Eu viajo o mundo e o Brasil para levar a nossa música. Acho que as mulheres estão tomando um espaço muito legal, porque vivemos em uma estrutura machista, ainda mais falando de mulher negra. Vejo as meninas novas chegando, tocando em grupos femininos. Temos grandes musicistas e profissionais no backstage aqui em Brasília. Às vezes, trabalho em projetos totalmente em coletivo, só com mulheres dirigindo, cantando, organizando

e fazendo o backstage, porque sem elas não fazemos um bom trabalho. Acredito, tenho muita fé, e acredito que ainda há muito para melhorar. Não está perfeito, mas estamos no bom caminho.

Qual você acha que é a importância do feriado nacional do Dia da Consciência Negra e de celebrá-lo com a música?

Eu acho que a música, a arte, a literatura, a dança, todos esses elementos fizeram a cultura do Brasil ser como ela é: diversa e atípica. Somos um país de dimensões continentais com influência de vários povos, incluindo uma grande influência negra. Se você, por exemplo, tirar a influência negra do Rio de Janeiro, de Salvador, ou do Maranhão, que são as três maiores capitais negras do país, o que é que resta? Você vai à Bahia para curtir a cultura negra de lá, e no Rio de Janeiro, você curte a cultura negra. Nós não viemos apenas da África, que é um continente; cada um saiu de um lugar de um país diferente. Isso é o que estabiliza a nossa diversidade cultural. Sem a cultura negra em nosso país, eu nem consigo ver o Brasil. Então, acredito que celebrar isso é necessário. É a hora de exaltar nossos heróis e nossos feitos.

CELEBRAÇÃO NA CAPITAL

Na Praça do Museu Nacional da República, o evento Consciência Negra 2025 reúne uma série de shows gratuitos para o público brasiliense. Com o tema Raízes que Conectam o Futuro, o projeto traz artistas locais e nacionais para celebrar a data. Os ingressos devem ser retirados no Sympla. Confira programação completa:

HOJE, A PARTIR DAS 19H

- » Alexandre Pires
- » Ludmilla
- » Atrações Locais

AMANHÃ, A PARTIR DAS 19H

- » Uel
- » Timbalada
- » Mumuzinho
- » Atrações Locais

SÁBADO, A PARTIR DAS 19H

- » Benzadeus
- » Psirico
- » Carlinhos Brown
- » Atrações Locais

Divulgação



Justiça brasileira segue branca: apenas 14% da magistratura é negra

Maria Eduarda Lavocat

De acordo com o Censo Demográfico de 2022 do IBGE, 55,5% da população brasileira se declara preta ou parda. Ou seja, a maioria do país é negra. Essa realidade demográfica, no entanto, está longe de se refletir na composição da Justiça brasileira.

Hoje, o Judiciário conta com 302.901 profissionais, sendo 283.884 servidores e 19.017 magistrados. Desse total, apenas 81.264 pessoas se identificam como negras, sendo 78.564 servidores e apenas 2.700 juízes, segundo o Painel de Monitoramento Justiça Racial do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Isso significa que apenas 14% da magistratura brasileira é composta por pessoas negras.

A taxa de magistrados negros por 100 mil habitantes também revela a desigualdade: são apenas 2,39 juízes negros, enquanto entre os brancos a taxa sobe para 18,64 — quase oito vezes mais.

A advogada Ilka Teodoro, ex-administradora do Plano Piloto e cofundadora da Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, afirma que a presença de juízes negros ainda é “extremamente baixa” no país. Por isso, segundo ela, o mês da Consciência Negra deve reforçar a importância de ampliar tanto o acesso à Justiça quanto a presença de pessoas negras no sistema jurídico.

Na visão da advogada, esses dados são alarmantes porque não existe imparcialidade absoluta. “Cada julgador carrega sua história de vida, sua visão de mundo e seus vieses. Quando o Judiciário é composto majoritariamente por homens brancos, a visão que prevalece é limitada,” diz. Ela defende que quanto mais diversidade houver na magistratura, mais qualificada será a Justiça, “com olhares plurais, sensíveis e capazes de compreender diferentes realidades sociais.”

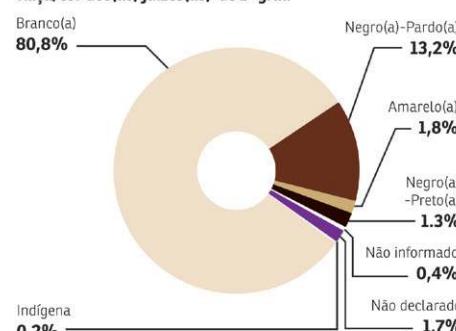
Em concordância, José Gomes de Araújo Filho, juiz auxiliar da Presidência do CNJ, afirma que a baixa presença de pessoas negras na magistratura fragiliza a legitimidade democrática do Judiciário. O magistrado explica que, em um país majoritariamente negro, a ausência de representatividade racial comunica distância e dificulta que a população reconheça o sistema de Justiça como um espaço verdadeiramente seu.

Segundo ele, o CNJ reafirmou recentemente as políticas de cotas e consolidou a pauta de

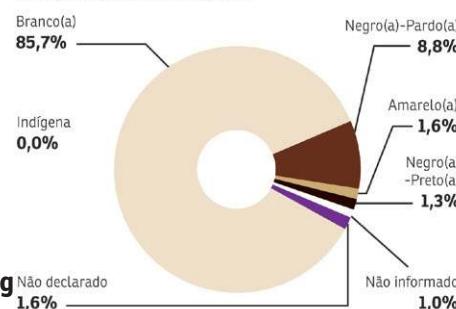
Perfil racial do Poder Judiciário

Dados do Painel de Monitoramento Justiça Racial

Raça/cor dos(as) juízes(as) de 1º grau



Raça/cor dos(as) magistrados(as) de 2º grau e tribunais superiores



Editora de arte/CB/D.A. Press

equidade racial como política permanente, reconhecendo que essa lacuna não é apenas estatística, mas um deficit democrático que precisa ser corrigido de forma estruturada e contínua.

O ex-presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos Roberto Caldas ressalta que a presença de mulheres e pessoas negras no Judiciário é necessária para tornar o sistema de Justiça mais conectado à realidade da população e, portanto, mais justo. Na visão dele, sentenças só podem ser verdadeiramente justas quando refletem a sociedade que julgam.

O cenário se torna ainda mais desigual quando se observa a segunda instância e os tribunais superiores. De acordo com o painel, 85,7% dos juízes nesses tribunais são brancos (2.697). Já pretos e pardos somam apenas 10,4% (318 magistrados). O restante se divide entre juízes amarelos (1,6%, com 49 representantes), indígenas (com apenas um magistrado e proporcionalmente 0%) e aqueles que não informaram ou não declararam raça (2,6%, equivalentes a 83 pessoas).

Para Ilka, essa disparidade não é acidental. “Quanto mais alto se sobe na carreira, mais rigoroso é o filtro e esse filtro também é racial”, afirma. “Se na base já temos pouca representatividade negra,

no topo ela praticamente desaparece”, completa.

A advogada explica que isso ocorre porque a ascensão depende de articulação política, networking, indicação e convivência em ambientes dos quais pessoas negras, muitas vezes, são excluídas desde o início.

Segundo Roberto Caldas, isso ocorre porque a população brasileira ainda não percebe o quanto sua cultura é excludente e discriminatória. De acordo com ele, a ideia de meritocracia aplicada às carreiras jurídicas se apoia em critérios moldados pela elite, não pela realidade da maioria da população brasileira, que é negra e enfrenta dificuldades, inclusive, para acessar direitos básicos.

“As provas e os cursos preparatórios são pensados para a vivência de uma elite que representa menos de 5% da população. Precisamos de ações afirmativas reais, inclusive, com pessoas negras e mulheres nas bancas examinadoras, para garantir equilíbrio no preenchimento das vagas. Outros países já avançaram nesse tema. Por que o Brasil ainda não conseguiu?”, questiona.

Roberto destaca ainda a falta de mulheres nos espaços de maior poder do Judiciário.

“Quando olhamos para a cúpula, vemos quase exclusivamente homens. Parece que às mulheres não é permitido sequer sonhar com esses espaços. O Judiciário, que deveria ser a instância da Justiça, acaba reproduzindo desigualdades, o que é incoerente com sua própria missão”, lamenta.

De acordo com José Gomes de Araújo Filho, o CNJ tem atuado em três frentes centrais para promover a equidade racial no Judiciário. A primeira é a implementação de ações afirmativas, como a Resolução 203/2015, que estabelece 20% de cotas raciais nos concursos para magistratura e servidores; e a Resolução 336/2020, que reserva 30% das vagas para estagiários. Ambas foram recentemente prorrogadas pelo Plenário do CNJ, reforçando o compromisso institucional com a diversidade.

A segunda frente é focada na formação e na mudança cultural. Nesse eixo, destaca-se o Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial, que determina a capacitação permanente de magistrados e servidores para reconhecer e enfrentar desigualdades estruturais no exercício da função jurisdicional.

A terceira envolve diagnóstico e governança, por meio do Pacto Nacional pela Equidade Racial e do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial. Esses mecanismos articulam tribunais, universidades e entidades da sociedade civil para produzir dados, monitorar avanços e propor novas normas e políticas.

A mensagem, segundo ele, é inequívoca: a equidade racial deixou de ser apenas um projeto e passou a constituir uma política de Estado dentro do sistema de Justiça.

Diferenças entre Tribunais

A Justiça Eleitoral é o ramo com maior percentual de magistrados negros (18,1%), seguida pela Justiça do Trabalho (15,9%), Justiça Estadual (13,1%), Justiça Federal (11,6%) e Justiça Militar (6,7%).

No recorte estadual, o Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP) apresenta o maior índice de magistrados negros (7,07%), enquanto o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) tem o menor: apenas 0,53%.

Na Justiça do Trabalho, o TRT da 20ª Região (SE) lidera com 1,09% de magistrados negros ou pardos, enquanto o TRT da 15ª Região aparece na última posição, com 0,23%. No Tribunal Superior do Trabalho, não há nenhum magistrado negro. Já na Justiça Federal, o TRF da 2ª Região registra o maior percentual (0,29%), e o TRF da 6ª Região o menor (0,14%).

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Em 2026, CNJ terá maior composição de conselheiros negros desde a criação

Antonio Augusto/Secom/TSE



Divulgação/Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul



Kayo Magalhães/CB/D.A. Press



Em 2026, o plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) terá três magistrados negros em sua composição. O juiz Fábio Esteves, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), e a desembargadora Jaceguara Dantas, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, indicados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), tiveram os nomes aprovados na semana passada pelo Senado e deverão tomar posse em fevereiro para atuarem no biênio 2026-2028. O ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assume a Corregedoria Nacional de Justiça em setembro, para dois anos de mandato. Será uma boa oportunidade para que a política de favorecimento à pluralidade na composição dos tribunais brasileiros se desenvolva.

AFP



Único presidente negro

Em 20 anos de criação do CNJ, menos de 10 conselheiros negros integraram o plenário. Um deles foi o ministro — hoje aposentado — Joaquim Barbosa, que presidiu o Conselho entre 2012 e 2014. Foi o único presidente negro. Também não houve pessoas pretas na Corregedoria Nacional de Justiça.

Direito a arrependimento

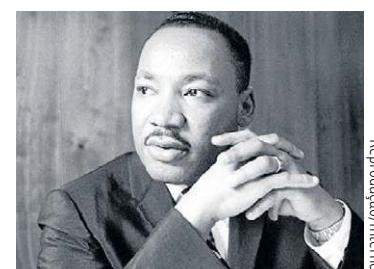
A 4ª turma do STJ iniciou o julgamento que vai definir se consumidores podem desistir da compra de passagens aéreas feitas pela internet no prazo de sete dias, com reembolso integral, com base no "direito de arrependimento" previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC). O relator do caso, ministro Marco Buzzi, votou pelo direito dos consumidores. Mas o julgamento foi interrompido após pedido de vista do ministro Antonio Carlos Ferreira.



Linha dura

Responsável pelas medidas de prisão de executivos do banco Master na Operação Compliance Zero, o juiz federal Ricardo Augusto

Soares Leite, da 10ª Vara Federal Criminal de Brasília, é autor de várias decisões de repercussão. Entre elas, a que determinou a suspensão das atividades do Instituto Lula, sob a justificativa de que o local poderia ser usado para a prática de crimes. Na Operação Lava-Jato, o magistrado determinou que Lula entregasse o passaporte à Polícia Federal. Em 2023, condenou o hacker Walter Delgatti Netto, por ter invadido o celular de autoridades, entre os quais o então procurador da República Deltan Dallagnol. Na Lava-Jato, ele rejeitou denúncia contra o ex-ministro Aloizio Mercadante — hoje presidente do BNDES — por obstrução de justiça.



Reprodução/Internet

"Eu tenho um sonho que meus quatro pequenos filhos um dia viverão em uma nação onde não serão julgados pela cor da pele, mas pelo conteúdo do seu caráter"

Martin Luther King Jr.

Dupla solenidade

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) realizou na manhã desta quarta-feira (19/11) a Solenidade de Outorga das Comendas da Ordem do Mérito Defensorial Ministro Humberto Gomes de Barros e o lançamento do *Livro-Memória da Defensoria Pública do Distrito Federal: 1987-2025*. O evento ocorreu no auditório do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).



Divulgação

História da Defensoria é valorizada em livro

O *Livro-Memória da Defensoria Pública do Distrito Federal: 1987-2025* registra a trajetória da instituição ao longo de 148 páginas. A publicação revisita momentos marcantes de quase quatro décadas de atuação na promoção do acesso à justiça e na defesa dos direitos da população em situação de vulnerabilidade. "A construção desse livro é um sonho que se tornou realidade para celebrar a relevância

da Defensoria. O passado reflete nas ações do presente e nos ajuda a construir o caminho para o futuro. As histórias da DPDF e das pessoas que ajudaram a construir a instituição merecem ser valorizadas e contadas", destaca o defensor público-geral do Distrito Federal, Celestino Chupel. O **Correio Brasiliense** faz parte da publicação e cedeu 18 imagens do acervo do jornal para ilustração de momentos marcantes. A versão digital do livro pode ser acessada no link: <https://www.defensoria.df.gov.br/livro-dpdf/>

ENTREVISTA — PAULO MAURÍCIO SIQUEIRA, POLI — presidente da OAB-DF

“Desorganização na distribuição de varas cria cidadãos de segunda categoria”

Ana Maria Campos

Uma investigação da Ordem dos Advogados do Brasil seccional DF (OAB-DF) apontou distorções na distribuição de varas de Justiça nas regiões administrativas do Distrito Federal. São disparidades que levam à demora no julgamento de demandas em algumas cidades e agilidade em outras. O trabalho mostrou, segundo o presidente da OAB-DF, Paulo Maurício Siqueira, o Poli, que a situação acaba criando cidadãos de segunda categoria no sistema de Justiça. A boa notícia é que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) demonstrou disposição em resolver o problema.

Levantamento da OAB-DF identificou discrepâncias no atendimento das varas do TJDFT. O que exatamente foi encontrado?

Nosso TJDFT é um excelente tribunal, mas infelizmente identificamos distorções graves na 1ª instância, principalmente quando comparada à estrutura das varas de Brasília com as de algumas regiões administrativas. Por exemplo, o quadro de servidores incompleto nas varas e, portanto, sobrecargas de trabalho; número elevadíssimo de processos em tramitação e de novas causas concentradas em poucas varas, enquanto há outras com baixa movimentação de casos; necessidade de estudo sobre criação de varas especializadas; possibilidade de desmembramento ou redistribuição de competência de algumas varas, como do Tribunal do Júri e nos juizados cíveis e criminais, o que pode se agravar ainda mais com a possibilidade de elevação do teto do valor da causa de 40 para 60 salários mínimos.

Quais as consequências?

O atendimento à advocacia e à população se mostra bastante deficitário em algumas cidades. Há muita morosidade na apreciação dos casos. Temos relatos de divórcio consensual por anos sem definição, pessoas aguardando por muito tempo uma reintegração de posse de imóvel em ação estagnada. Esses e mais casos de pessoas que aguardam soluções que não chegam em suas vidas. Como disse Rui Barbosa, nosso patrono: “A justiça atrasada não é justiça; senão injustiça qualificada e manifesta”.

Divulgação



“Há muita morosidade na apreciação dos casos. Temos relatos de divórcio consensual por anos sem definição, pessoas aguardando por muito tempo uma reintegração de posse de imóvel em ação estagnada. Esses e mais casos de pessoas que aguardam soluções que não chegam em suas vidas”

Por que a OAB-DF decidiu fazer esse levantamento?

O estudo foi motivado pelo aumento das reclamações da advocacia do DF sobre a tramitação de demandas e descumprimento das prerrogativas em algumas regiões administrativas. Foram analisados aspectos, como o quadro de servidores, volume processual, distribuição de feitos e a demanda populacional atendida por cada unidade.

Acredita que haja um tratamento diferenciado entre os cidadãos com demandas nas regiões administrativas e no Plano Piloto?

É o que o estudo nos traz em evidência. Fizemos esforço coletivo contando com os quadros da OAB/DF, das subseções, e com a colaboração de servidores ao responderem nossos questionamentos para diagnóstico e a proposição de soluções, com vistas a aprimorar a eficiência e a equidade na distribuição do atendimento pela Justiça no DF, corrigindo distorções que são históricas.

Há cidadãos de segunda categoria no atendimento da Justiça?

Entendo que não é uma intenção deliberada, mas infelizmente é o que nos pareceu dos números apurados. É uma questão

estrutural. A organização do Poder Público traz resquícios históricos de concentração de atendimento. E sabemos que o caminho para o bem-viver das populações está na descentralização. Assim como fazemos na OAB/DF, valorizando e fortalecendo subseções, temos de ver o Judiciário dar passos significativos na valorização do atendimento nas regiões administrativas.

Quais são as soluções necessárias?

As soluções dependem mais de uma boa estratégia de governança do que do aporte de recursos financeiros. É possível pensar na redistribuição de varas cíveis de Brasília para fóruns mais sobrecarregados. Atualmente, temos 25 varas cíveis em Brasília, e o maior volume de processos está concentrado nelas. A proposta que encaminhamos ao TJDFT compreende realocar duas ou três varas para circunscrições com maior demanda e menor estrutura, buscando equilibrar a distribuição de trabalho. Guará e Planaltina são exemplos de onde a criação de uma nova vara cível é urgentemente necessária para desafogar o volume processual. De outro lado, em circunscrições onde o volume de processos de júri é baixo (como Samambaia, com apenas 11 processos de júri distribuídos mensalmente; e Planaltina

com 17), pode-se propor a unificação dessas unidades. A 2ª Vara Criminal e o Juizado de Violência Doméstica de Águas Claras, e as Varas Criminal e Juizado de Violência Doméstica do Recanto das Emas, assim como Santa Maria e Planaltina, precisam de mais servidores — é possível realocar pessoal. Veja quão grave é a situação do Guará, por exemplo: o Fórum tem mais de 13 mil processos em tramitação e apenas 26 servidores para atender a demanda de serviços. Lá, a população é de mais de 120 mil habitantes e conta com apenas uma Vara Cível principal, além de juizados; e o Plano Piloto (Brasília), com pouco mais 198 mil habitantes, possui 25 varas cíveis. Podemos perguntar: é justo isso? Ou ainda: como fazer justiça atuando no Guará? São soluções que apontamos em nosso relatório ao TJDFT e contamos com o apoio de lá para resolver os graves problemas que têm emergência. Não pode haver mais demora para equilibrar o atendimento e oferecer condições adequadas para servidores e magistrados, advocacia e a população, principal beneficiária de melhorias que vierem a ser implementadas.

Como foi a reação do corregedor do Tribunal de Justiça do DF, desembargador Mario-Zam Belmiro?

Muito cordial. Ele nos atendeu muito bem. Demonstramos que estamos todos imbuídos das mesmas intenções. Aqui não tem pedra ou vidraça. Sabemos que o TJDFT já identifica, por seu próprio conhecimento interno, que há necessidade de melhorias. Esperamos que, com o nosso estudo, possamos somar esforços e que as soluções sejam adotadas na maior brevidade possível. O objetivo é um só: que a prestação jurisdicional seja de excelência para toda a sociedade, nos quatro cantos do DF.

Se essas diferenças no atendimento ocorrem no DF, acredita que ocorra também em situações ainda mais graves no interior do país?

Não tenho dúvida de que estamos vivendo em um país onde há muita desigualdade a ser reparada. Agimos aqui, no DF, e esperamos que este movimento possa inspirar mais iniciativas que corrijam distorções no Brasil. Felizmente, para isso, destaco que vivemos numa era em que a comunicação é ferramenta para transformações. Esse pode ser um “case de sucesso” para o país: a reorganização da Justiça para atender os direitos dos cidadãos.



Visão do Direito



Paulo Dias de Moura Ribeiro

Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e presidente em exercício do Fonaref



Clarissa Somesom Tauk

Juíza de Direito auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e secretária-geral do Fonaref

3º Congresso do Fonaref incentiva debate aberto e aprova 17 novos enunciados sobre insolvência

O Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (Fonaref) concluiu, em 18 de novembro, seu 3º Congresso Anual, consolidando-se como um espaço fundamental para o aprimoramento do sistema de insolvência no Brasil. Com o tema central “Concursalidade e Extraconcursalidade como Eixo Estruturante do Sistema de Insolvência”, o evento de dois dias, realizado na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), destacou-se por sua metodologia participativa e pela profundidade dos debates, que foram abertos à contribuição do público em geral.

A sessão de abertura refletiu a relevância institucional e o crescimento do Fórum. O Ministro Mauro Campbell Marques, presidente do Fonaref e corregedor Nacional de Justiça, pontuou a missão de uniformizar a interpretação da lei para garantir um ambiente de negócios mais seguro. O Ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro, presidente em exercício, relembrou o legado do

Ministro Luis Felipe Salomão, idealizador do Fórum, e destacou a importância do diálogo para construir um “guia seguro” para os magistrados.

O conselheiro do CNJ Rodrigo Badaró, vice-presidente, enfatizou o compromisso do Conselho com a articulação interinstitucional promovida pelo Fonaref. Por fim, a secretária-geral, magistrada Clarissa Somesom Tauk, celebrou o crescimento expressivo do evento, que lotou o auditório, tendo 465 inscritos, e detalhou os resultados práticos da gestão, como a proposta de alteração da Resolução 393 do CNJ e a criação de um grupo de trabalho voltado à análise da recuperação judicial do produtor rural. A ampla representatividade do evento foi reforçada pela presença da desembargadora Lídia Matiko Maejima, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, entre outras autoridades.

O congresso se notabilizou por sua abertura à participação da comunidade jurídica. Embora a votação dos enunciados fosse

restrita aos membros do Fonaref, os demais participantes puderam intervir nos debates das comissões, apresentando sugestões para o aperfeiçoamento das propostas. Essa dinâmica enriqueceu as discussões e democratizou a construção dos entendimentos. Das 85 propostas de enunciados recebidas, 57 foram admitidas para análise nas cinco comissões temáticas, cada uma presidida por um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A comissão sobre Legitimidade Concursal e Recuperação de Agentes Econômicos Especiais, presidida pelo ministro João Otávio de Noronha, debateu o acesso à recuperação judicial por agentes como associações civis, cooperativas e Sociedades Anônimas de Futebol (SAFs). O Ministro Raul Araújo Filho liderou as discussões sobre a Insolvência no Agronegócio, focando nas especificidades do produtor rural. O tema Falência e Capitalismo Humanista, sob a responsabilidade do ministro Teodoro Silva Santos, abordou a preservação da

dignidade dos envolvidos e a função social da empresa. O Ministro Sérgio Luiz Kukina presidiu a comissão sobre Direito do Trabalho e Insolvência, analisando os conflitos e o tratamento dos créditos trabalhistas. Por fim, os debates sobre Métodos Autocompositivos no Processo de Insolvência, como mediação e conciliação, foram conduzidos pelo Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

Após intensos debates no primeiro dia, a sessão plenária do segundo dia resultou na aprovação de 17 novos enunciados, que servirão como um importante guia para a atuação dos operadores do direito em todo o Brasil. O 3º Congresso Anual reafirma, assim, a missão do Fonaref de aprimorar o sistema de insolvência por meio de um diálogo amplo e qualificado. O evento contou ainda com o lançamento do livro “Fresh Start — Rompendo o estigma da Falência Empresarial”, da secretária-geral Clarissa Somesom Tauk, reforçando o viés acadêmico e inovador do Fórum.

Visão do Direito



Guilherme Veiga

Doutorando em direito constitucional pelo Ceub/DF mestre pela Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em direito constitucional internacional pela Università di Pisa/UNIPI, Itália. pós-graduado em recursos nas cortes superiores pelo Mackenzie de Brasília

Sustentação oral e colegiado ampliado

O julgamento ampliado, previsto no art. 942 do Código de Processo Civil, constitui uma técnica de ampliação da colegialidade aplicada sempre que o julgamento de mérito não é unânime. O dispositivo estabelece que, “quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores”.

O artigo ainda prevê, em seus parágrafos, a possibilidade de prosseguimento na mesma sessão, a revisão de votos anteriormente proferidos e a extensão da técnica a ações rescisórias e agravos de instrumento, deixando claro que se trata de verdadeira recomposição do órgão julgador. Assim, o julgamento ampliado não representa mera

continuidade física da sessão, mas a constituição de um novo colegiado, mais amplo e plural, que passa a decidir a causa após a identificação da divergência.

Essa compreensão decorre do fundamento democrático da colegialidade e do próprio texto legal, que assegura expressamente a possibilidade de sustentação oral dirigida aos novos julgadores. A sustentação oral é um ato de influência legítima e deve ser dirigida apenas a quem está investido na função de julgar naquele momento processual.

Como os julgadores convocados para a fase ampliada não participaram formalmente da primeira etapa do julgamento, e apenas passam a atuar como julgadores após a divergência, não receberam, institucionalmente, a argumentação oral inicial. Assim, não houve contraditório dirigido a eles, tornando indispensável a renovação da palavra para assegurar às partes a plena defesa.

A técnica de ampliação do colegiado somente cumpre sua finalidade, que é aprofundar o debate, pluralizar a deliberação e permitir uma revisão imediata da divergência, se acompanhada da renovação da sustentação oral. Negar nova oportunidade de manifestação significaria reduzir o art. 942 do CPC a uma formalidade esvaziada, comprometendo a própria razão de existir da técnica e afastando o contraditório substancial. A correspondência entre órgão julgador e destinatários da sustentação oral é condição indispensável para que o julgamento ampliado produza deliberação efetivamente colegiada.

Esse debate surge de forma central no Recurso Especial 2.172.026/SP, no qual a ministra Nancy Andrade, em voto vista, está dando provimento ao recurso especial para declarar a nulidade do julgamento ampliado por ausência de sustentação oral, determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que a manifestação seja facultada

perante o colegiado ampliado. O ministro relator havia negado conhecimento ao recurso, e, diante dessa divergência, o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva pediu vista regimental, com os ministros Moura Ribeiro e Daniela Teixeira aguardando para votar. O caso evidencia, de modo concreto, a importância da garantia de sustentação oral dirigida ao órgão que efetivamente proferirá o julgamento.

Acreditamos que o Superior Tribunal de Justiça reafirmará sua própria jurisprudência nesse processo, reconhecendo a obrigatoriedade de nova sustentação oral no julgamento ampliado, em respeito ao devido processo legal e ao contraditório real. A decisão terá impacto direto na prática forense nacional e reforçará que a ampliação do colegiado somente cumprirá seu propósito constitucional se acompanhada da plena possibilidade de manifestação das partes perante todos os julgadores que comporão a decisão final.



Visão do Direito



Alan Bousso

Mestre em direito processual civil pela PUC-SP, sócio do escritório Cyrillo e Bousso Advogados

Mais impostos, menos corte: quem produz paga pela ineficiência pública

Empresas e pessoas físicas seguem uma lógica simples e implacável em seu orçamento: se as despesas aumentam, é preciso cortar, ajustar e reencontrar o equilíbrio das contas. No setor privado, a disciplina orçamentária não é virtude — é condição de sobrevivência. No Estado brasileiro, porém, a lógica parece invertida: quando o gasto cresce, em vez de cortes, cria-se um novo tributo. E nessa inversão de responsabilidade nasce mais um fardo para quem produz, investe e trabalha.

A lógica invertida é o alicerce do Projeto de Lei 1.087/2025, que reformula faixas do Imposto de Renda e cria uma nova tributação sobre lucros e dividendos. O texto prevê isenção para rendimentos mensais de até R\$ 5 mil, a partir de 2026, e impõe retenção de 10% sobre distribuições de lucros que ultrapassem R\$ 50 mil mensais a uma mesma pessoa física. À primeira vista, a medida parece inspirada no princípio da justiça fiscal: cobrar mais de quem ganha mais. Mas, quando se examinam os efeitos concretos, emergem distorções de proporcionalidade, riscos de desestímulo e uma mensagem perigosa — a de que o Estado pode tributar cada vez mais sem rever seu próprio modo de gastar.

O novo modelo tem ainda outro problema: cria uma armadilha para quem distribui dividendos ligeiramente acima do limite. O gatilho de R\$ 50 mil funciona como uma quebra de patamar abrupta: ao ultrapassá-lo, a alíquota de 10% é aplicada sobre todo o valor, e não apenas

sobre o excedente. Assim, quem recebe R\$ 51 mil paga imposto sobre todo o montante — e não sobre o R\$ 1.000 que passou da faixa. Essa desproporção gera um efeito perverso: o contribuinte que ganha “um pouco mais” passa a ter uma carga efetiva maior do que quem ganha muito mais.

Em suma, o sistema é um desincentivo ao sucesso. Empresários e profissionais liberais podem reduzir ou fragmentar suas retiradas, transferir lucros para meses seguintes, ou recorrer a estruturas artificiais de planejamento para escapar do salto tributário. O resultado é o oposto do pretendido: menos transparência, menos arrecadação e mais complexidade.

Ainda mais grave do que a distorção técnica é o sintoma político e fiscal que ela revela. A tributação de dividendos reaparece como resposta fácil ao problema crônico das contas públicas. Em vez de discutir o tamanho do Estado e sua eficiência, recorre-se novamente ao bolso do contribuinte. Enquanto o cidadão ajusta gastos e o empresário aperta margens para enfrentar a concorrência e a inflação, o poder público continua a expandir despesas, criar cargos e multiplicar programas sem aferir resultados.

Essa lógica rompe o pacto básico da tributação: o de que o contribuinte aceita pagar mais quando percebe retorno em serviços, infraestrutura e bem-estar social. O que se vê, contudo, é o oposto — a carga tributária cresce, mas o Estado não entrega. Saúde, segurança e educação seguem em crise, enquanto a burocracia e

o desperdício consomem parte expressiva dos recursos.

Para o Estado, tributar é necessário. Mas gastar bem é tarefa que não pode ser adiada. Um sistema fiscal justo não se define apenas pelo quanto arrecada, mas pelo quanto devolve em qualidade de vida e eficiência. Quando o governo ignora esse equilíbrio, a tributação perde legitimidade moral e econômica.

É preciso ainda ter em conta que a proposta surge no ambiente de negócios num momento delicado. O Brasil compete por capital com países que, ao contrário, reduzem tributos sobre produção e investimento. A tributação de lucros e dividendos, especialmente quando mal calibrada, reduz a atratividade de empreender e incentiva a realocação de capitais para jurisdições mais previsíveis.

O modelo em discussão desestimula a reinjeção de lucros na economia. O empresário que vê o custo de distribuir dividendos subir tende a reter recursos ou buscar formas alternativas de remunerar o capital — o que compromete o fluxo de investimento, inovação e geração de emprego. Em síntese: tributar sem coordenar política fiscal e ambiente produtivo é atacar em cheio o motor do crescimento.

O pilar da justiça fiscal é a capacidade contributiva, segundo a qual quem paga mais deve contribuir mais. Mas isso só é verdadeiro quando as faixas de tributação são proporcionais e previsíveis. Um sistema que pune quem ganha “um pouco acima” de um limite, e não quem

efetivamente acumula rendas muito elevadas, cria um degrau injusto e deseduca o contribuinte. O resultado é o incentivo à informalidade. Há soluções técnicas simples para corrigir esse desalinhamento: aplicar o imposto somente sobre o excedente acima do gatilho, transformar o limite mensal em teto anual para evitar distorções, e permitir compensação plena da retenção na declaração de ajuste anual. Nenhuma delas, contudo, terá efeito duradouro se o Estado continuar incapaz de controlar seus gastos.

Uma verdadeira reforma tributária precisa começar no próprio governo. Antes de aumentar a arrecadação, é preciso reformar o gasto público, medir resultados, revisar programas e eliminar redundâncias. É o que qualquer cidadão faz quando o orçamento aperta. Cobrar mais sem gastar melhor perpetua o ciclo da ineficiência, em que o Estado cresce e a sociedade se encolhe.

O aumento de impostos não é, por si, um erro. O erro é acreditar que ele resolve o desequilíbrio fiscal sem enfrentar a origem do problema: o descontrole do gasto público. Tributar dividendos pode até soar moderno. No entanto, em um país onde a carga já beira 34% do PIB e o retorno em serviços é precário, soa mais como um atalho perigoso. O contribuinte brasileiro já faz sua parte: trabalha, produz, ajusta contas e paga. O que falta é o Estado fazer o mesmo. Sem isso, cada nova “reforma” não passa de mais um capítulo de uma história repetida: a de um país que tributa muito, entrega pouco e busca soluções sempre do lado errado da planilha.



Otávio Arantes

Advogado especialista em processo civil e direito de família.
Sócio-fundador do escritório Arantes de Mello Advocacia

Consultório Jurídico

Você sabe o que significa a guarda de um filho?

Quando, por algum motivo, os responsáveis legais de um menor de idade não coabitam juntos, existe a necessidade de ser regulamentada a guarda para esta criança ou adolescente.

Na maioria dos casos, quem detém a guarda, possui o poder familiar, que significa o conjunto de direitos e deveres, vinculado aos pais biológicos, tutores e pais adotivos, em relação aos menores de idade.

Quanto às espécies de guarda, existem a unilateral, compartilhada, alternada e nidal. As duas últimas são raramente aplicadas no Brasil.

Na alternada, a criança ou adolescente permanece por períodos específicos e alternados na residência e cuidados diretos de seu responsável legal. Na guarda nidal, a residência permanece fixa para a criança ou adolescente e há o revezamento dos responsáveis legais. Nessas espécies de guarda, parte-se do princípio que os genitores ou responsáveis tenham corresponsabilidade e afinidade no formato de criação e sintonia de ideologia a ser aplicada.

As formas mais comuns de guarda, no

Brasil, são a compartilhada, eleita como regra no nosso ordenamento jurídico e a guarda unilateral.

A guarda compartilhada, nos termos do Código Civil, é “o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.” Esse tipo de guarda é tido como o preferencial no Brasil, exceutando-se casos específicos que impossibilitem a sua decretação.

Na guarda unilateral, somente um dos genitores permanecerá com a responsabilidade de gerir e administrar os interesses dos menores, sendo que a sua residência será

fixada como o lar da criança ou adolescente.

Importante esclarecer que a guarda não se restringe somente à habitação, ao local físico que o menor de idade residirá, ela transcende esse aspecto, ela é sinônimo de plena gestão dos interesses, direitos e deveres dos menores de idade e implica tomada de decisão para que esse exercício seja efetivo. Igualmente, a guarda não pode ser confundida com lar de referência, esse sim, possui equivalência à fixação do local onde o menor de idade terá sua habitação.

Cada especificidade deve e é analisada no caso concreto, por isso a importância de procurar um bom profissional para melhor atender às necessidades de cada um.



Visão do Direito



Carolina Cabral Mori

Advogada do escritório Ferraz dos Passos Advocacia

Câncer de mama e o papel das empresas na promoção de um ambiente de trabalho mais humano

O diagnóstico de câncer de mama costuma representar uma ruptura profunda na vida pessoal e profissional da mulher. Diante de uma notícia que impacta diretamente a saúde física e emocional, o papel das empresas torna-se essencial não apenas no cumprimento da legislação, mas também na promoção de um ambiente de acolhimento, respeito e empatia.

Entre as boas práticas empresariais estão a flexibilização de horários, a possibilidade de trabalho remoto, quando viável, e a adaptação de tarefas conforme orientação médica. Iniciativas como programas de escuta ativa e acolhimento emocional, capacitação de lideranças empáticas e criação de políticas internas específicas para doenças graves também demonstram compromisso real com o bem-estar das colaboradoras. Além disso, campanhas internas de prevenção e parcerias com clínicas para realização de mamografias reforçam a responsabilidade social corporativa e evidenciam um cuidado genuíno com a saúde da equipe.

Outro ponto fundamental é o sigilo do diagnóstico, direito assegurado pela Constituição Federal e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A divulgação indevida de informações médicas configura violação à intimidade e à dignidade da pessoa humana, princípios basilares das relações de trabalho.

A dispensa sem justa causa de uma funcionária diagnosticada com câncer pode ser considerada ato discriminatório. A Súmula 443 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) presume discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito, garantindo ao trabalhador o direito à reintegração. Assim, mais do que uma obrigação legal, o respeito e o apoio à colaboradora em um momento tão delicado são atitudes que fortalecem a confiança, o engajamento e a cultura organizacional, refletindo maturidade na gestão de pessoas.

Do ponto de vista jurídico, a trabalhadora diagnosticada com câncer tem direito ao afastamento remunerado de 15

dias pela empresa e, a partir do 16º dia, ao auxílio-doença pelo INSS. Também é assegurado o saque do FGTS e do PIS/Pasep, além da isenção de Imposto de Renda em situações específicas.

Nos últimos anos, a legislação avançou no sentido de ampliar a proteção à mulher em tratamento. O artigo 473, inciso XII, da CLT passou a garantir até três dias de ausência justificada por ano para a realização de exames preventivos de câncer, mediante comprovação médica. A mudança reflete o reconhecimento da importância do diagnóstico precoce e da implementação de políticas de saúde preventiva no ambiente corporativo.

Vale lembrar que toda empresa com ao menos um empregado registrado deve elaborar e implementar o PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), que prevê a realização de exames admissuais, periódicos e demissionais. O cumprimento dessas normas, além de evitar autuações, demonstra comprometimento com a saúde ocupacional e a conformidade legal.

Outro ponto que merece reflexão é o uso do atestado de comparecimento para consultas médicas. Embora o documento possa justificar ausências, sua aceitação ainda depende do entendimento do empregador, salvo nas hipóteses previstas em lei, como consultas de gestantes ou acompanhamento de filhos pequenos. A legislação poderia evoluir para permitir a compensação ou o abono das horas destinadas a consultas e exames, sem a rigidez imposta por muitas convenções coletivas. Afinal, o adoecimento não interessa a nenhuma das partes e deve ser tratado com humanidade e bom senso.

Mais do que cumprir obrigações legais, as empresas precisam reconhecer que doenças graves podem acometer qualquer pessoa, empregada ou empregador, e que o apoio nesses momentos é um gesto de empatia e responsabilidade social. A atuação preventiva e consultiva de advogados trabalhistas pode ajudar a orientar políticas internas e evitar litígios que, muitas vezes, poderiam ser solucionados com diálogo e sensibilidade.

Visão do Direito



Carlos Campi

Advogado especializado em leilões e regularização de imóveis

Planejamento sucessório: o perigo de achar que apenas a holding é a solução

Nos últimos anos, as chamadas holdings familiares se tornaram uma verdadeira febre no planejamento patrimonial. Muitos empresários e famílias enxergaram nelas a solução definitiva para reduzir impostos, organizar bens e evitar conflitos sucessórios. Mas é importante lembrar: embora a holding seja uma ferramenta valiosa, ela não é — e nunca foi — o único caminho possível.

Na prática, o que mais se vê é o uso da holding de forma padronizada, sem uma análise profunda da realidade de cada

família ou empresa. Cada patrimônio tem suas particularidades, assim como cada herdeiro tem suas necessidades e perfis distintos. Aplicar um modelo pronto, sem estudo técnico e sem compreender as implicações tributárias e societárias pode gerar o efeito contrário: aumento de custos, conflitos e até autuações fiscais.

O planejamento sucessório e tributário deve começar pelo diagnóstico — entender o tamanho do patrimônio, a natureza dos bens, a estrutura familiar e os objetivos de longo prazo. Só então se define qual

instrumento jurídico é o mais adequado: pode ser uma holding, um testamento, uma doação com reserva de usufruto, um seguro de vida ou até a combinação de vários deles.

Outro ponto importante é que o uso indiscriminado de holdings com a única finalidade de “pagar menos imposto” vem sendo alvo de maior atenção da Receita Federal e dos fiscos estaduais. Quando a estrutura é criada sem propósito econômico real — apenas para driblar tributos —, ela pode ser desconsiderada judicialmente, gerando sérias consequências.

Planejar é importante, mas planejar bem é essencial. O verdadeiro planejamento patrimonial não se resume a abrir uma empresa no papel; ele exige estratégia, análise jurídica, contábil e sucessória. Cada decisão deve estar alinhada à realidade da família e à legislação vigente.

Em resumo, a holding é uma ferramenta poderosa, mas não é uma receita mágica. O melhor plano é sempre aquele feito sob medida — com orientação especializada e foco na segurança, não apenas na economia de impostos.



Visão do Direito



Luis Carlos Alcoforado
Advogado

Ilegalidade do cartão de pagamento do governo federal

No sistema jurídico brasileiro, prevalecem os regimes da legalidade, por força do qual a lei é a única fonte legítima capaz de obrigar alguém a fazer ou deixar de fazer algo, e o da reserva legal, em conformidade com o qual determinadas matérias somente podem ser veiculadas em lei formal.

Ocorre, todavia, que o princípio da legalidade ou da reserva legal é sacrificado, atropelado e burlado pela engenhosidade de condutas inconstitucionais da administração pública, ao veicular disciplinar, criar ou alterar institutos em atos infralegais, como decretos e portarias.

Há verdadeiros abusos e desvios de finalidade no processo de criar direitos, restringir direitos ou instituir deveres que dependem da lei, sempre com traquinagens e maquiagens para transparecer que há legalidade no desiderato de desviar-se do rigor da Constituição da República.

Uma das criações engenhosas fora a do Cartão de Pagamento do Governo Federal (cartão corporativo), destinado à liquidação de despesas públicas, na área de bens e serviços.

O Cartão de Pagamento do Governo Federal (GPGF), instrumento para tornar mais eficiente e operacional as compras e os serviços de que necessita a administração pública, foi instituído pelo Decreto nº 5.355/2005.

Em seguida, a Portaria nº 41, de 4 de março de 2005, e a Portaria nº 44, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quiseram maquiar a legalidade na criação do Cartão de Pagamento, com a soberba normativa, como fossem instrumentos idôneos para, também, substituir a lei.

Decretos são estéreis para a institucionalização de direitos ou deveres, imprevistos na lei, por quanto têm a natureza jurídica de atos administrativos normativos secundários, editados pelo Poder Executivo no exercício de sua função regulamentar ou de direção interna da Administração Pública.

Ao presidente da República compete expedir decretos e regulamentos para a fiel execução das leis, de acordo com o art. 84, inciso IV, da Constituição da República.

Descabe a decreto engenhar institutos, haja vista que apenas serve à lei na sua destinação de natureza regulamentar, sem eficácia para extrapolar seu limitado

“O vício na constituição do Cartão de Pagamento se manifesta na via normativa eleita, haja vista que não foi concebido por lei, no sentido formal e técnico-constitucional, premissa segundo a qual se levantam firmes suspeitas de que o instrumento carece de constitucionalidade e, pois, de legalidade.”

papel de coadjuvante.

Ora, a regra constitucional deixa claro que o decreto tem natureza regulamentar, devendo se limitar a pormenorizar o modo de aplicação da lei a que deve reverência, como instrumento, hierarquicamente, inferior no plano constitucional-administrativo.

A finalidade do decreto se restringe a proporcionar fiel execução da lei, sem jamais se autorizar a criar direitos ou obrigações.

Mais grave, ainda, é o atrevimento de portarias, simples atos administrativos internos, de caráter infralegal, destinadas à organização do funcionamento dos órgãos públicos ou à concretização de diretrizes já previstas em lei ou regulamento, em usurpar a competência da lei.

Portanto, não possuem força normativa para inovar o ordenamento jurídico.

Nas lições mais comezinhas que lustram o direito constitucional e o direito administrativo brasileiros, inflaciona-se o entendimento segundo o qual decretos e portarias são meros atos administrativos impróprios e ineficazes, editados pelo Poder Executivo no exercício de sua função regulamentar ou de direção interna da administração pública.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica nesse sentido, ao reconhecer que “ato normativo infralegal não pode criar direitos, obrigações ou restrições não previstas em lei” (STF, RE 217.316/PR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 15.10.1999).

Assim, somente a lei em sentido formal, elaborada pelo Poder Legislativo e sancionada nos termos constitucionais, pode criar direitos e impor obrigações aos cidadãos.

Qualquer tentativa de fazê-lo por meio de decreto, portaria ou outro ato administrativo viola o princípio da legalidade (art. 5º, II, da CF), segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei.

Descabe discutir a premissa segundo a

qual o Cartão de Pagamento do Governo Federal (GPGF) foi constituído por simples decreto, sem fundamento ou conexão com a lei.

Note-se que o decreto não se apoiou ou se reportou à lei que autorizasse, expressamente, a criação do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

Logo, não há, no dispositivo legal que instituiu o CPGF, uma norma primária que crie dever novo ou obrigação para terceiro que não estivesse já em lei.

Qualquer tentativa de fazê-lo por meio de decreto, portaria ou outro ato administrativo viola o princípio da legalidade, consoante já destacado.

Logo se constata que o vício na constituição do Cartão de Pagamento se manifesta na via normativa eleita, haja vista que não foi concebido por lei, no sentido formal e técnico-constitucional, premissa segundo a qual se levantam firmes suspeitas de que o instrumento carece de constitucionalidade e, pois, de legalidade.

E ainda: o Supremo Tribunal Federal já decidiu que a União não pode, por meio de ato infralegal, criar obrigações ou impor sanções primárias ou autônomas.

Logo, ao instituir o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) por meio de decreto e portarias, sem anterior lei formal, verifica-se afronta à reserva-legal e à legalidade estrita, o que torna o referido instrumento juridicamente vulnerável e viciado.

Ao inovar, as iniciativas do Poder Executivo ferem o princípio da legalidade ou da reserva legal.

O império da lei é a fonte de legalidade dos atos emanados do Estado, o qual se impõe em respeito à força constitucional. Ora, a Administração Pública brasileira encontra-se submetida ao regime jurídico-constitucional da legalidade estrita, segundo o qual só é permitido ao administrador agir nos termos autorizados pela lei.

Tal regime, previsto de modo expresso no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, visa a assegurar que toda e qualquer despesa realizada pelo Estado se volte exclusivamente à satisfação do interesse público.

Aqui, reside outra grave distorção no uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal: a utilização para satisfazer interesse pessoal do agente público.

Em matéria de gasto público, prevalece a exigência de finalidade pública, economicidade, transparência e controle, com interdição do manejo de recursos para necessidades particulares.

O cartão corporativo — concebido como instrumento de pagamento para despesas públicas específicas, de pequeno vulto e, em geral, urgentes — jamais se autonomiza em relação à finalidade pública e ao regime de prestação de contas.

Some-se, ainda, a premissa de que o gasto público é atividade vinculada aos princípios da Administração, fiscalização contábil, financeira e orçamentária e controle externo da Constituição.

Em matéria de meio de pagamento e finalidade da despesa, vigora a legalidade estrita: só é lícito o que a lei autoriza para atender ao interesse público específico.

Nessa moldura, não existe base legal que legitime o uso e consumo pessoais mediante cartão corporativo.

A persistência de casos de uso pessoal suscita a inação dos órgãos de controle estatal, ao tempo em que tipifica desvio de finalidade, com sujeição do infrator a responder por improbidade administrativa: a) dano ao erário; b) enriquecimento ilícito; e c) violação aos princípios da legalidade, moralidade e impensoabilidade, bem como por ilícito penal, sob a tipificação de peculato.

Portanto, o cartão corporativo, malgrado se destine à modernização da gestão público-financeira, nasceu com grave vício de iniciativa, por força da ausência de lei, haja vista que decreto e portaria são meios inconstitucionais, sem autoridade para superar a legalidade.

No mais, o uso para fins de custear despesas pessoais, prática recorrente, constitui afronta direta ao princípio da legalidade, configurando desvio de finalidade e violação da moralidade administrativa.

Visão do Direito



Rodrigo Robert

Presidente da Comissão de Direito Imobiliário (DF), advogado com experiência em direito imobiliário e especialização em inventário

Fraudes em contratos de aluguel: como identificar e evitar golpes digitais

A expansão das plataformas digitais de locação transformou a forma como encontramos imóveis. Hoje, um anúncio pode ser acessado por milhares de pessoas em minutos e essa conveniência trouxe benefícios reais para proprietários e locatários. No entanto, esse mesmo ambiente se tornou terreno fértil para fraudadores que se aproveitam da pressa, da informalidade e da falta de verificação documental.

Nos últimos anos, houve um aumento expressivo de casos envolvendo falsos proprietários, contratos adulterados e pagamentos antecipados via Pix. Em muitos deles, o consumidor só percebe o golpe quando já transferiu valores ou quando descobre que o verdadeiro dono do imóvel nunca autorizou a negociação.

Como esses golpes funcionam?

Os golpistas atuam com rapidez e precisão. Eles não usam mais apenas mensagens vagas: hoje circulam contratos completos, com dados aparentemente verdadeiros, fotos reais do imóvel e discursos bem ensaiados. Em muitos casos, a oferta é irresistível e é justamente isso que torna o golpe tão eficaz.

Existem alguns padrões tais como anúncios falsos com valores muito abaixo do mercado, pressão por pagamento imediato com o golpista exigindo transferência, prometendo reservar a unidade. Essa urgência artificial é uma tática clássica.

É comum o envio de contratos completos, com cláusulas detalhadas e referências legais, mas assinados por pessoas que não são as proprietárias ou com documentos adulterados.

Outra prática recorrente é a atuação de pessoas que se passam por corretores, sem qualquer registro no Creci, cobrando taxas de visitação ou de reserva.

Como se proteger?

Sempre digo aos meus clientes: a prevenção custa muito menos do que o prejuízo de um golpe. Alguns cuidados simples podem evitar grandes problemas. O primeiro passo é verificar a matrícula do imóvel, que é o documento mais importante de toda a negociação. Ele identifica o verdadeiro proprietário. Se o nome apresentado não coincide com a matrícula, desconfie imediatamente.

Muito cuidado aos pedidos de pagamento: sinais, taxas de reserva e Pix antecipados só devem ser feitos após confirmar

titularidade e legitimidade da negociação.

Prefira profissionais habilitados

Corretores e imobiliárias respondem civilmente pelos contratos que intermediam. Além disso, existe fiscalização e controle pelo Creci. Na dúvida, procurar ajuda técnica é a melhor saída.

Mesmo contratos aparentemente sólidos podem conter irregularidades ou lacunas que prejudicam o locatário no futuro.

Muitas vítimas demoram a perceber o golpe e denunciar por vergonha e isso prejudica o processo de recuperação. Não se trata de falha da pessoa: trata-se da ação de criminosos cada vez mais preparados.

A educação jurídica é um elemento central nesse processo. Informação clara e acessível reduz drasticamente as chances de golpe.

Visão do Direito



Leonardo Roesler

Advogado tributarista e sócio do RCA Advogados

Reforma Administrativa: a mudança paradigmática que redefine carreiras, estabilidade e privilégios no serviço público brasileiro

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que institui a Reforma Administrativa representa uma das mais profundas alterações no regime jurídico dos servidores públicos desde 1988. A iniciativa está estruturada em três pilares centrais: governança e desempenho, carreiras e concursos públicos e a extinção de privilégios. O objetivo declarado é modernizar a gestão do funcionalismo, reduzindo custos e alinhando a progressão de carreira a critérios de mérito e eficiência.

No campo da governança, o estágio probatório deixa de ser um simples requisito temporal e passa a configurar-se como um processo administrativo formal, com critérios objetivos, metas e indicadores preestabelecidos.

A estabilidade, por sua vez, deixa de ser adquirida automaticamente e passa a depender de decisão expressamente fundamentada. As avaliações periódicas de desempenho tornam-se obrigatórias e passam a condicionar progressões,

promoções, designações para cargos de confiança e o pagamento de bônus de resultado, vinculando de maneira mais direta a evolução do servidor ao cumprimento de metas institucionais.

Em relação às carreiras, a PEC estabelece a obrigatoriedade de 20 níveis de progressão, com interstício mínimo de um ano entre cada avanço, e fixa o vencimento inicial em até 50% da remuneração final da carreira, salvo quando essa não ultrapassar quatro salários mínimos.

A medida busca conter o fenômeno conhecido como "carreira meteórica", em que o servidor rapidamente atinge os patamares mais altos da remuneração. Também se prevê a criação dos concursos a termo, modalidade que permite a investidura temporária em cargos efetivos por até 10 anos, limitada a 5% do quadro, aproximando-se de um regime híbrido entre estabilidade tradicional e contratos temporários. Ademais, a União poderá centralizar concursos, aproveitando cadastros de aprovados em estados e municípios, o que reforça a padronização do sistema.

No tocante às remunerações e benefícios, a proposta elimina ou restringe práticas historicamente consideradas privilégios. Ficam vedadas férias superiores a 30 dias, salvo exceções pontuais para docentes e profissionais de saúde, extinguindo-se a aposentadoria compulsória como sanção disciplinar de magistrados e membros do Ministério Público, substituindo-a pela perda do cargo, e são abolidos adicionais por tempo de serviço e licenças-prêmio.

Pagamentos retroativos somente poderão ocorrer mediante decisão judicial transitada em julgado, e não será mais possível converter férias e licenças não usufruídas em indenizações. Auxílios como alimentação, saúde e transporte ficam limitados a 10% da remuneração de servidores que já recebem 90% ou mais do teto constitucional. Outro ponto de impacto é a destinação dos honorários de sucumbência, que passam a ser classificados como receitas públicas vinculadas ao financiamento da estrutura de representação judicial.

A reforma, portanto, altera de forma estrutural a lógica da administração pública, deslocando o eixo da progressão funcional do tempo de serviço para o desempenho aferível e restringindo práticas remuneratórias que inflavam a folha de pagamento. Busca uniformizar a política salarial e dar maior transparência e controle social às despesas com pessoal.

Entretanto, os riscos não são desprezíveis: vencimentos iniciais menos atrativos podem reduzir a competitividade das carreiras típicas de Estado, novos servidores enfrentarão maior precarização em razão de estágios probatórios mais rígidos e vínculos temporários em cargos efetivos, e será necessária regulamentação infra-constitucional detalhada para viabilizar a operacionalização de todo o novo modelo.

Trata-se, em síntese, de uma mudança paradigmática que tende a redefinir o futuro do serviço público brasileiro, mas que exigirá um amplo debate político, técnico e jurídico para equilibrar eficiência administrativa e garantias institucionais.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira 20 de novembro de 2025

Para anunciar ▶ 3342-1000

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVICO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m² c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

QUITINETES

R MACAÚBA sl 36m² garagem nasc próx ao metrô R\$ 240 mil Tr: 99985-7115.

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2

ÁGUAS CLARAS
GERALDO VIEIRA IMOBILIÁRIA

VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e apartos, Serviços c/ relatores, fáze e m os inventários, despachante, departamento jurídico. Atendimento c/ qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br :

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ÚLTIMAS UNIDADES
QI 23 Apto 02 e 03 qtos, 71 a 100m². Cob. Linear 211m². Ent. 2026. 6199984-0499 c9436

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2

ASA NORTE
ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS
GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVICO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND. IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui! lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2

ASA NORTE
SR. IMÓVEIS

SGAN 708 Bloco P 3qtos (sendo 01 suíte), vazaado, 4 andar, reformadíssimo, 135m². Aceito 2qtos no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

ASA SUL

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m² 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****
SQS 312, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

2 QUARTOS

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.

QD 409 Apto 3qtos Bairro novo 79m² 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS

SHCE QD 911 Bloco B, apto 304, Cruzeiro Novo 3qtos sendo 01 suíte, sala cozinha 70m². Aceito FGTS, Financiamento, R\$ 500.000,00 Marca sua visita Tr. 99109-6160 SR. Imóveis cj9417

PLANO EMPREEND.

QD 409 Apto 3qtos Bairro novo 79m² 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qtos Bairro novo 79m² 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

4 CASA & SERVIÇOS

1.2

GUARÁ

2 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QN 412 Apto 2 qtos 49m² 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QN 412 Apto 2 qtos 49m² 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazaado 167m², c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

3 QUARTOS

1.3 PARK WAY

1.3 CASAS

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS

QD 01 MSPW (5 stes)
4 gar lt 2.500m2 504m2
const. Ac. Apt Guará 3q
99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE

QD 01 casa c/ 4 qtos
400m2 de á.constr. terreno
de 2.500m2 3552-
4358 c/12179SMPW QD 18 4stes sô
R\$ 2.8 quit terr 7.5m2
Tr. 98199-6100 c12388

SOBRADINHO

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS



GOSTOU DESSE
ESPAÇO?
PATROCINE UMA
RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU
SERVIÇO MAIS VISÍVEL E
FÁCIL DE ENCONTRAR
POR 30 DIAS
PREÇO
ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos
128m2, 2 vagas sl de es-
tar coz. 98481-4268

3 QUARTOS

PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos
128m2, 2 vagas sl de es-
tar coz. 98481-4268PEDRO JR C 12778 VENDE
AR 10 Casa 2 qtos
128m2, 2 vagas sl de es-
tar coz. 98481-4268

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra!
Sobrado área privativa
582,28m2 c/ 9 banhs
6qts 98313-0206 c5179

1.3

TAGUATINGA

1.3

TAGUATINGA

3 QUARTOS

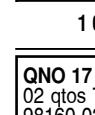


GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIA

QND 05 vendendo exce-
lente casa com 3 quartos
sendo uma suíte, sala, co-
zinha, banheiro social, ce-
râmica, terreno 340m2,
quitado, escriturado, óti-
ma localização, valor R\$
595 mil. Atendimento c/
qualidade. Estamos no
mercado desde 1996.
Plantão. Ligue: 99974-
5385 cj30876 www.
geraldovieira.com.br

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS



GOSTOU DESSE
ESPAÇO?
PATROCINE UMA
RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU
SERVIÇO MAIS VISÍVEL E
FÁCIL DE ENCONTRAR
POR 30 DIAS
PREÇO
ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

1.4

GUARÁ

1.4

GUARÁ

3 QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS

AE 02 prédio comerc/
resid 2fl + 2ap lt 200m2
R\$ 1.050.000,00, ac cs Gu-
ará Tr.99857115 c1533

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV

CCSW 02 Loja de esquina.
Alugada. tma localiza-
ção. Exc. Oportunida-
de 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB

R 08 chác. 332 loja St
Habitacion al V.Pires , lo-
caliz. privilegiada 30m2.
99562-4472 cj25698

VICENTE PIRES



GOSTOU DESSE
ESPAÇO?
PATROCINE UMA
RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU
SERVIÇO MAIS VISÍVEL E
FÁCIL DE ENCONTRAR
POR 30 DIAS
PREÇO
ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

1 QUARTO

QNO 17 Super barato.
02 qtos Tr. Aragão 61
98160-0202 c/2072

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE

COND PREMIUM excel-
casa 280m2 cond fechado,
portero 24 horas
3552-4358 c/12179

1.4

LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SCLRN 710 Loja c/ sub-
solo 165m vazia só 435
Mii 98121-2023 c8827

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA

SHS QD 06 Complexo
Brasil 21 Asa Sul vendo
vaga de garagem 12m2
área comercial 3344-
4112

GUARÁ

CLS 414 Vendo Excelente
loja alugada, c/ térreo
subsolo sobreloja
250m2, reformada . Tra-
tar 99109-6160 Sr Imó-
veis cj9417QI 31 Consi sl 40m2
nasc canto R\$ 250 mil fi-
nancio Tr: 98135-1919

GUARÁ

1.4

GUARÁ

SUDOESTE

INVEST FLAT

LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as Ofertas!

1.4

SUDOESTE

1.4

SUDOESTE

3 QUARTOS


Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

VICENTE PIRES

1.5

LOTES, ÁREAS
E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV

SAAN QD 02 Lote à ven-
da no Bairro Asa Norte,
2.500m2 área 99418-
8477 cj21694

SALAS

ÁGUAS CLARAS

CEILÂNDIA

SR. IMÓVEIS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIAQNM 10 vendendo exce-
lente lote, 250m2 com 2 bar-
racos, nascente, quitado
e escruturado, só R\$ 235 mil.
Atendimento c/qualidade. Estamos no
mercado desde 1996.Plantão. Ligue: 3352-
7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.

AV PAU BRASIL sala
área 173m2 c/ 5 vagas
4 banhs, próx estação
metrô 3032-7700 98313-
0206 cj5179

PLANO EMPREEND.

AV PAU BRASIL sala
área 173m2 c/ 5 vagas
4 banhs, próx estação
metrô 3032-7700 98313-
0206 cj5179

ASA NORTE

SRTVN 701 C.E.Norte 2
salas juntas reformadas
99275-8882 cj.6210

ASA SUL

PEDRO JR C 12778 VENDE

COND ALTO da Boa Vis-
ta excel lote 504m2. Pre-
ço ocasião. 98481-4268EXCELENTE
LOCALIZAÇÃOQI 06 Terreno à venda
no Setor Leste Industrial
do Gama. rea com
10.500 m². Tratar: (62)
98112-0219

TAGUATINGA

GAMA

PARA CONSTRUTORES

CNB 07 única. Taguatin-
ga 1.200m² Tr: Aragão
61 98160-0202 c/2072

1.6

SÍTIOS, CHÁCARAS
E FAZENDASDISTRITO FEDERAL E
ENTORNO

VENDO OU TROCO

Sítio 20hectares Agrovi-
la BR 251 Cavas / Bai-
xo c/água, casa, cerca-
da, etc... doc Ok. (61)
98202-7591 ou 99514-7645R 08 chác. 332 loja St
Habitacion al V.Pires , lo-
caliz. privilegiada 30m2.
99562-4472 cj25698

SR. IMÓVEIS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIAQNM 10 vendendo exce-
lente lote, 250m2 com 2 bar-
racos, nascente, quitado
e escruturado, só R\$ 235 mil.
Atendimento c/qualidade. Estamos no
mercado desde 1996.
Plantão. Ligue: 3352-
7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.

AV PAU BRASIL sala
área 173m2 c/ 5 vagas
4 banhs, próx estação
metrô 3032-7700 98313-
0206 cj5179

ASA NORTE

SCLRN 710 Loja c/ sub-
solo 165m vazia só 435
Mii 98121-2023 c8827

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA

SHS QD 06 Complexo
Brasil 21 Asa Sul vendo
vaga de garagem 12m2
área comercial 3344-
4112

GUARÁ

CLS 414 Vendo Excelente
loja alugada, c/ térreo
subsolo sobreloja
250m2, reformada . Tra-
tar 99109-6160 Sr Imó-
veis cj9417QI 31 Consi sl 40m2
nasc canto R\$ 250 mil fi-
nancio Tr: 98135-1919

GUARÁ

1.6

GUARÁ

RITA LANDIM VENDE

PADRE BERNARDO
GO Linda chác. 14.000
m2. 3552-4358 c/12179SANTO ANTONIO do
Descoberto aprox. 39
alq., Cor. IV, Fazenda
Lag - Gleba 3, muita
água - Tr: 98145-7697

OUTROS ESTADOS

FAZENDA EM GOIÁS

200KM DISTANTE DE
BRASÍLIA 2.800ha, aber-
ta, dupla aptidão: Lavou-
ra, Pecúria, bastante
água. Boa Sede. Com
muitas benfeitorias. t-
imo preço! Exce-lente
oportunidade. Tratar dire-
to com o proprietário
(61) 99978-1485

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE

SHTQ QD 04 Excel. lote
Bairro Taquari 742m2,
quitado, esquina, ótima
localização CJ
5211 3322-3443

PARK WAY

SMPW QD 09 inteira
20.000m2, Doc. 100%
Tr. 98199-6100 c12388

2

IMÓVEIS
ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas
e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras
e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

R DAS PITANGUE-
RAS lt 10, 53m2, 2qtos,
1 suíte, 1 vaga, 2banhs
99418-8477 cj21694R DAS PITANGUE-
RAS lt 10, 53m2, 2qtos,
1 suíte, 1 vaga, 2banhs
99418-8477 cj21694

4 OU MAIS QUARTOS

QD 103 Mozart. Lindo
and alto lavabo ste var
2gar Laz comp. Dir pro-
priet. 99972-4404 c4664QD 103 Mozart. Lindo
and alto lavabo ste var
2gar Laz comp. Dir pro-
priet. 99972-4404 c4664

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

GERALDO VIEIRA
IMOBILIÁRIAQNM 10 vendendo exce-
lente lote, 250m2 com 2 bar-
racos, nascente, quitado
e escruturado, só R\$ 235 mil.
Atendimento c/qualidade. Estamos no
mercado desde 1996.
Plantão. Ligue: 3352-
7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.

AV PAU BRASIL sala
área 173m2 c/ 5 vagas
4 banhs, próx estação
metrô 3032-7700 98313-
0206 cj5179

ASA NORTE

SCLRN 710 Loja c/ sub-
solo 165m vazia só 435
Mii 98121-2023 c8827

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA

SHS QD 06 Complexo
Brasil 21 Asa Sul vendo
vaga de garagem 12m2
área comercial 3344-
4112

GUARÁ

CLS 414 Vendo Excelente
loja alugada, c/ térreo
subsolo sobreloja
250m2, reformada . Tra-
tar 99109-6160 Sr Imó-
veis

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

cj9417

SCLRN 704 Prédio de frente W3 com subsolo, térreo, 1 andar com 200m² no 3º pavimento. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr. Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA QOF conj. G loja 40m² para alugar Tr: 3386-9000 cj2200

SALAS

ASA SUL

J. RIBEIRO ALUGA

SHLS 716 sala 54m² no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

BMW

BMW 120 IA 16V 2010

OFERTA ESPECIAL

120/10 R\$ 67.000
47km 2.0 16V 156CV
4 portas, automático, gasolina, único dono c/ IPVA 2025 pago. Azul, Bateria nova, revisado. Tr. (61) 99918-0308

4

CASA & SERVIÇOS

4.1 Construção e Reforma

4.2 Moda, Vestuário e Beleza

4.3 Saúde

4.2 Comemorações, e Eventos

4.5 Serviços Profissionais

4.6 Som e Imagem

4.7 Diversos

4.3 SAÚDE

MASSAGEM TERAPÉUTICA

MASSAGENS RELAXANTE TERAPÉUTICA, NURU ambiente calmo, com nova equipe. 61 3326-7752 / 61 99200-4541

4.5 ADVOCACIA

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

SOARES NETO

ASSESSORIA Jurídica em todo Brasil. E-mail: caetanojose1414@gmail.com (61) 99318-7858 (62) 99630-0702

OUTROS PROFISSIONAIS

ROMÁRIO

MONTADOR DE MÓVEIS PRECISANDO de montador de móveis? Montagem e desmontagem de móveis e gôndolas, troca de dobradiças e corrediças, instalação de TV e cortinas. Mais de 20 anos de experiência garantindo qualidade e confiança. Solicite já o seu orçamento. Tratar (61) 99598-5046

4.6 SOM E IMAGEM

MÚSICA

GUITARRA FENDER Strat Japonesa 1996 c/ SD Hot Rails Vídeo: <https://bit.ly/fenderstratjapan> R\$7.850. 61 98288-0246 Henrique

GUITARRA FENDER Strat Japonesa 1996 c/ SD Hot Rails Vídeo: <https://bit.ly/fenderstratjapan> R\$7.850. 61 98288-0246 Henrique

5.2 CONVOCAÇÕES

PREZADA, ENNY Vitória Araújo da Silva. A Marzuk Comércio de Alimentos Ltda, CNPJ: 10.923.812/0001-62, informa que você está ausente desde 29 de agosto de 2025, sem justificativa. Informamos que foi enviado 2 telegramas de convocação endereçocadas-trô, porém o mesmo retornou devido à sua ausência no local. Solicita-se seu retorno ou contato em até 48 horas após o recebimento desta, para regularização da sua situação junto a empresa. A falta de retorno poderá caracterizar abandono de emprego conforme a legislação trabalhista vigente artigo 482, letra "I" da CLT. Sem mais, Marzuk.

MÍSTICOS

CÓDIGO DO MARANHÃO
AMOR EM 7 HORAS

ABA amor em 7 horas, trago amor de volta rápido, curto depressão, vício, trago prosperidade, sorte em jogos e passar em concursos. Afasto rival. Não cobro consulta (61) 9.9149-8430

DONA PERCILIA

FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

AMARRAÇÃO AMOROSA
TARÔ DOS ANJOS
MÃE HELOISA - SIA

FAÇO UNIAO de casal, afastamento de rivais, limpeza de corpo, aberturas de caminho c/ rezas e passes espiritual, trato impotência e cura vícios. Trabalhos p/ todos fins. Consulta 01 cesta básica, Fazemos consulta presencial/ online Tr. 98224-9880

RECADOS

ADVOGADO PROCURA parceira séria intelig. esbelta 99453-9056

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ABANDONO DE EMPREGO Francisco Chaves de Carvalho, convoca a funcionária Sra. Ivaneide Cavalcante da Silva, CPF nº 632.9XX.XX3-88, a comparecer ao seu local de trabalho no prazo de 48h. O não comparecimento caracteriza como abandono de emprego, conforme artigo 482 Letra I da CLT.

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

COROA VIP 24 HORAS**
ELOIZA 50^a viúva discreta p/idosos massg moro so 61 982229938 208NCÓDIGO DO MARANHÃO
AMOR EM 7 HORAS

GINA 35 ANOS Oral até o fim em homens ativos deixa finalizar na boca A.Nt 61 98423-0109

CARLOS MACHÃO -- Super sigiloso e discreto (61) 99642-9963

MASSAGEM RELAX

DONA PERCILIA
FAZEMOS TRABALHO para o amor e buscamos a pessoa amada. Marque sua consulta. Presencial ou on-line. (tarô e Cartas) (61) 98363-5506AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens.com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378-3950

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul (61)99378



GOLPE!!!!

CUIDADO COM AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

Listamos alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego

- ✗ Não pague para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.